



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁLISE E PLANEJAMENTO
ESPACIAL**

RELATÓRIO DE MESTRADO

**ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA ÁREA URBANA DE TERESINA – PI:
UMA ANÁLISE DE SUA ESPACIALIZAÇÃO**

NATANAEL DE ARAÚJO DA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Carvalho Bueno

TERESINA - PI

2023

NATANAEL DE ARAÚJO DA SILVA

**ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA ÁREA URBANA DE TERESINA – PI:
UMA ANÁLISE DE SUA ESPACIALIZAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Análise e Planejamento Espacial do Instituto Federal do Piauí, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise e Planejamento Espacial.

Área de concentração: Planejamento territorial e geoprocessamento

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Carvalho Bueno

TERESINA - PI

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Silva, Natanael de Araújo da

S586Í Índice de vulnerabilidade social na área urbana de Teresina -PI : uma análise de sua espacialização / Natanael de Araújo da Silva. - 2023.

153 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central, 2023.

Orientador : Prof Dr. Paulo Henrique de Carvalho Bueno.

1. Vulnerabilidade . 2. Espacialização. 3. Urbano. I. Título.

CDD - 910

Elaborado por Maria Rosismar Farias CRB 3/631

NATANAEL DE ARAÚJO DA SILVA

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA ÁREA URBANA DE TERESINA – PI:
UMA ANÁLISE DE SUA ESPACIALIZAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Análise e Planejamento Espacial do Instituto Federal do Piauí, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise e Planejamento Espacial.

Aprovada em: 08/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique de Carvalho Bueno (Orientador)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Dr. Francílio de Amorim dos Santos
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI

Prof. Dr. Emanuel Lindemberg Silva Albuquerque
Instituição: Universidade Federal do Piauí

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero expressar minha mais profunda gratidão a Deus por me guiar e me abençoar em cada etapa da minha vida. Sou grato pela Sua graça, amor e misericórdia, que me deram força e coragem para enfrentar os desafios e alcançar meus objetivos.

Também quero agradecer a minha Família, em especial aos meus queridos pais, minha fonte de inspiração, e minhas irmãs, por todo apoio e incentivo que sempre me deram. Sem vocês, não teria chegado aonde estou hoje.

Não posso deixar de mencionar minha amada Juliana! Sua presença em minha vida tem sido uma bênção, e sou imensamente grato por tudo o que compartilhamos juntos, minha fonte de conforto e apoio, sempre me incentivando a seguir em frente.

Gostaria de expressar minha gratidão ao meu orientador Paulo Henrique de Carvalho Bueno. Agradeço pela compreensão, paciência e sabedoria no desenvolvimento desta pesquisa – “Luzes”!

Também sou grato ao Instituto Federal do Piauí pelo retorno à Instituição, pois tenho um enorme carinho desde a graduação em Geoprocessamento. Nesta etapa de Pós-graduação, estendo minha gratidão aos professores e à minha turma (2021-2023) por compartilharem comigo essa jornada acadêmica e por me incentivarem a buscar sempre o melhor.

E, por fim, gostaria de expressar minha gratidão a toda a equipe do GCEO SEMAR e a todos que colaboraram para o meu sucesso. Agradeço pelo apoio e ajuda em cada etapa.

Sinceramente, agradeço a todos vocês. Que Deus continue abençoando-os sempre!

RESUMO

A vulnerabilidade social é entendida como a condição de fragilidade ou falta de proteção que afeta indivíduos ou grupos que enfrentam dificuldades para satisfazer suas necessidades básicas e direitos fundamentais, como alimentação, moradia, saúde, educação e trabalho, afetando uma parcela significativa da população brasileira, particularmente nas áreas urbanas. As políticas públicas são cruciais para abordar essas questões, pois podem fornecer novos ativos ou recuperar recursos esgotados, ao mesmo tempo em que facilitam o uso mais eficiente dos recursos disponíveis pelos indivíduos. A participação das comunidades locais é fundamental na exigência de serviços públicos, com a eficácia desta participação a depender da força das entidades e dirigentes locais. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um instrumento utilizado para identificar as falhas na oferta de bens e serviços públicos e compreender a dinâmica das desigualdades sociais nas áreas urbanas. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a espacialização da vulnerabilidade social na zona urbana de Teresina, Piauí, utilizando dados do IVS em 2000 e 2010. Inclui também analisar o perfil socioeconômico da região, identificar áreas de vulnerabilidade social na zona urbana de Teresina que requerem atenção básica das políticas públicas e comparar o IVS, entre os anos de 2000 e 2010, para avaliar as políticas públicas existentes para essas áreas vulneráveis. A metodologia foi realizada por levantamento das bases de dados socioeconômicos disponibilizados pelo IPEA, para o ano 2000 e 2010; o estudo concentrou-se na área urbana do município. Os resultados obtidos indicam uma redução do comportamento do índice de vulnerabilidade social entre anos de 2000 e 2010 nas cinco regiões administrativas, de maneira disforme, uma das evidências da existência de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e humano no tecido citadino, uma vez que em algumas regiões da cidade há altos índices de vulnerabilidade social, verificados através dos mapas gerados para cada subíndice abordado nas dimensões da composição do IVS. Nesse sentido, a pesquisa pode ajudar a orientar o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas para o enfrentamento da vulnerabilidade social nas áreas urbanas de Teresina com o fito de minimizar suas deficiências.

Palavras-chave: vulnerabilidade; espacialização; urbano.

ABSTRACT

Social vulnerability is understood as the condition of fragility or lack of protection that affects individuals or groups facing difficulties in meeting their basic needs and fundamental rights, such as food, housing, health, education, and work, affecting a significant portion of the Brazilian population, particularly in urban areas. Public policies are crucial to addressing these issues, as they can provide new assets or recover depleted resources, while also facilitating more efficient use of available resources by individuals. The participation of local communities is fundamental in demanding public services, with the effectiveness of this participation depending on the strength of local entities and leaders. The Social Vulnerability Index (SVI) is a tool used to identify failures in the provision of public goods and services and to understand the dynamics of social inequalities in urban areas. In this context, this research aims to analyze the spatialization of social vulnerability in the urban area of Teresina, Piauí, using SVI data from 2000 and 2010. It also includes analyzing the socioeconomic profile of the region, identifying areas of social vulnerability in the urban area of Teresina that require basic attention from public policies, and comparing the SVIs between 2000 and 2010 to evaluate existing public policies for these vulnerable areas. The methodology was carried out by surveying socioeconomic databases provided by IPEA for the years 2000 and 2010, with the study area focused on the urban area of the municipality. The results obtained indicate a reduction in the behavior of the social vulnerability index between the years 2000 and 2010 in the five administrative regions in a non-uniform manner, one of the evidence of the existence of public policies for socioeconomic and human development in the urban fabric, since in some regions of the city there are high levels of social vulnerability, verified through maps generated for each sub-index addressed in the dimensions of the composition of the SVI. In this sense, the research can help guide the development of more effective public policies to address social vulnerability in the urban areas of Teresina in order to minimize its deficiencies.

Keywords: vulnerability; spatialization; urban.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de área de localização da área de pesquisa	31
Figura 2 - Área de estudo, perímetro urbano de Teresina – PI.....	35
Figura 3 - Faixa de leitura do índice de vulnerabilidade social	40
Figura 4 - Limite dos bairros de Teresina e suas regiões administrativas descentralizadas.....	41
Figura 5 - Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, anos 2000 - 2010	48
Figura 6 - Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo, anos 2000 - 2010	50
Figura 7 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho, anos 2000 - 2010.....	51
Figura 8 - IVS infraestrutura urbana para o perímetro de Teresina – PI.....	53
Figura 9 - Mortalidade até 1 ano de idade, anos 2000 - 2010	55
Figura 10 - Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola, anos 2000 - 2010	56
Figura 11 - Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, anos 2000 - 2010	57
Figura 12 - Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	58
Figura 13 - Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família, anos 2000 - 2010.....	60
Figura 14 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, anos 2000 - 2010	61
Figura 15 - Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, anos 2000 - 2010	62
Figura 16 - Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária, anos 2000 – 2010	63
Figura 17 - IVS capital humano para o perímetro de Teresina – PI.....	65

Figura 18 - Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), anos 2000 - 2010	66
Figura 19 - Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade, anos 2000 - 2010	67
Figura 20 - Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, anos 2000 - 2010	68
Figura 21 - Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos, anos 2000 - 2010	69
Figura 22 - Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade, anos 2000 - 2010.....	70
Figura 23 -IVS renda e trabalho para o perímetro de Teresina – PI, ano 2000 – 2010.....	72
Figura 24 - Índice de vulnerabilidade social para o perímetro de Teresina – PI, anos 2000 - 2010	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos indicadores que compõem a dimensão IVS infraestrutura urbana	37
Quadro 2 - Descrição dos indicadores que compõem a dimensão IVS capital humano.	38
Quadro 3 - Descrição dos indicadores que compõem a dimensão IVS renda e trabalho.	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Teresina - Evolução da população residente por bairros na regional Saad Centro Norte - 2000 a 2010.....	42
Tabela 2 - Teresina - Evolução da população residente por bairros na regional Saad Leste - 2000 a 2010.....	44
Tabela 3 - Teresina - Evolução da população residente por bairros na regional Saad Sudeste.	45
Tabela 4 - Teresina - Evolução da população residente por bairros na regional Saad Sul - 2000 a 2010.	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADH	Agência de Desenvolvimento Habitacional
AVS	Atlas de Vulnerabilidade Social
CF	Constituição Federal do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PVB	Projeto Vila Bairro
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SNIS	Sistema de Informações de Saneamento
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	15
2. 1	VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL	15
2. 2	TERRITÓRIOS SOCIAIS	18
2. 3	POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA BREVE INCURSÃO	24
2. 4	APLICAÇÕES DA ANÁLISE ESPACIAL	28
3	METODOLOGIA	33
3. 1	DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	33
3. 2	METODOLOGIA DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)	35
3. 2. 1	Metodologia das dimensões que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	37
4	RESULTADO E DISCUSSÕES	41
4. 1	AS DIMENSÕES DO IVS NA ÁREA URBANA DE TERESINA	47
4. 1. 1	IVS Infraestrutura urbana	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	86
	ANEXO A – PRODUTO: ATLAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA ÁREA URBANA DE TERESINA – PI	99

1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é um problema que afeta grande parte da população brasileira, especialmente nas áreas urbanas. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação, transporte e moradia, aliada à exclusão social e econômica, resulta em situações de pobreza e precariedade, que tornam as pessoas mais suscetíveis a doenças, violência e outras formas de vulnerabilidade.

Segundo Marandola Jr. e Hogan (2009), a vulnerabilidade apresenta uma perspectiva qualitativa, envolvendo as características intrínsecas do lugar, das pessoas, da comunidade, dos grupos demográficos e dos recursos/ativos disponíveis que podem ser mobilizados em situações de necessidade ou emergência. Dessa forma, tanto o contexto social quanto o geográfico possuem elementos que podem reduzir ou não a vulnerabilidade da população afetada.

Para Santos (2000), a vigilância socioassistencial deve preocupar-se com o território e as populações que ali habitam e reproduzem seu modo de vida, ou seja, com o uso do território, das relações que as populações estabelecem com o meio e entre si.

Conforme Socher (2008), as políticas públicas são instrumentos utilizados pelo Estado para estimular, regular e estruturar as relações sociais do processo, sendo materializadas inicialmente pelas intenções dos gestores públicos, que as desenvolvem a partir de modelos e linhas estratégicas.

De acordo com Filgueira (2001 citado por FURTADO, 2011), o Estado desempenha um papel central na definição das oportunidades para os cidadãos, por meio do seu impacto direto e indireto nas estruturas de oportunidade, sejam elas novas ou consolidadas. Instituições como o Estado são importantes na criação de oportunidades que facilitam o acesso aos canais de mobilidade e integração social, por meio da melhoria de infraestrutura, transporte e provisão de educação gratuita. Suas funções nesse aspecto podem ser divididas em duas categorias: facilitar o uso mais eficiente dos recursos disponíveis aos indivíduos e fornecer novos ativos ou reativar os que foram esgotados.

A escolha do título centrou-se na necessidade de analisar as áreas urbanas onde concentram os índices de vulnerabilidade social dentro do perímetro urbano do município de Teresina e melhor promover o desenvolvimento de políticas públicas para essas áreas.

Com efeito, este estudo se justifica pela importância de se compreender a dinâmica da vulnerabilidade social nas áreas urbanas, especialmente em cidades como Teresina, que apresentam desafios socioeconômicos significativos. Além disso, a pesquisa contribuirá para a produção de conhecimento sobre a vulnerabilidade social em nível local, podendo subsidiar políticas públicas e ações de intervenção voltadas para a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população, podendo servir de base para futuros estudos e análises comparativas em outras cidades do país.

Assim, a importância das políticas públicas para o município busca trazer melhorias e qualidade de vida para as pessoas, buscando ações direcionadas ao bem-estar e construídas a partir das necessidades levantadas pela sociedade daquele lugar.

Segundo Abreu (2019), a participação social é fundamental para requerer serviços públicos em um bairro ou comunidade. A efetividade dessa participação pode variar dependendo da força das entidades coletivas e lideranças locais, ou seja, do repertório de ação da própria comunidade, suas formas de ação e apresentação de demandas.

Segundo Costa e Marguti (2015), o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) se baseia na definição do acesso, da ausência ou da insuficiência de bens e serviços públicos, sendo um instrumento para identificar as falhas na oferta desses ativos no território nacional.

Nesse contexto, a espacialização da vulnerabilidade social é um tema de grande relevância para a compreensão da dinâmica das desigualdades sociais nas áreas urbanas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveu um indicador de vulnerabilidade social que permite avaliar a situação socioeconômica de uma determinada área, com base em dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nessa direção, move essa pesquisa o seguinte questionamento: como se configura a espacialização do Índice de Vulnerabilidade Social pelo espaço urbano de Teresina – Piauí? Considera-se que as áreas mais periféricas da cidade, bem como as resididas pelas camadas de baixa renda são as mais vulneráveis socialmente em relação aos indicadores de infraestrutura urbana, capital humano e de trabalho e renda.

Teresina, capital do estado do Piauí, apresenta desigualdades locais, ocupações irregulares e povoamento desordenado, apresentando bairros com altos padrões de infraestrutura, serviços e assistência, em relação a outros que diferem, enfrentando problemas de assistência social, violência e déficit habitacional.

Para compor esta pesquisa, o objetivo geral foi analisar a espacialização da vulnerabilidade social na área urbana de Teresina, no Piauí, com base nos dados do IPEA, nos anos de 2000 e 2010. Assim, os objetivos específicos foram: realizar o levantamento do perfil socioeconômico com base nos dados de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), a partir da metodologia proposta pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA), para produção de mapas temáticos, identificar as áreas de vulnerabilidade social presentes na zona urbana de Teresina que necessitam de atenção básica de políticas públicas e realizar um comparativo de áreas entre os anos Censo 2000 e Censo 2010, para avaliar as políticas públicas existentes nessas áreas que apresentam indicadores de Índices de Vulnerabilidade Social.

Para a metodologia, foram utilizadas ferramentas geoespaciais para a realização das análises e descrição da espacialização da área urbana de Teresina, a partir dos dados dos indicadores que compõem o índice de Vulnerabilidade social disponibilizados pelo IPEA e sua metodologia, bem como as bases cartográficas disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEAMPLAM) e pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise dos dados do IPEA revelou que, em ambos os anos estudados, havia uma concentração de pessoas em situação de pobreza e exclusão social em determinadas regiões administrativas da cidade.

Nesse sentido, acredita-se que os resultados obtidos ajudarão a oferecer à gestão de políticas públicas um retrato situacional da vulnerabilidade social, que é um problema significativo na área urbana de Teresina, especialmente em áreas periféricas da cidade.

Durante a pesquisa, buscou-se compreender a temática do conceito da Política de Assistência Social, Território e suas relevâncias para ações públicas de assistência social formuladas e implementações territoriais.

Nessa senda, o escrito em tela assim se delineia, para além da introdução e considerações finais: 1) Fundamentação Teórica e Conceitual – momento em que se discute conceitualmente a vulnerabilidade social e suas nuances, territórios sociais, políticas de assistência social no Brasil e finaliza-se esse item com as praticidades

das análises espaciais dessas dimensões nas realidades urbanas. 2) Dedicar-se a explicitar o percurso metodológico utilizado com o fito de esclarecer a mensuração do Índice de Vulnerabilidade Social. 3) Espacialização do IVS na área urbana teresinense – íterim em que se evidenciam as diversas dimensões e subíndices cotejados para a capital piauiense e sua distribuição no tecido citadino e que permite vislumbrar as diferenciações destes nas distintas zonas e bairros da cidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

2. 1 VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL

Abordar a vulnerabilidade social no contexto do desenvolvimento da cidade significa compreender que a distribuição desigual dos serviços urbanos é um fator importante na avaliação da vulnerabilidade.

Ainda na busca de elucidar os múltiplos sentidos do termo vulnerabilidade, segundo Barros (2021), é a ampliação da compreensão do leitor, a partir do exercício etimológico, no que concerne às relações entre a vulnerabilidade individual, social e estrutural em sua interface com os processos de ensino e aprendizagem no tempo presente. Em latim, as palavras que dão origem ao termo vulnerabilidade são: *vulnerare* (com os significados de ferir, lesar, prejudicar) e *bilis* (suscetível à).

No entendimento de Cutter (1996), vulnerabilidade é um conceito complexo do qual advêm dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, cuja definição tem sido abordada também em perspectivas epistemológicas muito diversas. Em recentes trabalhos, Cutter (2011) define vulnerabilidade social como as características de uma população e sua capacidade de se preparar para responder ou se recuperar de determinados eventos externos adversos.

Adorno (2001) entende que a expressão vulnerabilidade social sintetiza a ideia de maior exposição e sensibilidade dos indivíduos ou grupos às questões que a sociedade enfrenta e reflete uma nova forma de olhar e compreender o comportamento de determinados indivíduos e grupos, bem como suas dificuldades de relacionamento e acesso a serviços sociais como saúde, escola e justiça.

De acordo com Holand *et al.* (2011), os principais fatores que influenciam a vulnerabilidade social podem variar por características individuais como idade, saúde, educação, renda e emprego, além de grupos como crescimento populacional, crescimento urbano, econômico e de infraestrutura.

Segundo Cançado, Souza e Cardoso (2014), o conceito de risco social apresenta uma contribuição significativa por ir além da simples análise da pobreza, considerando-a como uma qualidade heterogênea que envolve a intersecção de diversos fatores e suas múltiplas causas. Portanto, falar de risco social não se limita a situações de pobreza, mas abrange outras situações como desemprego, dificuldades sociais, doença e violência.

De acordo com Moraes e Monteiro (2017), a vulnerabilidade foi inicialmente usada para descrever populações que eram consideradas mais suscetíveis a abusos e maus-tratos de terceiros, e menos propensas à autodestruição.

Katzman (2001) acrescenta que lugares vulneráveis são aqueles onde as pessoas enfrentam riscos e têm acesso limitado à moradia, saúde, educação, trabalho e participação, bem como a informações e oportunidades. Essas condições são comuns nas regiões periféricas, onde os excluídos se reúnem em busca de subsistência, independentemente das condições precárias de vida.

A falta de acesso às estruturas de oportunidades proporcionadas pelo mercado, Estado ou sociedade é a principal característica da vulnerabilidade, segundo Vignoli (2001, p. 02), que enfatiza a ausência de um conjunto de atributos necessários para o efetivo aproveitamento estrutural das oportunidades existentes. Por outro lado, Monteiro (2011, p. 31) argumenta que a partir da década de 1990, com a ascensão das ideias neoliberais no cenário brasileiro, houve um aumento do uso do termo vulnerabilidade, principalmente em organizações internacionais, o que ampliou e intensificou o debate em torno desse tema.

Segundo Rolim (2017), a vulnerabilidade social não se limita à pobreza, mas se refere à fragilidade da situação socioeconômica de um grupo ou indivíduo. É essencial conhecer tanto a pobreza quanto a vulnerabilidade, para desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão social desses grupos.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2003) afirma que a pobreza não é causada pelos pobres, mas sim por falhas estruturais e sistemas econômicos e sociais ineficazes, resultado de políticas inadequadas, falta de criatividade e apoio internacional insuficiente. O sistema capitalista, que acumula riqueza e gera pobreza em um ambiente exploratório, expropriatório e excludente, é um dos desafios enfrentados pela sociedade brasileira.

Para mitigar suas consequências, o Estado deve desenvolver e implementar políticas e programas que garantam os direitos sociais e efetivem os direitos civis, possibilitando esforços para lidar com esses problemas (CETROS, 2018).

Kowarick (2009) discute que a vulnerabilidade nas cidades brasileiras está relacionada tanto a aspectos socioeconômicos quanto civis, como a fragilidade dos direitos civis e sociais adquiridos, como habitação, saúde e assistência social. Ainda de acordo com o autor, os déficits nos aspectos civis, sociais e econômicos da cidadania aumentaram nas décadas de 1990 e 2000.

Seddon (2014) destaca que as políticas públicas adotarão medidas preventivas contra futuros problemas sociais ou a proliferação desses problemas. Devido aos recursos limitados, a autora afirma que não se trata mais de combater a pobreza, mas de impedir que os indivíduos e suas famílias ingressem em situações sociais que exijam intervenção direta do Estado.

Seddon (2014) complementa que o Estado fornecerá um mínimo de bens e serviços e, ao mesmo tempo, buscará investir na formação de capital humano para possibilitar que os indivíduos tenham condições de produção e autonomia relacionadas apenas à provisão de ativos.

Santos (2015) afirma que a intervenção e reinserção social de grande parte da população apresentam fragilidades, o que resulta em impactos negativos nos modos de vida, atividades e conservação dos contextos territoriais. Segundo o autor, essa situação só pode ser revertida por meio da construção e (re) construção de práticas antigas e novas filosofias sociais, bem como metodologias de intervenção social, que, assim como o território, devem ser cristalizadas sem romper o ciclo de precariedade e vulnerabilidade social de seus atores.

Holz (2008) aponta que os aspectos históricos, financeiros e políticos desempenham papel fundamental no processo de exclusão da urbanização e da produção habitacional pelo Estado. De acordo com o autor, a existência de baixos salários e desigualdades sociais enraizadas na sociedade brasileira tem impedido que uma parcela significativa da população tenha acesso à moradia nas últimas décadas.

Segundo Maricato (2015), o desinvestimento público em políticas sociais durante as décadas de 1980 e 1990, impulsionado por ideias neoliberais, resultou em reivindicações populares pelo direito à cidade por meio de movimentos de reforma urbana. A marginalização e a expansão urbana, aprofundadas nas décadas perdidas, levaram as cidades a extrema desigualdade, levando entidades profissionais e sindicais, lideranças de movimentos sociais e organização não governamental (ONG) a se mobilizarem em torno de questões de justiça urbana.

De acordo com Maricato (2015), o direito à moradia tem em si atrelado a função social da propriedade, que para ser efetivada tem que cumprir sua razão social, a qual pode relacionar-se diretamente aos direitos sociais encontrados no artigo 6º da Constituição Federal-CF/88, ou seja, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, e a assistência aos desamparados.

Holz (2008) ratifica a ideia de que o direito à propriedade é garantido enquanto direito fundamental, conforme previsto no art. 5º, XXII da CF/88. O autor destaca a importância da inviolabilidade da propriedade, juntamente com outros direitos como a vida, a liberdade e a segurança. Além disso, destaca-se a importância do interesse social na sua essência, tendo em vista que o artigo 5º, XXIII da CF/88 prega que "a propriedade atenderá a sua função social". No que diz respeito à propriedade urbana, a Constituição Federal, em seu art. 182, e o Estatuto da Cidade, em seu art. 39, preveem expressamente a garantia de bem-estar, justiça social, desenvolvimento das atividades econômicas e segurança (HOLZ, 2008).

Sena (2015) afirmou que a relação entre pobreza e vulnerabilidade é influenciada pelo espaço, e que isso contribui para a criação e replicação de situações de desigualdade e vulnerabilidade. Segundo o autor, as pesquisas sobre exclusão/marginalização, segregação residencial e isolamento/vulnerabilidade estão relacionadas a percepções de interferência espacial no "acesso à oferta desigual de recursos socialmente disponíveis e suas respectivas dinâmicas de integração/exclusão social" (p. 356).

Bezerra (2015) apoiado nos estudos de Silva (2008) destaca que os territórios vividos dos segmentos em situação de pobreza urbana são marcados por uma ambiguidade constitutiva. Eles são reconhecidos como espaços habitados por segmentos pauperizados da população que exigem as ações socioassistenciais do Estado, mas ao mesmo tempo são identificados como "lugares preches de uma violência descontrolada", requisitando o endurecimento das ações repressivo-punitivas estatais.

Rolnik (1999) afirma que a exclusão territorial é uma forma de exclusão social, mais do que uma questão de pobreza ou desigualdade social, ao se referir ao deslocamento de habitações da população de baixa renda para as periferias.

Para Castro e Carvalho (2007), a construção de uma consciência crítica que permita ao indivíduo refletir sobre as determinações que afetam sua vida e assumir-se como sujeito, juntamente com a capacidade de manter vínculos societários locais e globais, são elementos cruciais para uma inclusão social plena.

2. 2 TERRITÓRIOS SOCIAIS

A ocupação territorial é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria irrelevantemente ligada aos atributos do espaço concreto (SOUZA, 1995).

Assim, Souza (1995) complementa que os limites do território não seriam imutáveis, pois as fronteiras podem ser alteradas comumente pela força bruta, mas cada espaço seria, enquanto território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, ser geradora de identidade socioespacial, não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território detendo o poder controlador.

De acordo com Lima, Silva e Forno (2014), ao longo do tempo, houve muitas abordagens e mudanças na concepção de território, variando até mesmo entre as ciências. Para a geografia, ciência pioneira na utilização do conceito, o território está relacionado ao espaço. Já nas ciências humanas, o território é visto como o espaço onde os seres humanos, divididos em grupos sociais, estabelecem contatos de relação/interação. Nas ciências naturais, o território serve como identificador do habitat, biomas e/ou ecossistemas para os seres vivos.

Raffestin (1993), por sua vez, compreende que o território reflete as diversas dimensões do poder, bem como as relações que são estabelecidas no espaço, o que repercute a multidimensionalidade do vivido pelos membros da coletividade, reproduzindo-se na territorialidade.

De acordo com Risso (2014), para Raffestin, o território é resultante da apropriação social pelas sociedades e não somente pelo poder estatal. É "um espaço onde se projetou o trabalho [...] é a prisão que os homens constroem para si" e ainda, "o território se apoia no espaço, mas não é o espaço; é uma produção, a partir do espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Portanto, para o autor, o espaço é a base desse processo.

Assim, a análise dos processos de reconstrução de territórios na contemporaneidade constitui um instrumento teórico de grande valia para a compreensão da dinâmica social em seus âmbitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Silva (2015) esclarece que a abordagem em território tem sido um tema frequente em pesquisas, principalmente nas últimas décadas, sendo considerado por diversos autores o "conceito da moda". A categoria território tem origem no latim *territorium*, que deriva do termo latino "terra" e significa uma parcela de terra

apropriada e administrada politicamente. No entanto, o território não é concebido de maneira unânime entre todos os pesquisadores que trabalham com essa categoria de análise, e várias concepções são estabelecidas de acordo com as influências históricas vinculadas a diferentes correntes de pensamento.

De acordo com Haesbaert (2004, p. 95-96), o território, envolvido em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espço, "desdobra-se ao longo de um contínuo, que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'".

Cantelmo, Lobo e Garcia (2019) acrescentam à leitura feita por Costa (2006) uma perspectiva ontológica sobre o território, destacando suas duas realidades: a materialista e a ideológica. No campo das concepções materialistas, a abordagem naturalista é notável por evidenciar as relações entre os seres humanos e os outros componentes da natureza, assim como os conflitos que surgem dessas relações. No entanto, destaca-se também o quanto o discurso da modernidade tende a separar homem e natureza, e conseqüentemente, suas perspectivas de território (GONÇALVES, 2001; COSTA, 2006).

Foucault (2008, p. 15-16) identifica historicamente três tipos ou formas de relações de poder vinculadas a um espaço ou território determinado: "1º) a soberania se exerce nos limites de um território em termos jurídico-políticos; 2º) a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos; e 3º) a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população". Essas definições não podem ser consideradas absolutas, pois envolvem multiplicidades. A soberania envolve a multiplicidade de sujeitos em um território. A disciplina é exercida sobre o corpo dos indivíduos em dispositivos penais, militares e escolares, como um meio de recortar a multiplicidade e estabelecer um ponto de implantação, e não como matéria-prima.

Fuini (2021) utiliza a relação entre cidade e território como exemplo das mudanças das concepções territoriais decorrentes da evolução dos mecanismos de poder, destacando a soberania vinculada à localização da capital, suas funções e o controle sobre o território. Compara a visão da cidade como macrocosmo com a categoria mais global de território e a visão microcômica da cidade pensada em seu interior, como figura geométrica ou módulo arquitetônico.

Saquet (2013) afirma que o território é um conceito complexo, composto por vários elementos e níveis do pensamento, em unidade com o mundo da vida. Segundo

ele, a separação entre o pensamento e o real ou entre as dimensões da economia, da política e da cultura é um mero recurso didático.

Silva e Neres (2018) complementam Saquet ao enfatizar que pensar no território é ter clareza de que uma unidade conceitual expressa uma centralidade política, uma vez que está fundamentada em projetos partilhados pelos grupos/agentes envolvidos, como grupo social, classe social, instituições e o Estado. Para esses autores, a centralidade política é estrutural na categoria, e sua operacionalização metodológica deve buscar o entendimento dos processos sociais concretos.

Já Pecqueur (2005) destaca que um dos primeiros desafios do desenvolvimento territorial é a identificação de recursos específicos e, em seguida, a ativação ou especificação desses recursos. Os recursos específicos são importantes, uma vez que neles reside a possibilidade de construção de produtos e serviços com características enraizadas no território.

Estudos realizados sobre territórios em recomposição indicam que, apesar das inovações institucionais encontradas, a legitimidade desses territórios é frágil, o que os obriga a desenvolver uma capacidade de resposta original aos desafios da globalização e do desenvolvimento sustentável, a fim de provar sua eficiência.

Essa capacidade de resposta geralmente se manifesta em dinâmicas locais de desenvolvimento, conhecidas como "desenvolvimento local", que são baseadas em espaços de interdependência de atores heterogêneos preocupados em obter autonomia suficiente para engajamentos coletivos em ações que possam afetar todos os aspectos da vida local.

A diversidade dessas ações e seu caráter geralmente inovador demonstram o interesse dos atores locais em seu território de pertencimento e a vontade de buscar novos modos de gestão, até mesmo modelos de desenvolvimento de acordo com os princípios da sustentabilidade. Nesse contexto, o território da ação local se torna um "território de desenvolvimento sustentável" (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014).

Santos e Silveira (2001) afirmam que a palavra territorialidade deve ser entendida como sinônimo de "pertencer àquilo que nos pertence" (p. 19). Os autores alertam sobre a necessidade de dissociar a noção de territorialidade da defesa elementar do espaço vital de sobrevivência e preferem tratá-la como atributo humano, evitando transposições diretas entre animalidade e humanidade, tendo relação com

"a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos humanos".

Fernandes e Lopes (2018) destacam que o conceito de reelaboração criadora implica o potencial criativo/criador da pessoa para (re)interpretar a cultura, por meio de uma atividade organizadora interna, o que contribui para compreender como se procede ao enraizamento no mundo e na cultura.

Dessa forma, torna-se possível a renovação da própria cultura, ficando evidente a forte vinculação entre o território e a cultura na configuração da localidade, considerando um universo simbólico ancorado nos campos de sentido e significado que os seres humanos constroem na relação com seu espaço e com o universo material ali impregnado.

Todas as dimensões sociais se interpenetram e criam a centralidade geográfica desse local, onde a vida se faz em seus espaços e tempos, renovando-se a cada nascimento infantil, nas relações do cuidar e educar, em vivências coletivas, potenciais linhas de criação do novo (FERNANDES; LOPES, 2018).

Souza (2019) afirma que o território só existe quando é usado e praticado, sendo a expressão histórica do espaço geográfico compreendido como uma instância social, com uma indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações. Essa indissociabilidade entre objetos e ações é compreendida como expressões e resultados das relações sociais.

Storper (1994), citado por Haersbaert e Tramontani (2004), conceitua a desterritorialização de base econômica como a situação em que uma atividade pode ser definida como territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência de lugar), e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser facilmente e rapidamente criados ou imitados em outros locais que não os têm.

Serpa (2017) destaca que o lugar é sempre processual e articula diferentes espaços de conceituação. Para o autor, a articulação de recortes/escalas geográficas, que vão desde o local até o global, será tanto mais ampla e complexa quanto maior for a capacidade de articulação dos grupos envolvidos, bem como sua acessibilidade ao meio técnico disponível em cada lugar concreto.

Penna e Ferreira (2014) afirmam que a reestruturação de áreas degradadas, a equipagem de áreas carentes e a busca por mais equidade na vida urbana são

preocupações atuais na gestão das cidades. Essas áreas são o resultado da produção capitalista do espaço que valoriza alguns locais em detrimento de outros.

Esses lugares são desvalorizados e abandonados pelo poder público, tornando-se possíveis moradias para a população pobre e/ou excluída, que se insere de forma precária e informal no espaço urbano. Esses locais, sem infraestrutura e oportunidades de trabalho, formam "territórios de risco" que alimentam o ciclo vicioso da "imobilidade social" (PENNA; FERREIRA, 2014).

Os autores admitem que o território não oferece uma estrutura de oportunidades capaz de produzir melhores condições de vida para as populações carentes, independentemente de sua localização nas periferias "ilegais" ou não. A interação entre as carências espaciais e as fragilidades sociais, econômicas e culturais da população do lugar resulta no grau de vulnerabilidade desses locais, diminuindo suas potencialidades de enfrentamento das dificuldades impostas pela escassez de oportunidades (PENNA; FERREIRA, 2014).

De acordo com Pecqueur (2005), a construção social do território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que compartilham um espaço geográfico com o objetivo de identificar e solucionar problemas em comum. A partir disso, surgem as noções de "território-dado" e "território-construído".

Diniz (2018) afirma que é no espaço territorial, onde as relações sociais acontecem, que a vida é produzida e reproduzida, e onde são identificadas as capacidades protetivas e as mediações necessárias para a sobrevivência e convivência. Esse espaço também é onde as vulnerabilidades, ameaças, violências, potencialidades, processos de ajuda, sociabilidades e outras expressões das relações humanas e sociais ocorrem.

Schneider *et al.* (2010) afirmam que o debate sobre a abordagem territorial do desenvolvimento no Brasil emergiu na década de 1990, impulsionado por um contexto de recuperação organizacional e política dos movimentos sociais e outras instâncias da sociedade civil. Nesse contexto, começaram a surgir políticas públicas voltadas para a promoção de políticas territoriais, que incluíam o apoio à consolidação e ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais, baseados em estudos empíricos e teóricos envolvendo distritos industriais, *clusters* e *milieu*.

De acordo com Corrêa (2009), as políticas territoriais passaram a incorporar a perspectiva de combater a pobreza em espaços deprimidos do país, e os "Territórios da Cidadania" são um programa de desenvolvimento regional e de garantia de direitos

sociais destinado às regiões mais carentes do Brasil. O programa se baseia na integração das ações dos governos federal, estadual e municipal, com um plano desenvolvido em cada território com a participação da sociedade.

2. 3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA BREVE INCURSÃO

De acordo com Rodrigues (2015), a pobreza tem sido um fenômeno presente desde o início do desenvolvimento do capitalismo e seu aumento ou redução depende de medidas econômicas, políticas e sociais adotadas pelo Estado, que variam de acordo com as circunstâncias históricas e a correlação de forças entre as classes sociais. A política de assistência social no Brasil, bem como em outros países, surgiu para atender às necessidades dos trabalhadores e das populações pobres.

Abrão (2011) destaca que a pobreza deve ser entendida não apenas como a falta de recursos materiais (pobreza socioeconômica), mas como a negação de oportunidades para determinadas pessoas ou grupos, que são escolhidos para viver à margem de uma comunidade que lhes nega a dignidade, a individualidade e a cidadania (pobreza política).

Segundo Mauriel (2010), a pobreza tem ocupado cada vez mais /espaço no debate sobre política social, o que tem levado a um enfrentamento limitado da questão social e a uma impossibilidade de generalização dos direitos sociais. O problema não está apenas na priorização da pobreza como categoria de análise para pensar as políticas sociais, mas na forma como os "pobres" são tratados, sendo rotulados por suas fragilidades, descontextualizados e desistoricizados, aparecendo no discurso tecnocrático como objeto de uma nova vigilância moral.

De acordo com Soares (2000) citado por Carneiro e Araújo (2015), o processo de reconfiguração das políticas sociais no Brasil tem se caracterizado por uma crescente fragmentação na concepção e na gestão do social, assim como por um movimento de restrição e retrocesso das políticas sociais, que se tornam cada vez mais focalizadas e emergenciais, voltadas para situações extremas de pobreza.

Essa lógica, conforme argumenta Fleury (1998), tem gerado uma estratificação da proteção social na relação entre o Estado e os indivíduos, com a definição de critérios de acesso/elegibilidade aos programas sociais que deixam à margem parcelas significativas de indivíduos e famílias em situações semelhantes,

segmentando, assim, a condição de inserção e a relação desigual dos cidadãos, divididos em atendidos, protegidos, assistidos e desassistidos.

Sabe-se que o Estado intervém na sociedade por meio de políticas públicas, em especial, por meio de políticas sociais. Apesar de amplamente discutido no âmbito acadêmico e de haver extensa produção teórica sobre o tema, o estudo das políticas sociais é bastante complexo, sobretudo porque existem numerosas definições e perspectivas teóricas sobre o assunto, que partem de diferentes autores, os quais tentam compreender seus fundamentos, bem como situar suas nuances na esfera prática, principalmente através de análises comparativas (BEHRING, 2016).

Desse modo, para Buarque (2016), as políticas públicas que envolvem todo o arcabouço de proteção dos direitos sociais, e consequentemente da assistência social, consistem em formas de garantir a efetivação dos direitos fundamentais. Segundo Bobbio (2004, p. 79), as políticas públicas têm como objetivo "assegurar a igualdade material por meio de atividades que têm por escopo os objetivos insculpidos no art. 3º da Constituição Brasileira de 1988".

Morretti (2016) destaca que as políticas públicas constituem programas de atuação do Poder Executivo, os quais buscam definir as áreas sociais que devem ser priorizadas, planejar os objetivos a serem alcançados, analisar os instrumentos disponíveis para sua realização, bem como direcionar os recursos públicos necessários para a consecução desses objetivos.

Segundo Dall'Acqua (2007), as políticas governamentais de desenvolvimento local surgiram no Brasil baseadas em um paradigma que entendia o Estado como principal agente indutor e compreendia as desigualdades socioeconômicas inter-regionais como sério obstáculo à integração nacional e à sustentabilidade do crescimento brasileiro.

De acordo com Couto (2010), a Política de Assistência Social apresenta-se genérica na atenção e específica nos destinatários, particularista – porque está voltada ao atendimento de necessidades básicas, “desmercadorizável” e universal ao incluir segmentos excluídos de outras políticas, serviços e direitos.

Pereira (2009) defende que a finalidade das políticas sociais é atender às necessidades sociais cuja resolução extrapola a iniciativa particular e espontânea, por meio de um esforço coletivo a favor da justiça social e concretização de direitos sociais. Ainda de acordo com a autora, “o conceito de política social só tem sentido se quem a utiliza acreditar que deve (política e eticamente) influir numa realidade

concreta que precisa ser mudada”, ou seja, com o objetivo de modificar as necessidades, sendo necessário conhecer como elas são criadas e distribuídas, a partir das posições diferentes de cidadãos na estrutura de classe da sociedade (p. 171).

Lasta (2015) destaca que as Políticas Públicas de Assistência Social no Brasil emergem em um solo adverso e buscam garantir melhorias nas condições de vida da população, bem como enfrentar as desigualdades sociais e a tradição histórica e política da divisão de classes sociais, pobreza, miséria, desemprego, baixa escolaridade, velhice, necessidades especiais, entre outras.

Behring e Boschetti (2007) explicam que, no Brasil, o debate em torno das políticas sociais como um Estado protetor não acompanhou o mesmo período histórico de países de capitalismo central. A implementação dos direitos sociais é caracterizada pela distância entre sua definição e sua realização, devido à sua instabilidade institucional e política constante.

Carvalho e Teixeira (2017) destacam que a assistência social brasileira teve sua organização iniciada na Constituição Federal de 1988, por meio dos artigos 203 e 204, que estabelecem os pressupostos para o seu funcionamento. O artigo 206 ressalta a importância da família como base da sociedade e enfatiza a necessidade de proteção por parte do Estado.

Oliveira (2017) destaca que, apesar da instituição da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004, ainda existe uma cultura de caridade e clientelismo que atrasa o redirecionamento da política na direção da lógica de direitos.

Segundo Schuh *et al.* (2021), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 representa uma mudança significativa no estatuto dos sujeitos da assistência social, que antes eram considerados apenas necessitados e carentes e agora são vistos como sujeitos de direitos e cidadãos. Essa transformação visa não apenas atender às necessidades básicas, mas também promover a autonomia dos sujeitos, como afirmado por Serpa, Virgínia e Cavalcante (2015).

No entanto, Schuh *et al.* (2021) apontam que o público-alvo da assistência social, que é considerado sujeito de direitos e recebe serviços estatais, ainda é estigmatizado e os termos usados para se referir a ele podem reforçar estereótipos e limitar suas possibilidades. Um dos termos mais comuns é "usuário", definido no

dicionário da língua portuguesa como "aquele que possui ou usa alguma coisa por direito" (ROCHA; PIRES, 2005, p. 709).

De acordo com Amaral (2015), a promulgação da lei de organização da Assistência Social só ocorreu em 2011, após a tipificação dos serviços socioassistenciais em 2009 e o pacto de gestão integrada entre os serviços e benefícios do Serviço Único de Assistência Social. Embora as leis e normas constitucionais de criação de serviços visem garantir direitos, bens, serviços e atenção integral aos cidadãos brasileiros, na prática, é comum observar ações setorializadas e fragmentadas no campo das políticas públicas, o que dificulta a implementação de ações integrais e georreferenciadas.

Para Nascimento (2010), a intersectorialidade das políticas públicas tornou-se uma dimensão valorizada devido à ineficiência, inefetividade e falta de eficácia observadas na implementação das políticas setoriais. Isso se deve principalmente ao fato de que tais políticas não atendem às demandas da população, além dos recursos disponibilizados para a execução delas. Dessa forma, a intersectorialidade passou a ser um requisito para a implementação das políticas setoriais, visando à sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil.

Para Cavalcanti *et al.* (2013), a palavra "setor" empregada na composição do termo "intersectorialidade" refere-se às políticas sociais. Essa conceituação geral remonta aos processos de gestão das políticas de corte social. Assim, a intersectorialidade vai além de sua conceituação e oferece orientações para soluções e alternativas concretas para a articulação das políticas sociais, objetivando impactos positivos para as condições de vida das populações urbanas e rurais.

De acordo com Santos (2010 citado por MARTINS; OLIVEIRA, 2017), a intersectorialidade deve ser vista como um modelo de gestão que busca oferecer um atendimento integral aos cidadãos e às suas famílias, considerando-os como sujeitos em sua totalidade e garantindo o acesso aos direitos sociais e serviços públicos.

A autora ainda destaca que a colaboração entre os diferentes setores é fundamental para a implementação de políticas públicas efetivas, e que essa cooperação depende da compreensão das complexas relações sociais existentes tanto dentro quanto entre os setores envolvidos (MARTINS; OLIVEIRA, 2017).

Segundo Joazeiro e Mariosa (2015, p. 185), a compreensão da realidade social requer uma leitura na perspectiva da totalidade, que envolve a apreensão do território

em suas múltiplas dimensões, considerando a relação entre a tessitura do tempo presente e a dinâmica sócio-histórica.

Nesse sentido, a vigilância social, conforme descrito por Silva (2015), tem como função identificar a demanda por proteção social e a capacidade dos equipamentos e serviços para suprir as necessidades das famílias em um determinado território. A Lei n. 12.435 de 2011, por sua vez, define que a vigilância socioassistencial deve analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e identificar vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos (BRASIL, 2011).

Conforme argumentado por Silva (2015), a criação da Vigilância Social como objetivo da Política de Assistência Social representa uma nova concepção dessa política, que passa a ter o papel de monitorar e prevenir riscos sociais. A partir da leitura territorial, a Assistência Social pode gerenciar seus serviços de acordo com as demandas e potencialidades da população, o que significa uma abordagem mais proativa e preventiva (SILVA, 2015).

Hillesheim e Lasta (2018) destacam que, para combater a pobreza, foram desenvolvidos programas e benefícios que combinam a assistência social e a educação, por meio de condicionalidades, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Programa Bolsa Família, o Bolsa Escola e o Programa Brasil Carinhoso.

2. 4 APLICAÇÕES DA ANÁLISE ESPACIAL

Polidro e Barros (2010) afirmam que as Geotecnologias têm sido amplamente utilizadas em diversas áreas do conhecimento, por sua capacidade em lidar com grandes volumes de dados espaciais e por serem extremamente versáteis. Essas tecnologias podem auxiliar no planejamento e na tomada de decisões que exijam análise espacial ou análise geográfica.

Segundo Ferreira (2007), as ferramentas computacionais para geoprocessamento permitem a realização de análises complexas ao integrar dados de diversas fontes e ao criar banco de dados georreferenciados. Além disso, tais ferramentas tornam possível a automatização da produção de documentos cartográficos.

De acordo com Câmara *et al.* (1999), os dados utilizados em geoprocessamento apresentam uma diversidade de fontes geradoras e de formatos.

Para um SIG, é fundamental armazenar a geometria dos objetos geográficos e seus atributos, incluindo as várias representações gráficas.

Por sua vez, Rosa (2011) destaca que o conceito de informação geográfica extrapola a informação cartográfica, abrangendo todos os tipos de dados que possam ser materializados na representação cartográfica e passíveis de análise espacial. Isso inclui informações qualitativas e quantitativas, como dados censitários e informações sobre tipos de solo, desde que possam ser referenciados a uma determinada área.

Conforme Silva e Lopes (2013), a utilização de geotecnologias para adquirir e processar dados é fundamental para a pesquisa, pois facilita a análise e interpretação rápida e confiável desses dados.

Segundo Florenzano (2002), os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são altamente úteis para o estudo e monitoramento do meio ambiente, além do planejamento de cidades, regiões, países e diferentes atividades e serviços. A espacialização de dados e fenômenos georreferenciados possibilita a gestão do território e é extremamente valiosa na elaboração de políticas públicas.

Conforme destacado por Silva e Lopes (2013), as geotecnologias são ferramentas versáteis e capazes de responder a perguntas "como", "onde" e "por que" ocorrem determinados fenômenos, além de permitir a identificação de locais para intervenções ou priorização de áreas que necessitam de atenção.

Conforme Câmara e Carvalho (2004), a análise espacial (AE) consiste no estudo dos padrões de distribuição de pontos ou áreas, com a determinação de latitude e longitude em malha cartográfica digital, bem como na caracterização desses padrões, admitindo o espaço como produto e produtor de diferenciações sociais e ambientais que afetam a saúde dos grupos de sujeitos envolvidos.

Ramos (2015) destaca que a expansão das aplicações em Sistemas de Informações Geográficas (GIS) tem sido acompanhada pelo desenvolvimento de uma área específica conhecida como geotecnologia, que surgiu inicialmente voltada para aplicações militares de sensoriamento remoto durante a Guerra Fria e a corrida espacial ocorrida nas décadas passadas.

Teixeira e Christofolletti (1992) afirmam que os SIGs são constituídos por uma série de programas e processos de análise, cuja característica principal é focalizar o relacionamento de determinado fenômeno da realidade com sua localização espacial. Eles utilizam uma base de dados computadorizada que contém informação espacial, sobre a qual atuam uma série de operadores espaciais. Além disso, os SIGs baseiam-

se em uma tecnologia de armazenamento, análise e tratamento de dados espaciais, não-espaciais e temporais e na geração de informações correlatas.

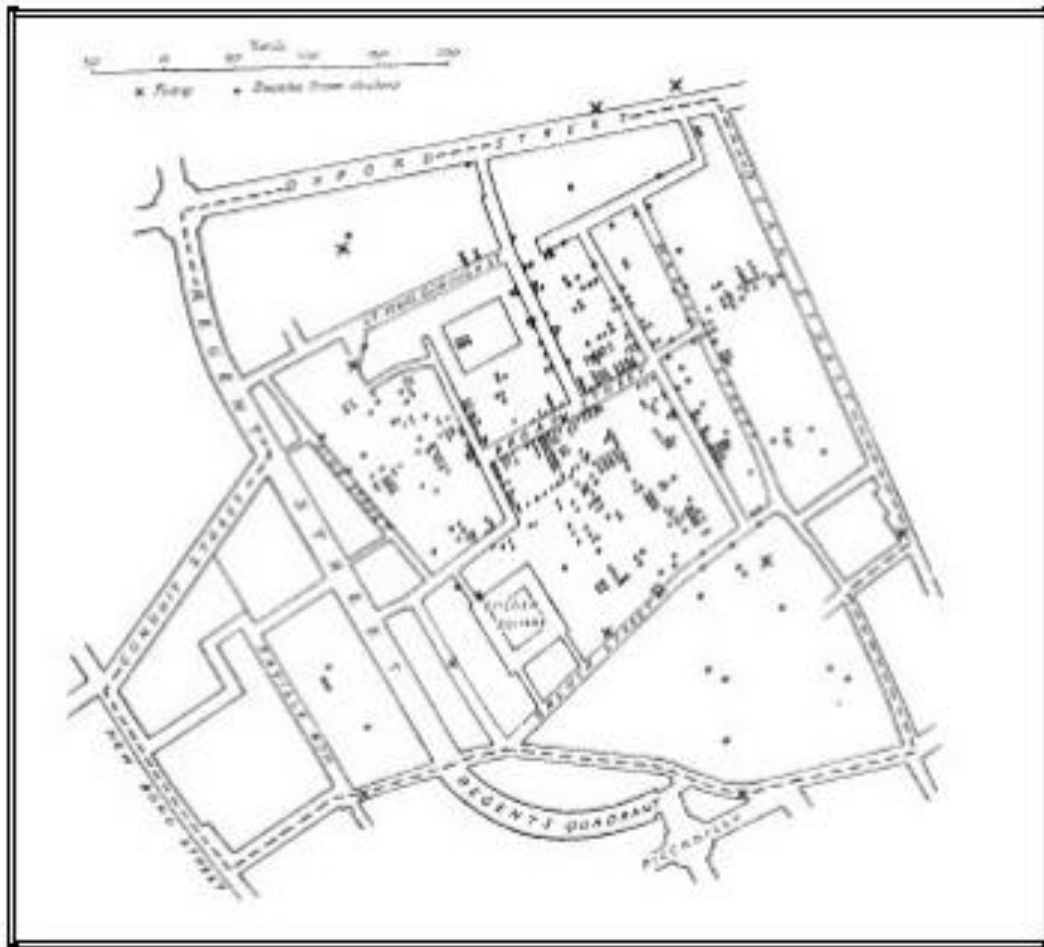
Os Sistemas informação geográfica têm como principais características: integrar, numa única base de dados, informações espaciais provenientes de dados cartográficos, dados de censo e de cadastro urbano e rural, imagens de satélite, redes e modelos numéricos de terreno; combinar as várias informações, através de algoritmos de manipulação, para gerar mapeamentos derivados; consultar, recuperar, visualizar e plotar o conteúdo da base de dados geocodificados (CÂMARA, 1993).

A associação das ciências matemática e computacional com a ciência geográfica permitiu que a coleta de dados de uma área, a edição de mapas digitais complexos e o cruzamento de informações espaciais se tornassem tarefas fáceis e rápidas de serem realizadas. Segundo Leite e Rosa (2006), o sensoriamento remoto e o geoprocessamento são ferramentas de extrema relevância para a análise espacial em suas diferentes e variadas discussões. Tais sistemas proporcionam uma série de comodidades ao usuário, além de maior confiabilidade e precisão das informações.

Krempi (2014) afirma que, de acordo com Assunção (2001), a visualização é um aspecto importante da estatística espacial, mas é limitada em sua utilidade se não for acompanhada pela descrição, comparação e interpretação dos dados.

Ferreira (2009) apresenta como exemplo clássico da abordagem e do interesse por tomadas de decisões e pioneirismo a análise espacial intuitiva realizada por John Snow no século 19, em 1854, a partir da ideia experimental de localizar o epicentro dos casos de cólera em Londres, conforme a figura 1. O autor destaca que essa análise permitiu ações efetivas no combate à doença, por meio da colocação em um mapa dos pontos confirmados pelo pesquisador, que possibilitou o detalhamento visual da região afetada, incluindo a confirmação da hipótese de que a localização da captação de água da bomba estava em um setor que recebia uma concentração altíssima de dejetos, inclusive de pacientes com cólera.

Figura 1- Mapa de área de localização da área de pesquisa



Fonte: Câmara *et al.* (2004)

Bueno (2014) enfatiza a importância da visualização de mapas como ferramenta descritiva para identificação de padrões demográficos que não são percebidos em tabelas. Contudo, o uso amplo de mapas e a percepção de padrões espaciais não significam que o espaço tenha sido incorporado analiticamente nos estudos de população. Para isso, é necessário criar modelos que expressem a relação causal entre o espaço e os fenômenos demográficos, o que é uma das maiores dificuldades para a incorporação definitiva e efetiva do espaço nas análises, conforme corroborado por NICHHD (2002).

Existem algumas técnicas que podem ser utilizadas para identificar vulnerabilidades sociais a partir de diferentes dimensões, incluindo as ambientais, culturais, econômicas e jurídicas. A partir dessas dimensões, os pesquisadores podem criar uma variável que combine diversos indicadores de vulnerabilidade, ponderando-os de acordo com sua importância hierárquica.

Conforme Lima (2016), em sua pesquisa, é abordada uma metodologia com o objetivo de produzir um índice síntese de dados relevantes para identificar a vulnerabilidade social. Denominado de Índice Brasileiro de Vulnerabilidade Social, essa metodologia contempla as dimensões de população e lugar e suas naturezas baseadas em renda, idade, educação, registro, responsabilidade pelo domicílio, moradia e vizinhança. A metodologia ainda inclui a construção do algoritmo de cálculo da vulnerabilidade social e sua aplicação para a cidade de Uberlândia - MG.

Malta *et al.* (2017) associa em sua pesquisa a análise de áreas em situação de vulnerabilidade e o risco ambiental no município do Rio de Janeiro, aplicando a distribuição espacial e o cálculo dos índices de autocorreção espacial em suas unidades de Desenvolvimento Humano referentes ao município.

Chaves *et al.* (2022) realizou uma análise da vulnerabilidade social em Teresina, Piauí, em relação a inundações. Para isso, utilizaram-se dados alfanuméricos de 11 variáveis para os 110 bairros do município. O índice de vulnerabilidade social foi calculado por meio de média aritmética simples e os dados foram espacializados por meio de ferramentas de sistemas de informações geográficas. Com isso, foi possível identificar bairros na cidade que apresentam potencial vulnerabilidade à ocorrência de desastres.

3 METODOLOGIA

3. 1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Teresina possui área de 1.391,293 km², localiza-se na Macrorregião do Meio Norte, compreendendo o Território do Desenvolvimento do Entre Rios encontra-se situada nas respectivas coordenadas geográficas: latitude 5°05'21"S e longitude 42°48'07"W (IBGE, 2011; 2020).

Silva Junior (2021) afirma que, com base nos dados do IBGE (2010 - 2016), em 2016 a economia teresinense sustentava-se nas atividades de serviços (70,93%), indústria (28,69%) e agropecuária (0,38%), e que, 61,6% dos domicílios possuíam esgotamento sanitário, 72,3% eram arborizados e 5,8% das residências em vias públicas apresentavam infraestruturas como bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

Conforme o painel de Sistema de Informações de Saneamento (SNIS), estima-se que a cidade tem 868,075 habitantes (IBGE, 2020), sua densidade demográfica representa 623,63 Hab/Km², possuindo o PIB per capita (2019) correspondente a R\$ 25.458,50, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o ano de 2010, de 0,751, apresentando uma evolução positiva em comparação ao ano 2000 que foi de 0,620, aproxima-se de uma posição de destaque no Estado do Piauí (CEPRO, 2016).

Segundo os dados de consultas, seleção e extração de informações do CadÚnico (CECAD), ferramenta que permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (BRASIL, 2022), dados disponíveis em abril do ano de 2022, o município de Teresina possui 347.369 pessoas cadastradas ao Cadastro Único, entre esses dados, 61% (213.331) estão em situação de extrema pobreza, 21% (71.849) são de baixa renda, 8% (26.942) estão em situação de pobreza e 10% (35.247) possuem a renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo.

Adicionando os dados do CECAD (BRASIL, 2022), no referido período, no município de Teresina foram 142.150 famílias incluídas no CadÚnico, sendo que 60% (85.398) estão em situação de extrema pobreza, 6% (9.160) estão em situação de pobreza, 18% (25.426) são de baixa renda e 16% (22.166) vivem acima de ½ salário

mínimo. Foi quantificado, em outubro de 2021, a existência de 67.431 famílias assistidas com o Programa Bolsa Família.

A capital do Estado do Piauí faz parte da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Grande Teresina, criada pela Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, que dispõe sobre a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e sobre o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (SOUSA, 2021).

Érnica (2013) aponta que a composição social de Teresina é caracterizada por graves desigualdades sociais superiores à média nacional. Em 2000, o índice de Gini local era de 0,65, comparado com 0,59 no Brasil (PNUD, 2003). Além disso, Teresina é caracterizada por um nível de estratificação social relativamente baixo, se comparado a São Paulo.

Bueno (2015) destaca que a atração populacional exercida por Teresina se refletiu em sua produção espacial urbana, seja em relação ao crescimento do tecido citadino, seja em relação ao uso e ocupação do solo e espacialização dos estratos sociais.

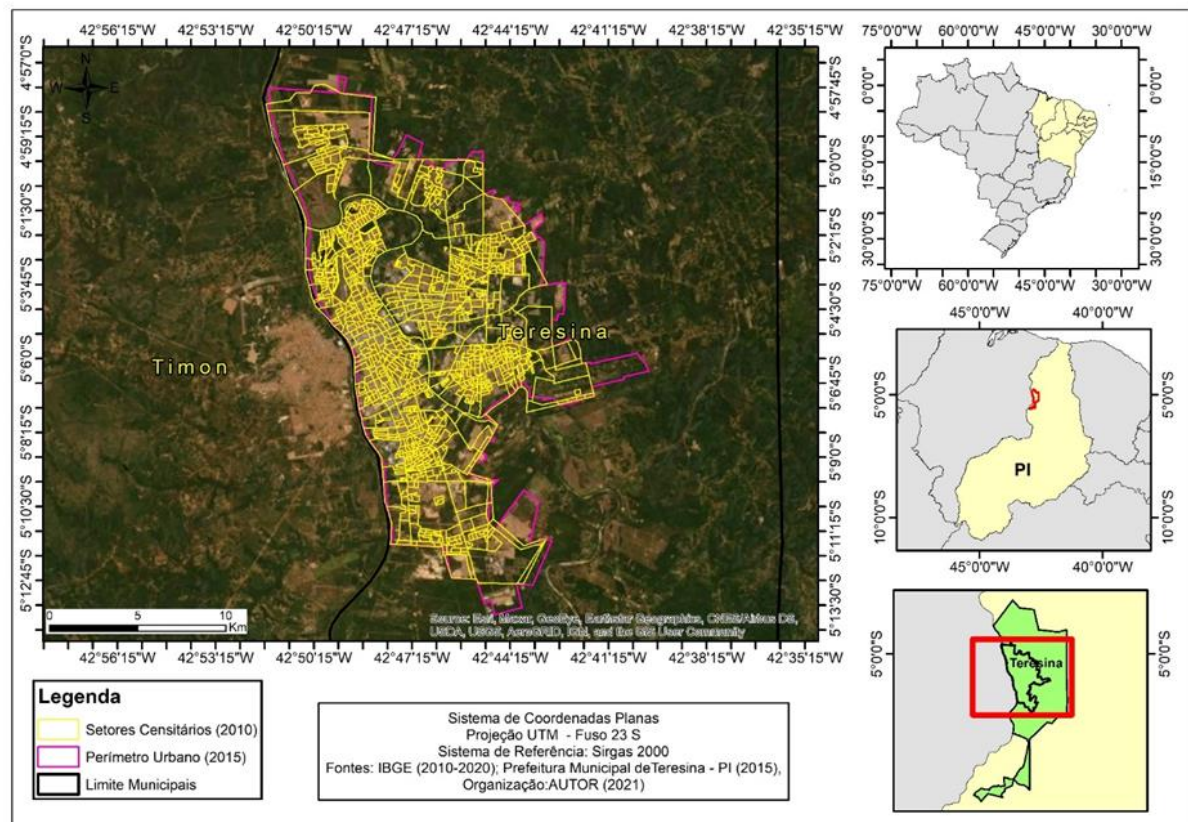
A área central, mais dotada de equipamentos e de infraestrutura urbana, quando comparada com a periférica, foi o espaço de habitação das classes sociais com renda alta, enquanto os mais pobres foram ocupar as franjas urbanas, uma das evidências de que o acesso ao solo urbano e suas benfeitorias ficou condicionado à renda dos habitantes. Assim, os detentores de maiores aquisições monetárias consumiam os serviços públicos de infraestrutura, ao passo que os pobres ficavam à margem dessas melhorias (BUENO, 2015).

Para Chaves (2015), o caráter da urbanização de Teresina se deu de modo assimétrico e excludente, posto que as áreas de melhor localização foram ocupadas pela população de classes média e alta, tendo a população de baixa renda que ocupar as zonas mais periféricas, muitas vezes em terrenos impróprios para habitação, contribuindo também para a intensificação dos loteamentos clandestinos e espraiamento de vilas e favelas.

Para Braga e Carneiro (2018), de acordo com dados do IBGE (2010), o município de Teresina apresenta uma população urbana acima de noventa por cento (90%) do total de habitantes, cuja urbanização ocorreu por meio de um processo contínuo, crescente e desordenado, promovendo assim um conjunto de vulnerabilidades sociais que afetam um significativo contingente populacional.

Assim, para a aplicação da metodologia, foi realizado o levantamento das bases de dados socioeconômicos disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para os anos 2000 e 2010. A área de estudo concentrou-se na área urbana do município, conforme a figura 2.

Figura 2 - Área de Estudo, Perímetro Urbano de Teresina – PI



Fonte: Autor, 2023.

A opção pelos softwares utilizados buscou contemplar as necessidades de análise e a facilidade de usabilidade. Foram utilizados os Sig Qgis, versão 2.18, ArcGIS versão 10.3 disponibilizadas no Laboratório de geoprocessamento do Instituto Federal do Piauí, para a elaboração de dados geográficos, análises espaciais dos dados e produção de mapas temáticos.

3. 2 METODOLOGIA DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)

Para a obtenção dos dados sobre as informações para o estudo, foi realizado o acesso a sítio da plataforma do Índice de Vulnerabilidade Social, disponibilizada pelo IPEA.

O Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS) é uma plataforma digital de acesso a indicadores relacionados à vulnerabilidade e à exclusão sociais, permitindo a consulta ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para distintos recortes territoriais brasileiros (IPEA, 2018).

As informações dos dados por setores foram calculadas com base nos dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000 e 2010. Essas informações foram refinadas, gerando as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), que foram delineadas buscando gerar áreas mais homogêneas do ponto de vista das condições socioeconômicas do que as áreas de ponderação do IBGE.

A princípio, o setor censitário é constituído de áreas contíguas, delimitadas para atender aos parâmetros da coleta e para controle cadastral. Situa-se em um único quadro urbano ou rural e o número de domicílios nele contidos, bem como sua dimensão territorial são definidos de forma a permitir o levantamento das informações por um único recenseador. É definido em função da rota do recenseador, obedecendo a barreiras físicas e à lógica dos logradouros (IPEA, 2015).

Os dados dos censos demográficos coletados pelo IBGE são apresentados em formato agregado por universo, a fim de preservar a privacidade dos entrevistados. Embora as informações do questionário aplicado no universo dos domicílios estejam disponíveis para os setores censitários, os dados do questionário da amostra, que são utilizados como base para a elaboração do Atlas da Vulnerabilidade Social, estão acessíveis apenas para as áreas de ponderação (IPEA, 2015, p. 13).

As Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) são construídas com o objetivo de melhor captar a diversidade de situações relacionadas com o desenvolvimento humano que ocorre no interior dos espaços intrametropolitanos, para desvendar o que é escondido pelas médias municipais agregadas.

As UDHs são recortes territoriais localizados dentro das áreas metropolitanas que podem ser uma parte de um bairro, um bairro completo ou, em alguns casos, até um município pequeno. A definição dos limites das UDHs é entendida a partir da homogeneidade socioeconômica delas, formadas com base nos setores censitários do IBGE.

As UDHs estão voltadas para a análise espacial das Regiões de Desenvolvimento e Metropolitanas por meio de recortes espaciais de maior

homogeneidade socioeconômica, com o objetivo de retratar as desigualdades intrametropolitanas de forma mais contundente.

3. 2. 1 Metodologia das dimensões que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

Inicialmente, para a obtenção dos dados Índices de Vulnerabilidade Social, é necessário realizar o cálculo dos subíndices, para isso, foram utilizados dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010, tabulados da plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) e foram organizadas em três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano, IVS Renda e Trabalho. Para a construção de cada dimensão do IVS, utilizando os pesos equivalentes para cada indicador, foi necessário utilizar parâmetros máximos e mínimos, em cada indicador, para transformá-lo, também, num indicador padronizado, com valores variando de 0,000 a 1,000 (IPEA, 2015; 2018).

IVS Infraestrutura Urbana procura refletir as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, por serem dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas que impactam significativamente sua qualidade de vida, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Descrição dos indicadores que compõem a dimensão IVS infraestrutura urbana

Indicador	Descrição	Peso
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.	Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,300
Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizados em área urbana.	0,300
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o	Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010) e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em	0,400

trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.	domicílios vulneráveis à pobreza e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.	
--	--	--

Fonte: IPEA, 2015.

IVS Capital Humano determinam as perspectivas de futuro dos indivíduos: suas condições de saúde e seu acesso à educação, conforme o quadro 2.

Quadro 2 - Descrição dos indicadores que compõem a dimensão IVS capital humano

Indicador	Descrição	Peso
Taxa de mortalidade até 1 ano de idade	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.	0,125
Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola.	Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam creche ou escola e o total de crianças nessa faixa etária (multiplicada por cem).	0,125
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola.	Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por cem).	0,125
Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos.	Razão entre o número de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos e o total de mulheres nessa faixa etária (multiplicada por cem).	0,125
Percentual de mães chefes de família, sem Ensino Fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família.	Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, que não têm o Ensino Fundamental completo e têm pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família (multiplicado por cem). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,125
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade.	Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por cem).	0,125
Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o Ensino Fundamental completo.	Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o Ensino Fundamental completo e a população total nessa faixa etária residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por cem).	0,125
Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010), na população total dessa faixa etária.	Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população total nessa faixa etária (multiplicada por cem). Definem-se como vulneráveis à pobreza as pessoas que moram em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de agosto de 2010). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,125

Fonte: IPEA, 2015.

IVS Renda e Trabalho agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda das famílias, no momento da coleta dos dados (percentual de famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 255,00 mensais, em agosto de 2010) como incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda insuficiente, configuram um estado de insegurança de renda das famílias: a desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência da família com relação à renda de pessoas idosas, assim como a presença de trabalho infantil, citados o quadro 3.

Quadro 3 - Descrição dos indicadores que compõem a dimensão IVS renda e trabalho

Indicador	Descrição	Peso
Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010).	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais (em reais de agosto de 2010), equivalente a meio salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.	0,200
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade.	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.	0,200
Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem Ensino Fundamental completo e em ocupação informal.	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem Ensino Fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por cem. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.	0,200
Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e nos quais a renda de moradores com 65 anos ou mais de idade (idosos) corresponde a mais da metade do total da renda domiciliar, e a população total residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por cem).	0,200

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade.	Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nessa faixa etária (multiplicada por cem). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.	0,200
---	---	-------

Fonte: IPEA, 2015.

Conforme o IPEA (2015; 2018), IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso.

Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade) (IPEA, 2015; 2018).

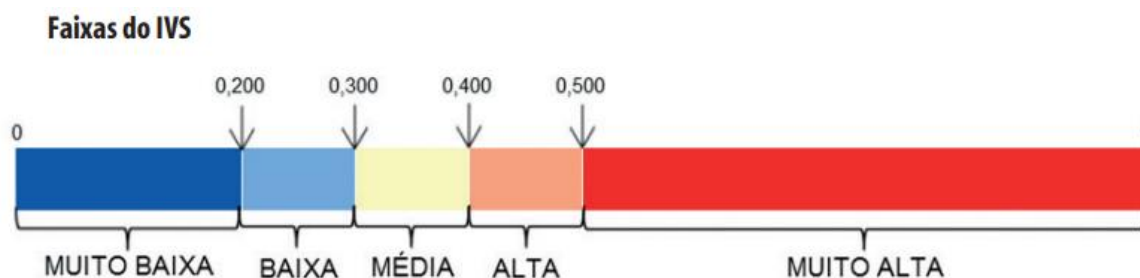
Com os indicadores normalizados, calcula-se uma média ponderada para cada dimensão. A única dimensão que mostra pesos diferentes é a Infraestrutura Urbana, em que um peso maior é dado para o indicador de tempo de deslocamento casa-trabalho.

Após o cálculo dos valores das três dimensões, o IVS é obtido através de uma média aritmética simples das três dimensões:

$$IVS = \frac{IVS IU + IVS CH + IVS RT}{3}$$

O IVS é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social de um município, representado na figura 3.

Figura 3 - Faixa de Leitura do Índice de Vulnerabilidade Social

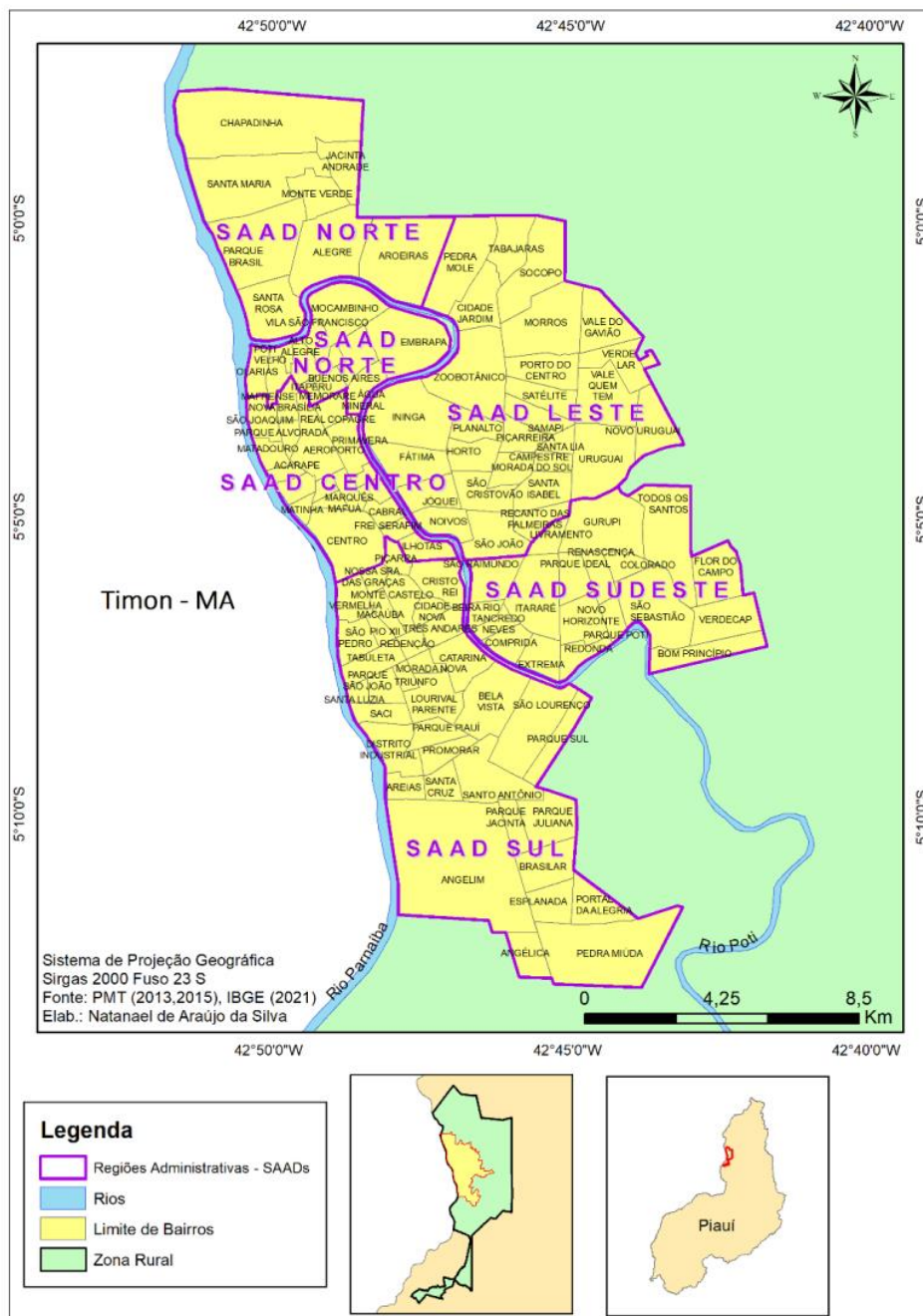


Fonte: IPEA, 2015.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Conforme os dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, a área urbana do município de Teresina possui cento e vinte e três bairros, conforme a figura 4, dividida em 5 regiões administrativas denominadas Superintendência das Ações Administrativas Descentralizadas (SAAD).

Figura 4 - Limite dos bairros de Teresina e suas Regiões Administrativas Descentralizadas



Fonte: PMT, 2013. Autor: 2022.

Em 2010, o município contava com 112 bairros, com a promulgação da Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013, fixaram-se as denominações e delimitaram-se os perímetros dos bairros de Teresina, com a criação de 09 (nove) bairros, totalizando 123 bairros. As alterações ocorridas por Superintendências são: Regional Centro Norte: exclusão do bairro Cidade Industrial, com a criação dos bairros, Chapadinha, Santa Maria, Jacinta Andrade, Monte Verde, Parque Brasil e Alegre; Regional Leste: criação dos bairros Cidade Jardim e Árvores Verdes; Regional Sudeste: criação do bairro Flor do Campo; Regional Sul: criação dos bairros Portal da Alegria, Pedra Miúda e Angélica.

A área urbana apresentou um aumento da população residente por região administrativa para os anos de 2000-2010, conforme estão apresentados nas Tabelas 1, 2, 3, 4. A região Centro Norte, conforme a Tabela 1, composta por 35 bairros, possuía 213.304, habitantes em 2000 e aumentou para 228.906, em 2010. Na verdade, enquanto alguns bairros tiveram diminuição populacional, como São Joaquim e Centro, outros tiveram aumentos significativos, como Santa Rosa, que detinha 2.202 habitantes em 2000 e dobrou em 2010 para 4.878 habitantes.

Da mesma forma, o bairro Aroeiras, que possuía 1.767 habitantes, no ano 2000, aumentou para 4.577 habitantes, em 2010, enquanto o bairro Cidade Industrial, que possuía 18.071 habitantes em 2000, aumentou para 32.685 habitantes, em 2010. Além disso, o bairro Mocambinho apresentou uma maior concentração populacional, possuindo, em 2010, 28.385 habitantes.

Tabela 1 - Teresina - Evolução da população residente por bairros na regional Saad Centro Norte - 2000 a 2010

Bairros	Ano 2000	Ano 2010
Santa Rosa	2.202	4.878
São Francisco	5.784	5.453
São Joaquim	11.903	10.558
Vila Operária	3.237	3.173
Acarape	3.412	3.018
Aeroporto	8.051	7.567
Água Mineral	11.944	12.106
Alto Alegre	5.411	5.389
Alvorada	5.839	5.387
Aroeiras	1.767	4.577

(continua)

(conclusão)		
Bairros	Ano 2000	Ano 2010
Bom Jesus	3.954	3.606
Buenos Aires	7.471	7.308
Cabral	3.484	3.236
Centro	15.284	12.180
Cidade Industrial	18.071	32.685
Embrapa	1.010	1.006
Frei Serafim	1.906	2.562
Ilhotas	6.270	6.956
Itaperu	2.063	2.166
Mafrense	6.781	6.492
Mafuá	3.163	2.861
Marquês de Paranaguá	4.230	3.865
Matadouro	4.888	5.530
Matinha	3.254	3.129
Memorare	6.109	5.667
Mocambinho	27.260	28.385
Morro da Esperança	3.767	3.344
Nova Brasília	5.794	6.780
Olaria	1.642	1.561
Piçarra	4.082	3.662
Pirajá	2.991	2.898
Porenquanto	2.489	2.285
Poti Velho	4.208	3.730
Primavera	9.054	9.102
Real Copagre	4.529	5.804
Total	213.304	228.906

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina / IBGE, 2014.

A região Leste é composta por 27 bairros, conforme a Tabela 2. Em 2000, essa região possuía um total de 132.340 habitantes, passando, em 2010, para 167.443 habitantes.

Em relação aos bairros específicos, pode-se destacar que o Vale do Gavião, que contava com apenas 22 habitantes em 2000, teve um aumento significativo em sua população, chegando a 1.507 habitantes em 2010. De maneira similar, o bairro Samapi, que possuía 2.669 habitantes em 2000, apresentou um aumento populacional expressivo, alcançando 10.772 habitantes em 2010. Já o bairro Socopo, que contava com 536 habitantes em 2000, teve um aumento em sua população, chegando a 1.892 habitantes em 2010.

Os bairros São Cristóvão, Fátima, Horto e Ininga mantiveram um crescimento constante em relação à população. Por outro lado, os bairros Vale Quem Tem e Satélite foram os mais populosos tanto em 2000 quanto em 2010.

Tabela 2 - Teresina - Evolução da população residente por bairros na regional Saad Leste - 2000 a 2010

Bairros	Ano 2000	Ano 2010
Campestre	3499	4.420
Fátima	7352	8.349
Horto	4091	5.889
Ininga	7339	8.099
Jóquei	3108	5.967
Morada do Sol	4637	5.496
Morros	944	1.166
Noivos	2750	3.734
Novo Uruguai	261	416
Pedra Mole	9748	10.528
Piçarreira	7483	7.381
Planalto	5983	5.543
Porto do Centro	8468	6.805
Recanto das Palmeiras	1129	989
Samapi	2669	10.772
Santa Isabel	3679	6.675
Santa Lia	2566	2.091
São Cristóvão	6250	6.592
São João	8627	8.362
Satélite	12653	11.606
Socopo	536	1.892
Tabajaras	5951	6.871
Uruguai	2209	4.776
Vale do Gavião	22	1.507
Vale Quem Tem	15128	20.106
Verde Lar	5068	11.095
Zoobotânico	190	316
Total	132340	167.443

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina / IBGE, 2014.

De acordo com a Tabela 3, a região sudeste é composta por 19 bairros. Em 2000, essa região apresentava um total de 118.442 habitantes, tendo aumentado para 134.105 habitantes em 2010. Dentre os bairros da região, o bairro Flor do Campo possuía 252 habitantes em 2010.

Já o bairro Itaraté, que é um dos bairros mais populoso da região, apresentou uma redução populacional, passando de 40.751 habitantes em 2000 para 37.443

habitantes em 2010. Por outro lado, os bairros Parque Ideal, Novo Horizonte, Gurupi e São Sebastião apresentaram um aumento de habitantes em 2010 em comparação com o ano 2000.

Tabela 3 - Teresina - Evolução da população residente por bairros na regional Saad Sudeste

Bairros	Ano 2000	Ano 2010
Beira Rio	2.495	2.890
Bom Princípio	1.272	2.654
Colorado	5.584	7.062
Comprida	1.003	1.672
Extrema	5.230	5.761
Flor do Campo	0	252
Gurupi	9.242	13.724
Itararé	40.751	37.443
Livramento	51	0
Novo Horizonte	8.076	10.711
Parque Ideal	11.588	12.440
Parque Poti	3.527	4.624
Redonda	2.510	3.229
Renascença	13.023	12.685
São Raimundo	724	777
São Sebastião	8.301	11.662
Tancredo Neves	2.550	3.374
Todos os Santos	1.559	1.533
Verde Cap	956	1.612
Total	118.442	134.105

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina / IBGE, 2014.

Conforme a Tabela 4, a região Sul era composta por 31 bairros em 2010. Entre esses bairros, destacam-se Bela Vista e Lourival Parente, que possuem as maiores populações. O bairro Bela Vista, que contava com 12.470 habitantes em 2000, aumentou sua população para 12.999 em 2010. Já o bairro Lourival Parente, que possuía 14.090 habitantes em 2000, apresentou um aumento populacional para 14.753 habitantes em 2010.

Além disso, é importante mencionar que o bairro Parque Jacinta dobrou, que em 2000 contava com 613 habitantes, apresentou um aumento expressivo em sua população, alcançando aproximadamente 1.122 habitantes em 2010. Já os bairros Promorar, Monte Castelo e Vermelha apresentaram uma diminuição de habitantes em 2010.

Por outro lado, o bairro Santo Antônio teve um aumento significativo em sua população, passando de 13.911 habitantes em 2000 para 21.879 habitantes em 2010. Seguindo a tendência, o bairro Angelim apresentou um crescimento ainda mais expressivo, passando de 14.395 habitantes em 2000 para 27.743 habitantes em 2010.

Tabela 4 - Teresina - Evolução da população residente por bairros na regional Saad Sul - 2000 a 2010

Bairros	Ano 2000	Ano 2010
Angelim	14.395	27.743
Areias	2.066	3.024
Bela Vista	12.470	12.999
Brasilar	1.629	2.742
Catarina	1.557	1.771
Cidade Nova	2.767	3.336
Cristo Rei	8.120	8.474
Distrito Industrial	2.963	4.780
Esplanada	12.439	18.393
Lourival Parente	14.090	14.753
Macaúba	6.446	5.925
Monte Castelo	12.033	10.981
Morada Nova	5.947	6.104
Nossa Senhora das Graças	4.604	3.964
Parque Jacinta	613	1.122
Parque Juliana	0	89
Parque Piauí	12.950	11.307
Parque São João	2.061	2.765
Pio XII	2.612	2.395
Promorar	20.823	18.988
Redenção	2.894	3.248
Saci	9.183	8.190
Santa Cruz	8.765	10.181
Santa Luzia	720	734
Santo Antônio	13.911	21.879
São Lourenço	23	474
São Pedro	9.240	8.780
		(continua)

	(conclusão)	
Bairros	Ano 2000	Ano 2010
Tabuleta	3.384	3.271
Três Andares	13.570	12.739
Triunfo	296	249
Vermelha	6.729	5.659
Total	209.300	237.059

Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina / IBGE, 2014.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2015, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) geral foi composto por dezesseis indicadores, os quais estão divididos em três dimensões distintas: renda e trabalho, que comporta cinco indicadores; capital humano, constituída por oito; e infraestrutura urbana, com os outros três. Esses indicadores têm como foco predominante os temas relacionados à saúde, educação, emprego, rendimento, infraestrutura, saneamento básico, mobilidade e arranjos familiares.

Por vezes, são subdivididos em diferentes faixas etárias e/ou com recortes de sexo, com o objetivo de caracterizar melhor as condições de vulnerabilidade. A seleção desses indicadores visa dar visibilidade às condições urbanas básicas de vida e demonstrar as diferentes situações de vulnerabilidade e risco social a que pessoas e famílias podem estar sujeitas.

Como a vulnerabilidade social é decorrente de diversos fatores multidimensionais e multicausais, os indicadores têm o objetivo de mensurar características diversas de estilos e condições de vida, próprias da dinâmica social urbana, que demonstrem as condições de acesso a bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado.

Assim, a análise desses indicadores possibilita identificar as condições mínimas de bem-estar da população em determinado território e apontar possibilidades de mobilidade social ao longo do tempo (IPEA, 2015).

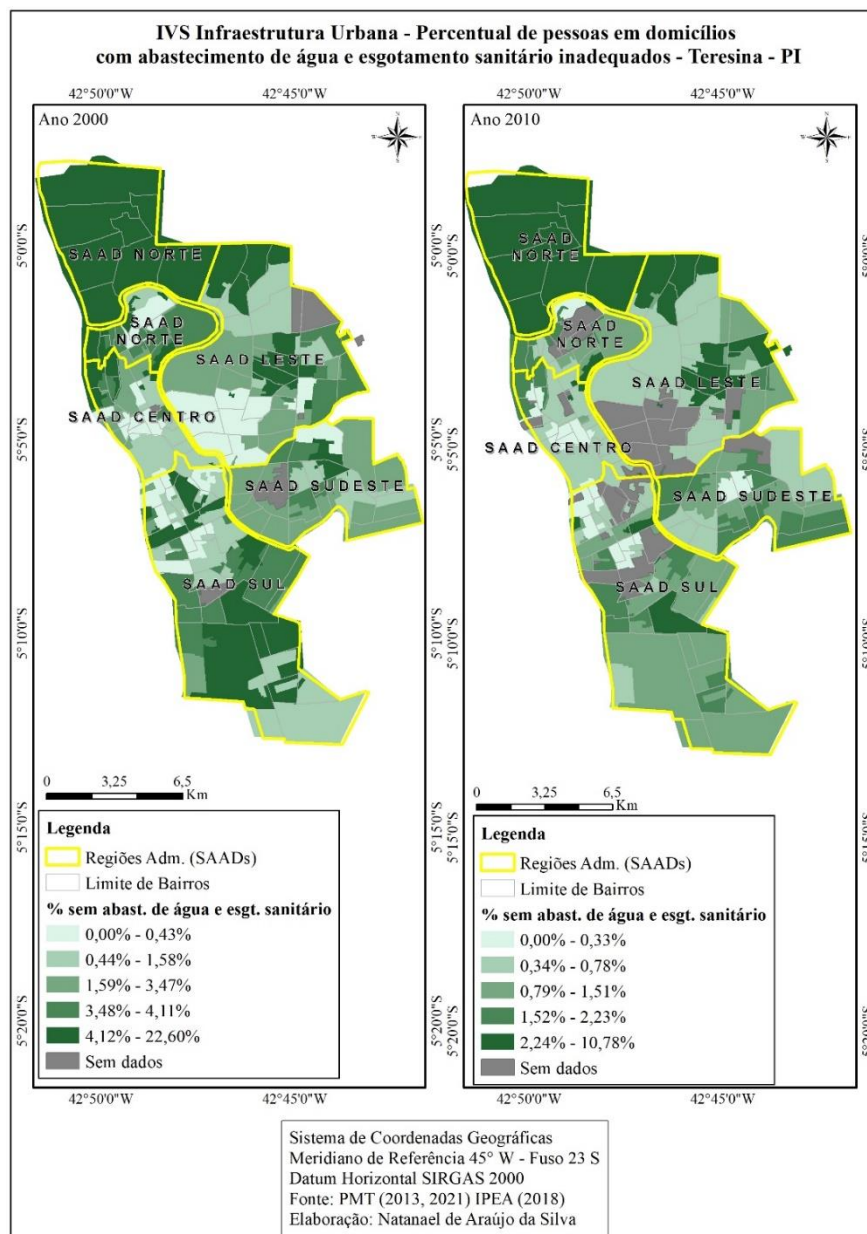
4. 1 AS DIMENSÕES DO IVS NA ÁREA URBANA DE TERESINA

4. 1. 1 IVS Infraestrutura urbana

A dimensão, considerando a vulnerabilidade da infraestrutura urbana, foi projetada para refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e transporte urbano, pois são dois aspectos relacionados ao local onde as pessoas vivem e podem afetar significativamente sua qualidade de vida.

Com base nos dados apresentado pelo atlas de IVS, foi gerado o mapa temático a partir da extração do percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados na área urbana de Teresina em domicílios particulares permanentes, conforme a figura 5.

Figura 5 - Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, anos 2000 – 2010



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

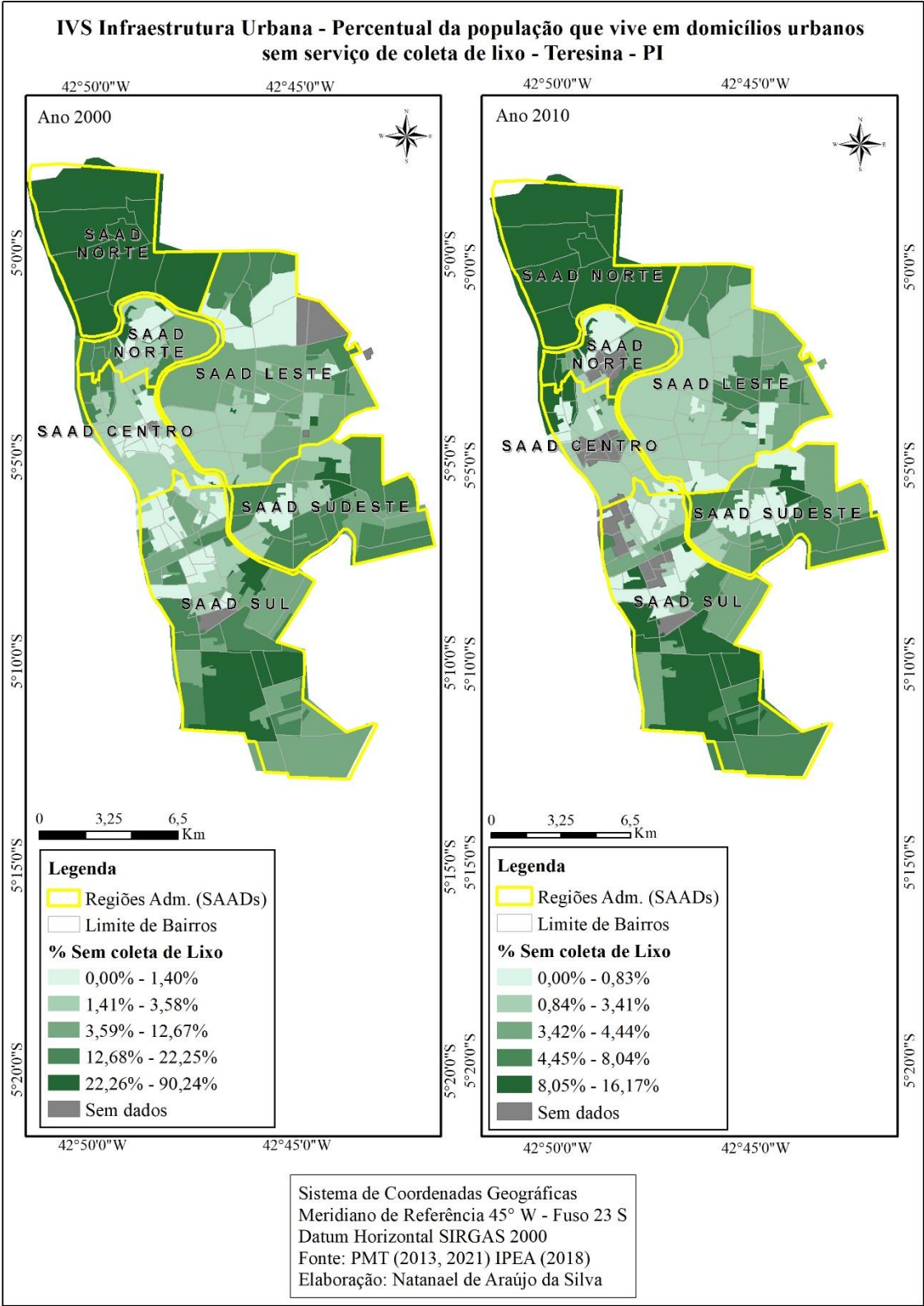
Na figura 5 foi identificado, no indicador de percentual de pessoas em residências sem abastecimento de água e saneamento adequado, que os bairros na Saad Norte (Alegre, Aroeiras, Chapadinha, Monte Verde, Olarias, Parque Brasil, Santa Maria), Saad Leste (Cidade Jardim, Pedra Mole, Piçarreira, Porto Centro, Samapi, Satélite e Tabajaras), Saad Centro (São Joaquim, Parque Alvorada e Nova Brasília), Saad Sudeste (Gurupi e Colorado) e Saad Sul (Angelim, Parque Juliana, Esplanada) apresentam elevados percentuais, variando entre 7,15% a 22,60%.

No ano 2010, conforme a figura 5, foi verificada uma queda no percentual em algumas regiões, mas a maioria das UDH localizadas nos bairros na região Saad Norte apresentou elevados percentuais de residências sem abastecimento de água. Da mesma forma, na região Saad Leste, a UDH localizada no bairro Verde Lar e na região Saad Sul, no bairro Santo Antônio, também apresentaram elevados percentuais.

De acordo com a figura 6, a maioria dos bairros da Saad Norte, Sul e Sudeste na área urbana de Teresina apresentaram a falta do serviço de coleta de lixo no ano 2000, bem como nas UDH localizadas nos bairros Pedra Mole, Cidade Jardim e Tabajaras na Saad Leste.

Em 2010, houve uma redução desses percentuais, mas ainda havia bairros da Saad Norte e Sul sem serviço de coleta de lixo. Na comparação com 2000, a Saad Centro e Leste apresentaram uma redução no percentual de domicílios sem o serviço de coleta de lixo na maioria das UDH localizadas nos bairros.

Figura 6 - Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo, anos 2000 - 2010

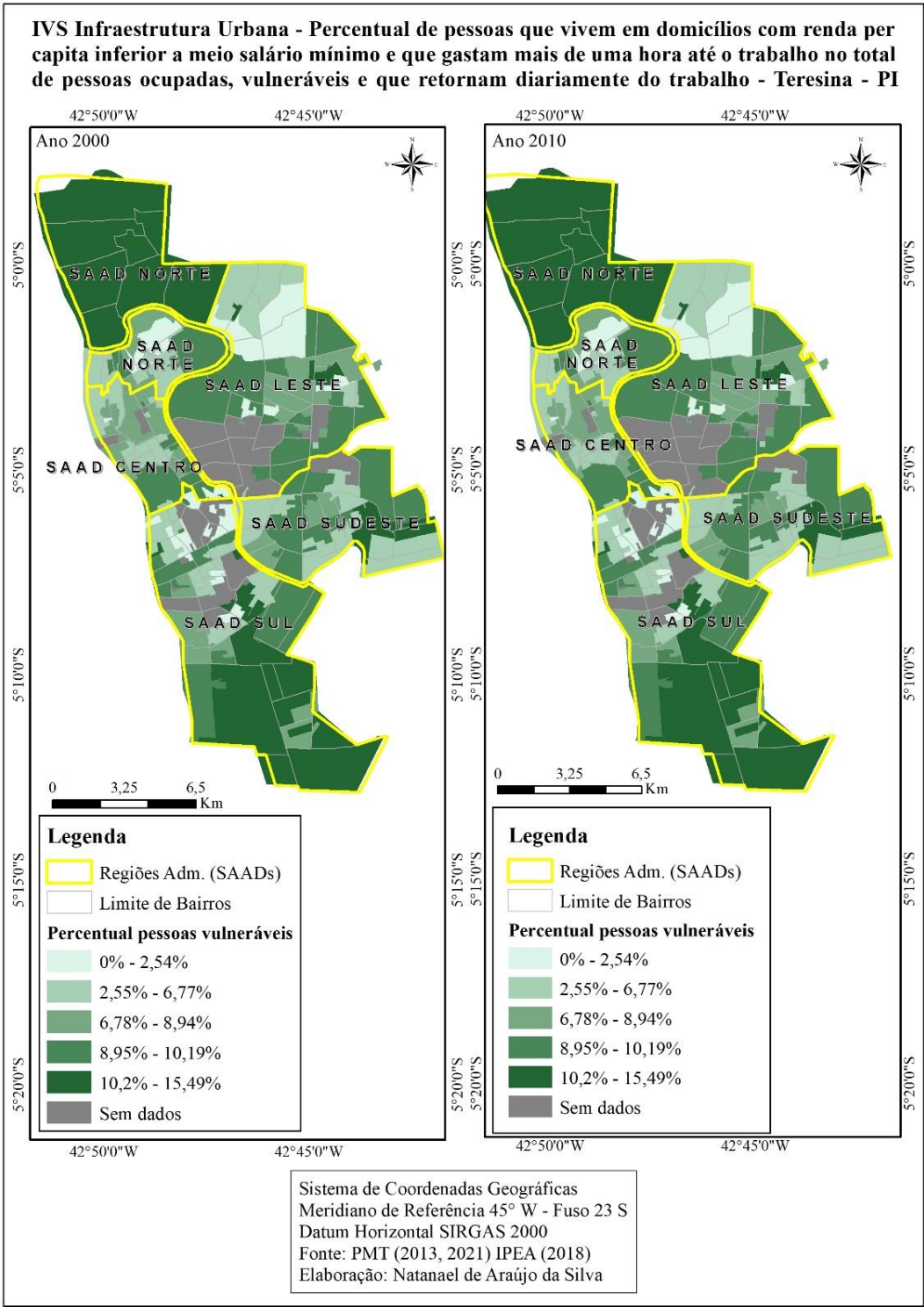


Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

Os dados do Ipea indicam que o percentual de pessoas vulneráveis que gastam até uma hora para se deslocar e que têm renda per capita inferior à metade do salário

mínimo permaneceu o mesmo nos dois anos analisados. Isso sugere uma falta de progresso ou até mesmo piora nas questões de transporte coletivo e mobilidade pendular, conforme apresentado na figura 7.

Figura 7 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho, anos 2000 - 2010



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) em relação à infraestrutura urbana na área urbana de Teresina, no período de 2000 a 2010, evidencia uma tendência de áreas com vulnerabilidade alta e média evoluindo para vulnerabilidade baixa e muito baixa, de acordo com a figura 8.

Segundo a figura 8, em 2000, 29,72% da área urbana das Regiões das Superintendências das Ações Administrativas Descentralizadas (SAAD) de Teresina apresentavam infraestrutura urbana baixa, enquanto 22,59% eram consideradas muito baixa, 24,77% média, 23,24% alta e apenas 0,02% muito alta vulnerabilidade. Em 2010, houve uma melhora na infraestrutura urbana da cidade, com 39,48% da área urbana sendo classificada como baixa, 37,46% muito baixa, 21,73% média e 1,33% muito alta.

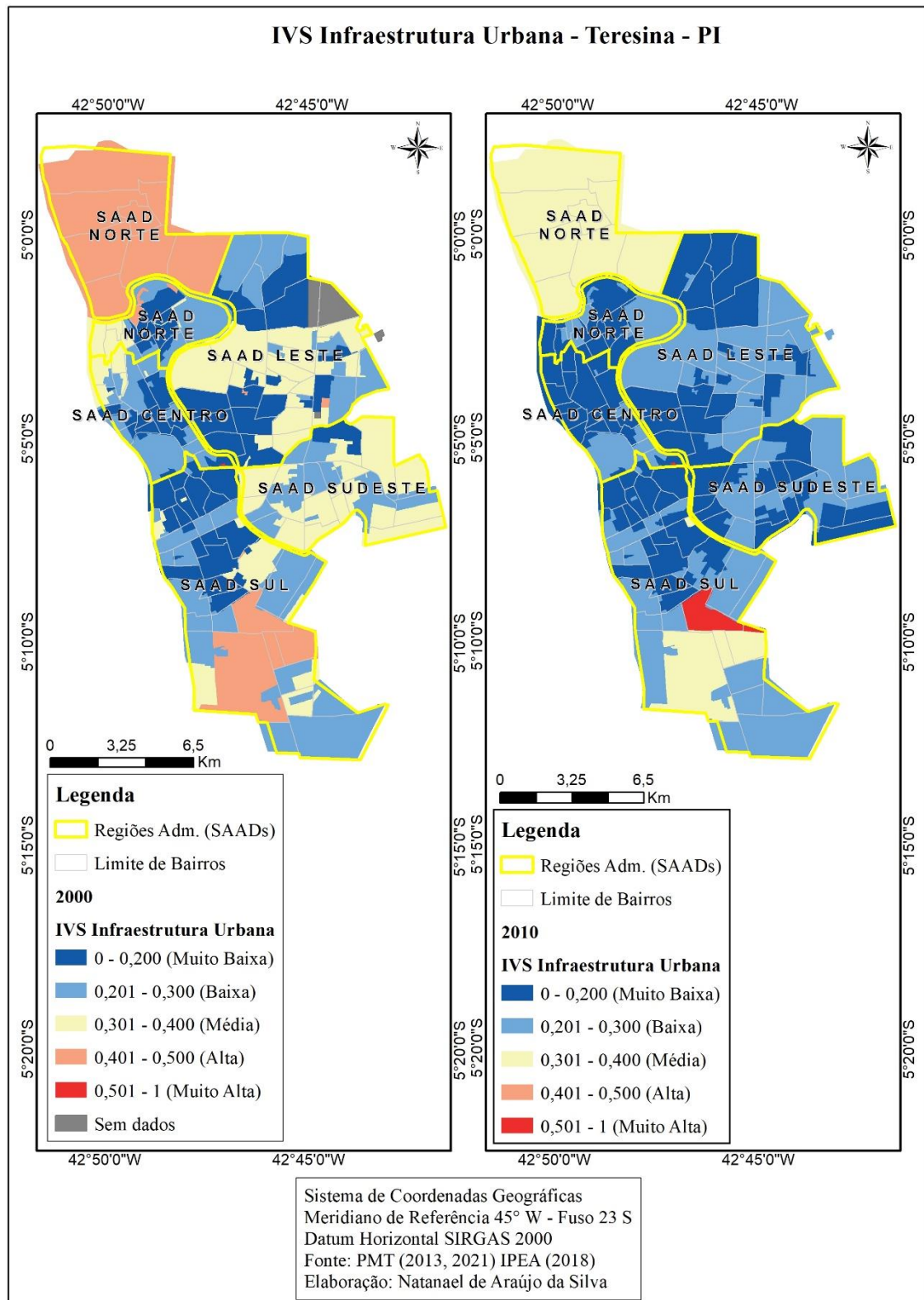
Essa melhora foi destacada na área de abastecimento de água e esgotamento sanitário, coleta de lixo e tempo de deslocamento entre a moradia e o trabalho. A análise do IVS Infraestrutura Urbana na área urbana de Teresina indicou que houve uma melhora na distribuição e no acesso aos serviços de saneamento básico e mobilidade urbana, com a redução de 38,47% no indicador, passando de 0,816, em 2000 para 0,501, em 2010.

A evolução foi mais visível no atendimento à população quanto à coleta de lixo, com uma redução de 73,37%. Por outro lado, a melhora na distribuição e tratamento de água e esgotos teve uma evolução menos significativa, de apenas 11,82%.

Quanto ao tempo gasto no deslocamento entre moradia e trabalho, não foi medido em 2000, mas é possível concluir que a mobilidade urbana é precária e afeta negativamente a qualidade de vida da população mais pobre.

De acordo com o mapa da figura 8, os bairros localizados na Saad Norte apresentaram alta vulnerabilidade em 2000, evoluindo para vulnerabilidade média em 2010. Os bairros localizados na Saad Centro, Leste e Sudeste, que em 2000 apresentavam vulnerabilidade média, evoluíram para baixa e muito baixa. Por outro lado, os bairros Angelim, Parque Jacinta e Parque Juliana, localizados na Saad Sul, que apresentavam vulnerabilidade alta em 2000, apresentaram uma melhora, visto que passaram a figurar na classe de vulnerabilidade média, em 2010. Já o bairro Santo Antônio apresentou piora, pois passou de vulnerabilidade alta para muito alta.

Figura 8 - IVS Infraestrutura Urbana para o perímetro de Teresina – PI



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

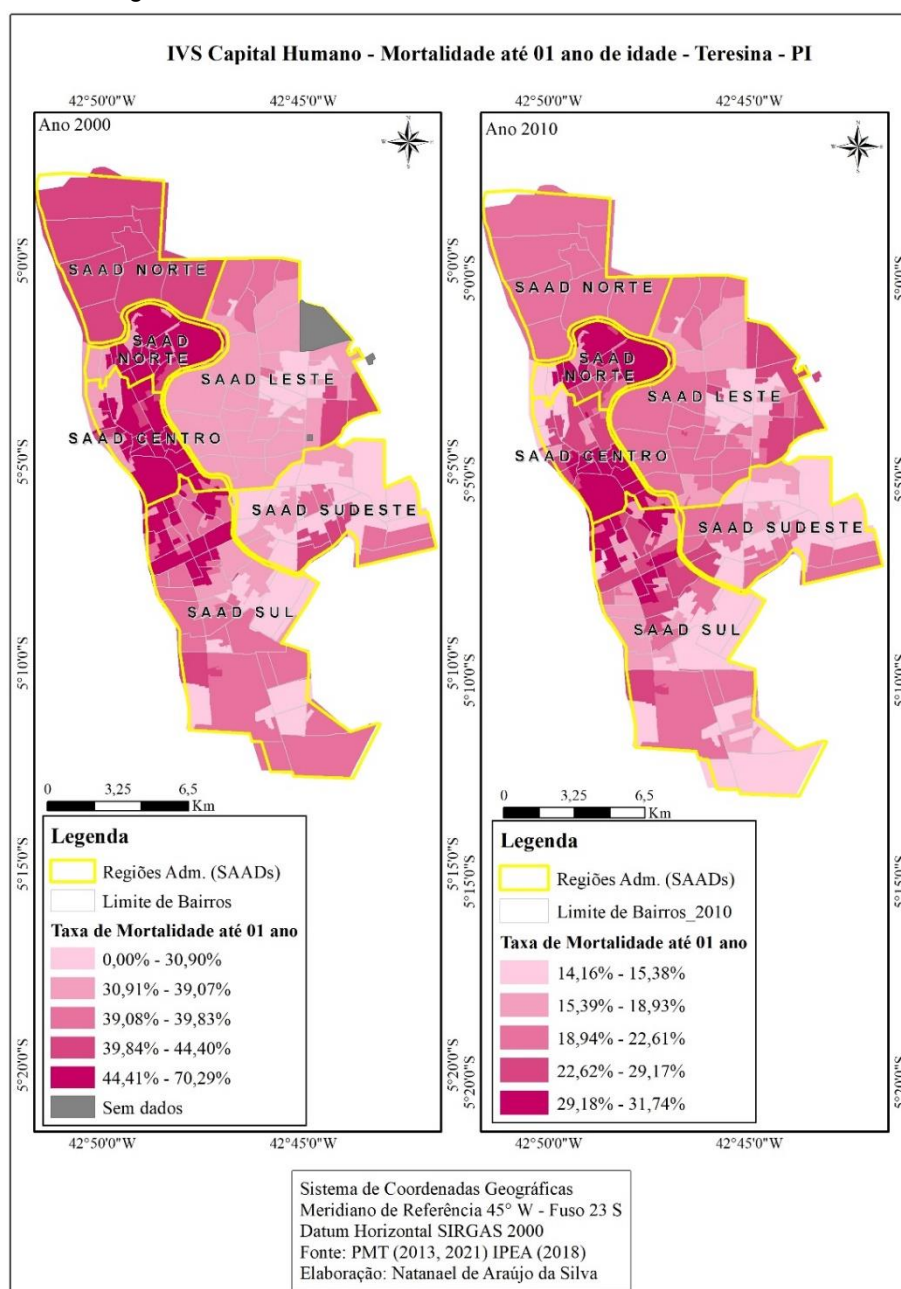
IVS CAPITAL HUMANO

Segundo Schultz (1962), a dimensão do capital humano envolve dois tipos de ativos que determinam as perspectivas futuras de um indivíduo: seu estado de saúde e acesso à educação. Nesse sentido, as variáveis escolhidas para essa dimensão refletem não apenas a presença atual desses ativos nos domicílios, mas também a probabilidade de as gerações mais jovens expandirem esses ativos.

De acordo com os dados do Ipea apresentados no ano 2000, na figura 9, a taxa de mortalidade de crianças com até um ano de idade na área urbana de Teresina era de 70,29%. Os maiores percentuais foram identificados nas UDH localizados nos bairros da Saad Centro (Aeroporto Cabral, Centro, Frei Serafim, Ilhotas, Mafuá, Marquês, Morro da Esperança, Parque Alvorada, Porenquanto, Primavera, Real Copagre e Vila Operária), Norte (Água Mineral, Alto Alegre, Bom Jesus, Buenos Aires, Embrapa, Itaperu, Memorare, Mocambinho e Poti Velho) e Sul (Macaúba, Morada Nova, Pio XII, Redenção, São Pedro, Tabuleta, Três Andares, Triunfo, Vermelha).

Já no ano 2010, houve uma redução significativa neste indicador, chegando a 31,74%, uma queda de 38,55% em relação aos dados de 2000. Elevados percentuais foram observados nas UDH localizadas nos bairros do Saad Norte, Sul, Centro e Leste.

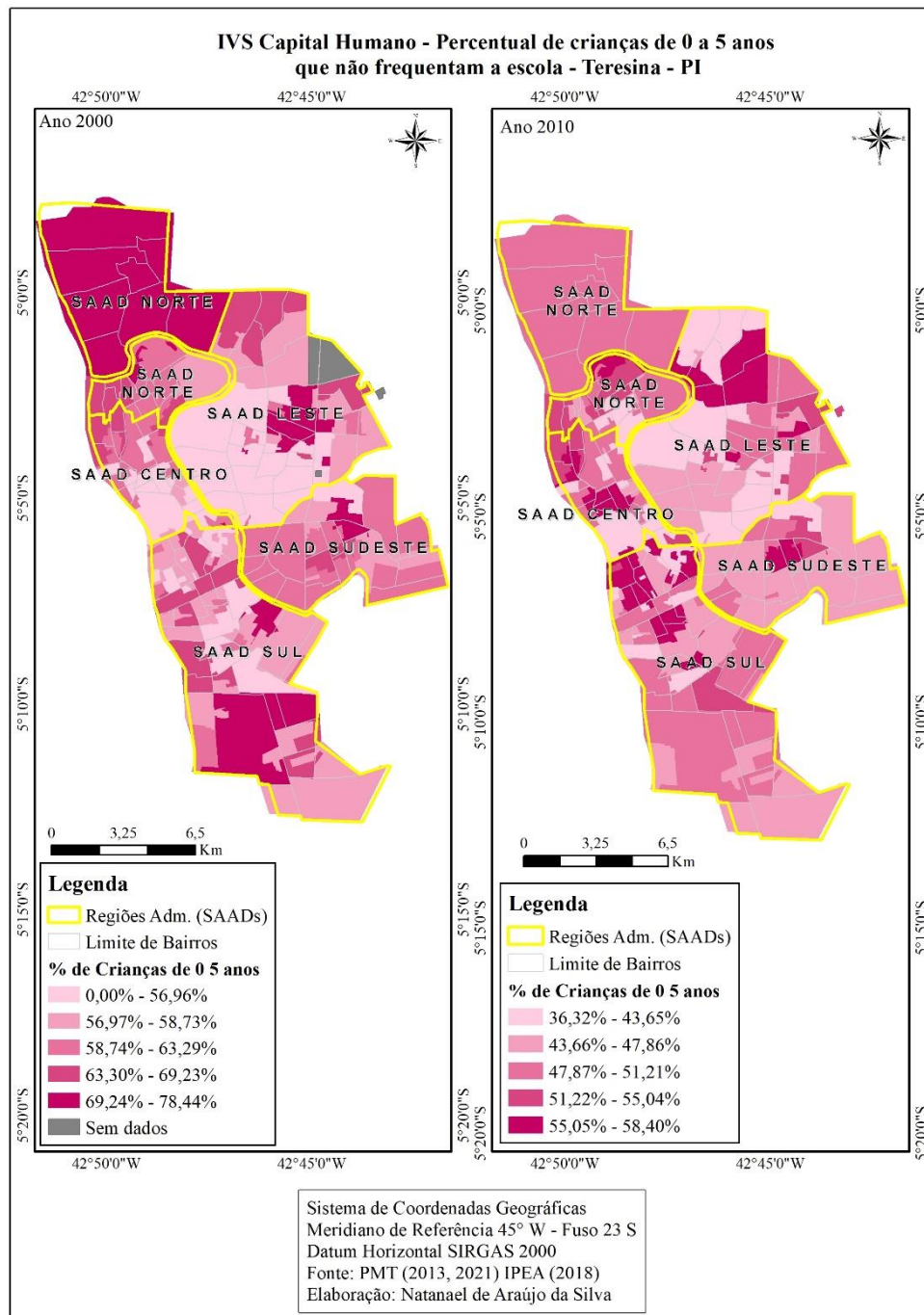
Figura 9 - Mortalidade até 1 ano de idade, anos 2000 - 2010



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

De acordo com a figura 10, em 2000, 78,44% das crianças de 0 a 5 anos na área urbana de Teresina não frequentavam a escola, sendo os bairros com maior concentração desse percentual: Alegre, Aroeiras, Chapadinha, Jacinta Andrade, Monte Verde, Parque Brasil, Santa Maria, Santa Rosa e São Francisco na Saad Norte, Piçarreira, Porto do Centro, Samapi, Satélite e Verde Lar na Saad Leste, Colorado e Gurupi na Saad Sudeste, Angelim Areias, Bela Vista, Distrito Industrial, Parque Jacinta, Parque Juliana, Parque São João e Santa Cruz na Saad Sul.

Figura 10 - Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola, anos 2000 - 2010

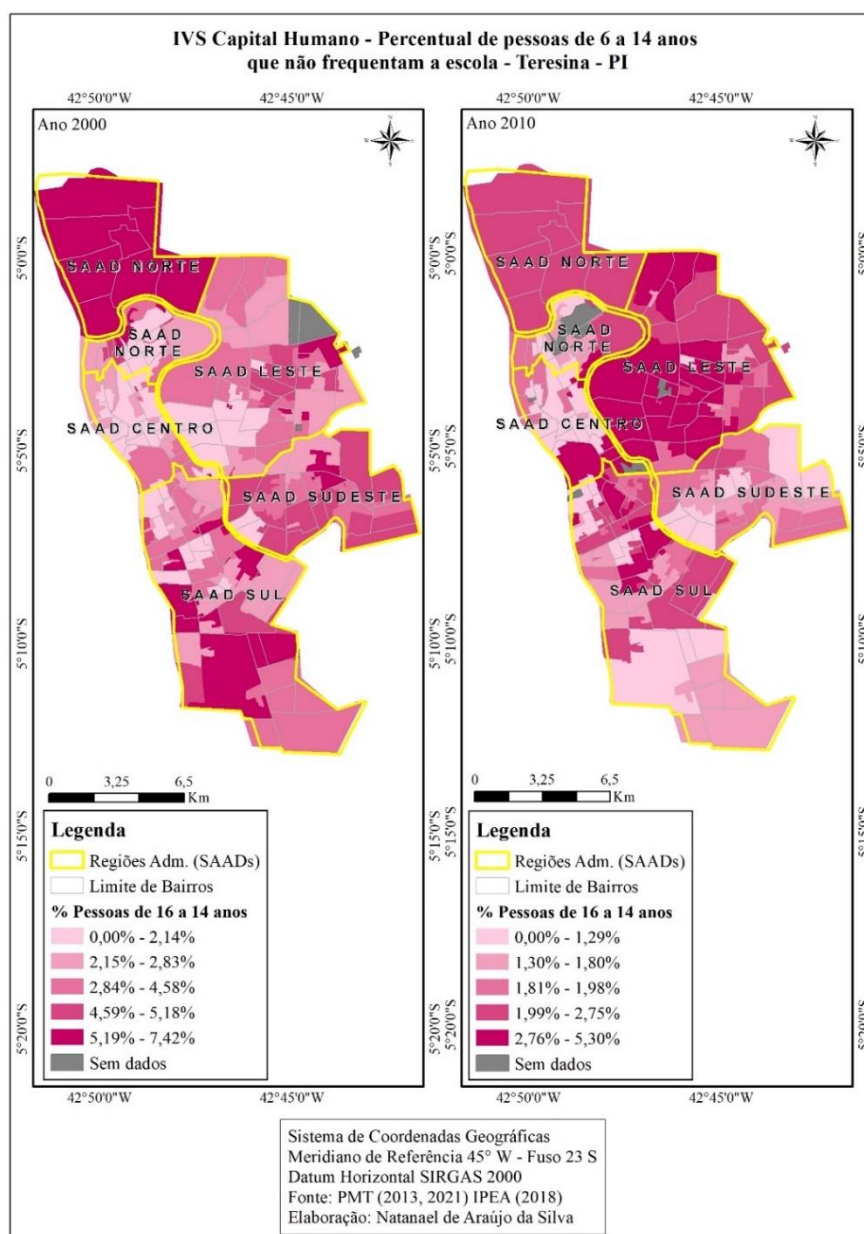


Fonte IPEA, (2018), com adaptação do autor (2023).

Em 2010, houve uma redução para 58,40% das crianças de 0 a 5 anos e a concentração elevada foi identificada nas UDHs dos bairros Árvores Verdes, Morros, Piçarreira, Planalto, Socopo, Vale do Gavião, Vale Quem Tem e Verde Lar na Saad Leste, Catarina, Cidade Nova, Cristo Rei, Lourival Parente, Macaúba, Morada Nova, Nossa Senhora das Graças, Piçarra, Pio IX, Santo Antônio, São Pedro, Triunfo e Vermelha na Saad Sul.

De acordo com a figura 11, em 2000, a taxa de pessoas com idade entre 6 e 14 anos que não frequentavam a escola na área urbana de Teresina era de 7,42%. As UDH localizadas nos bairros da Saad Norte (Alegre, Aroeiras, Chapadinha, Jacinta Andrade, Monte Verde, Parque Brasil, Santa Maria, Santa Rosa), Saad Leste (Verde Lar), Saad Sudeste (Colorado, Gurupi) e Saad Sul (Angelim, Areias, Bela Vista, Distrito Industrial, Parque Jacinta, Parque Juliana, Parque São João, Santa Cruz) foram identificadas com alta taxa de pessoas não frequentando a escola.

Figura 11- Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, anos 2000 - 2010

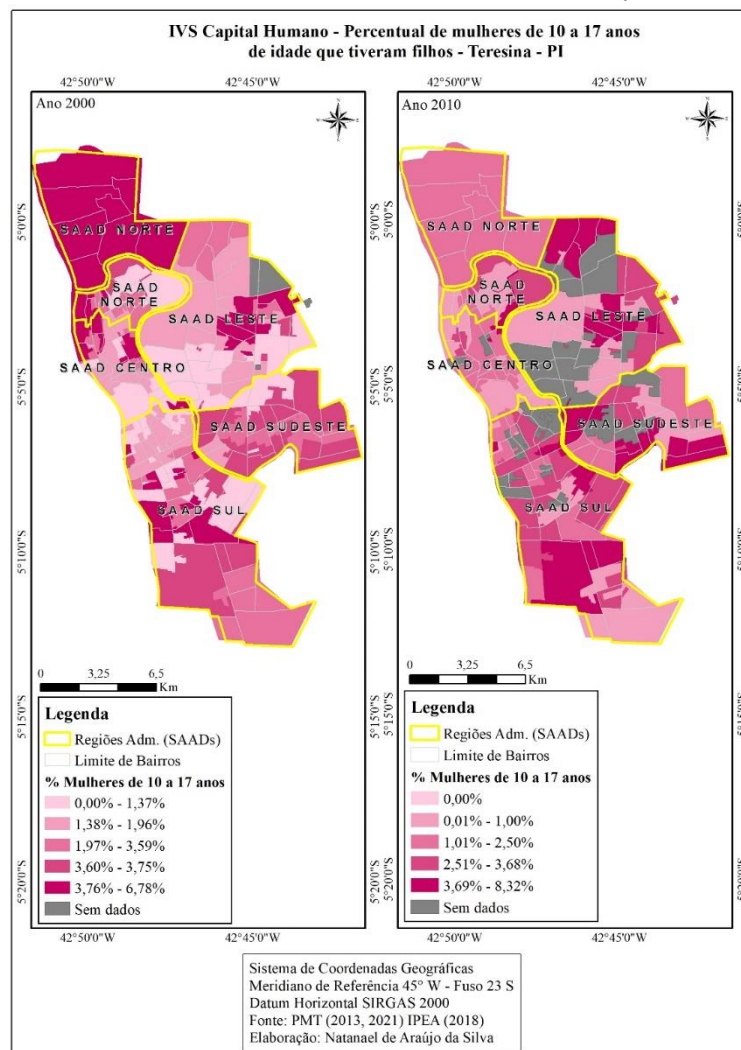


Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

Entretanto, em 2010, houve uma redução significativa na taxa de pessoas entre 6 e 14 anos que não frequentavam a escola, chegando a 5,30%. As maiores taxas foram observadas nas UDH dos bairros da Saad Leste, Saad Sul (Catarina, Lourival Parente, Monte Castelo, Parque Piauí) e Saad Centro (Cabral, Ilhotas).

De acordo com a figura 12, em 2000, a taxa de mulheres entre 10 e 17 anos que tiveram filhos na área urbana de Teresina foi de 6,78%, com as maiores concentrações identificadas nas UDH dos bairros da Saad Norte (Alegre, Aroeiras, Chapadinha, Jacinta Andrade, Monte Verde, Mafrense, Olarias, Parque Brasil, Santa Maria, Santa Rosa), Saad Leste (Piçarreira, Porto do Centro, Samapi, Satélite, Vale Quem Tem, Verde Lar), Saad Centro (Ilhotas, Matadouro, Nova Brasília, Parque Alvorada, Primavera, São Joaquim) e Saad Sul (Areias, Distrito Industrial, Parque Jacinta, Parque Juliana, Parque São João, Santa Cruz, Santo Antônio, São Pedro).

Figura 62 - Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos

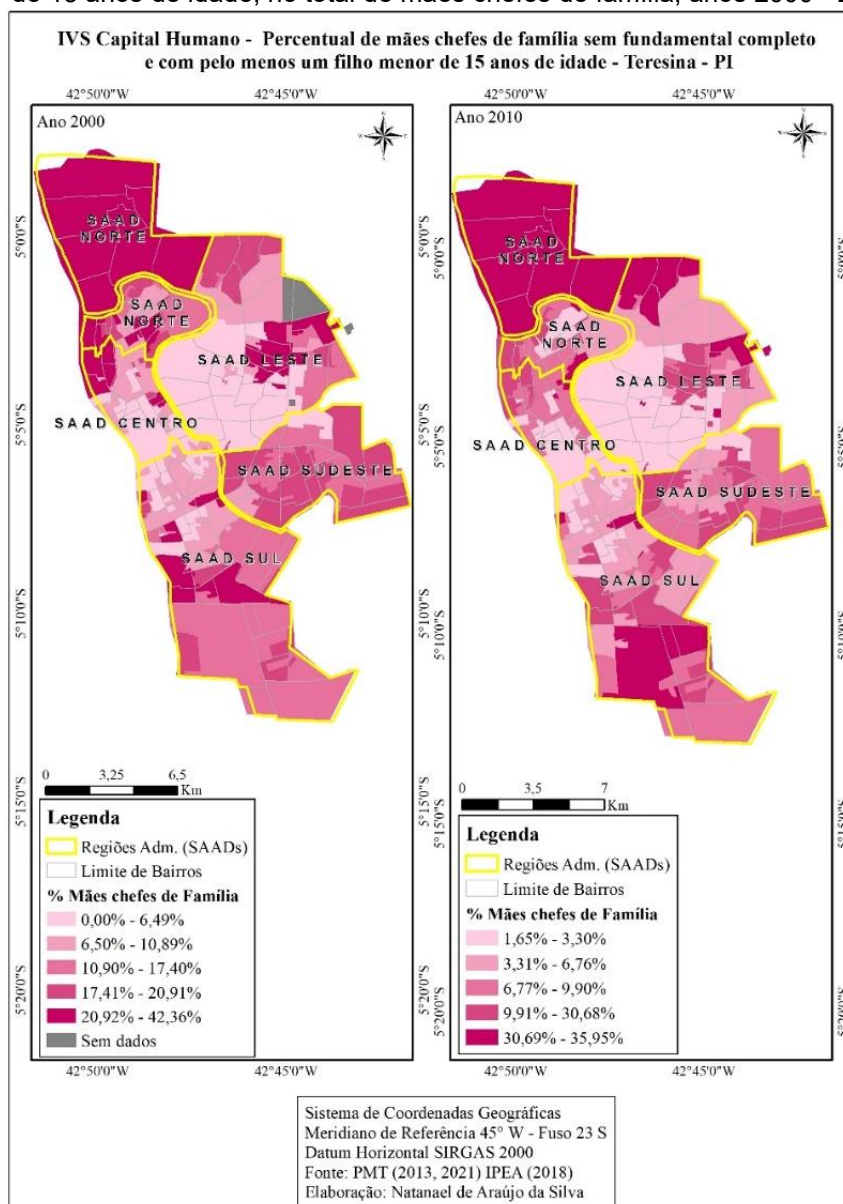


Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

Conforme a figura 13, o subíndice analisado do IVS Capital Humano foi o percentual de mães chefes de família sem Ensino Fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos em 2000, que apresentou 42,36%, com concentrações elevadas nas UDH dos bairros da Saad Norte (Alegre, Aroeiras, Buenos Aires, Chapadinha, Jacinta Andrade, Mafrense, Memorare, Monte Verde, Olarias, Parque Brasil, Poti velho, Santa Maria, Santa Rosa), Saad Leste (Samapi, Satélite, Piçarreira, Porto Centro, Verde Lar), Saad Sul (Santa Cruz, Areias, Santo Antônio, Distrito Industrial, Parque São João) e Saad Centro (Matadouro, Nova Brasília, Parque Alvorada, São Joaquim).

Em 2010, houve um aumento para 35,95% (variação positiva de 6,41%), mantendo concentrações elevadas nas UDH dos bairros da Saad Norte, Saad Centro (Matadouro, Nova Brasília, São Joaquim), Saad Leste (Uruguai, Verde Lar), Saad Sudeste (Colorado, Gurupi) e Saad Sul (Angelim, Parque Jacinta, Parque Juliana, Três Andares).

Figura 73 - Percentual de mães chefes de família sem Ensino Fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família, anos 2000 - 2010



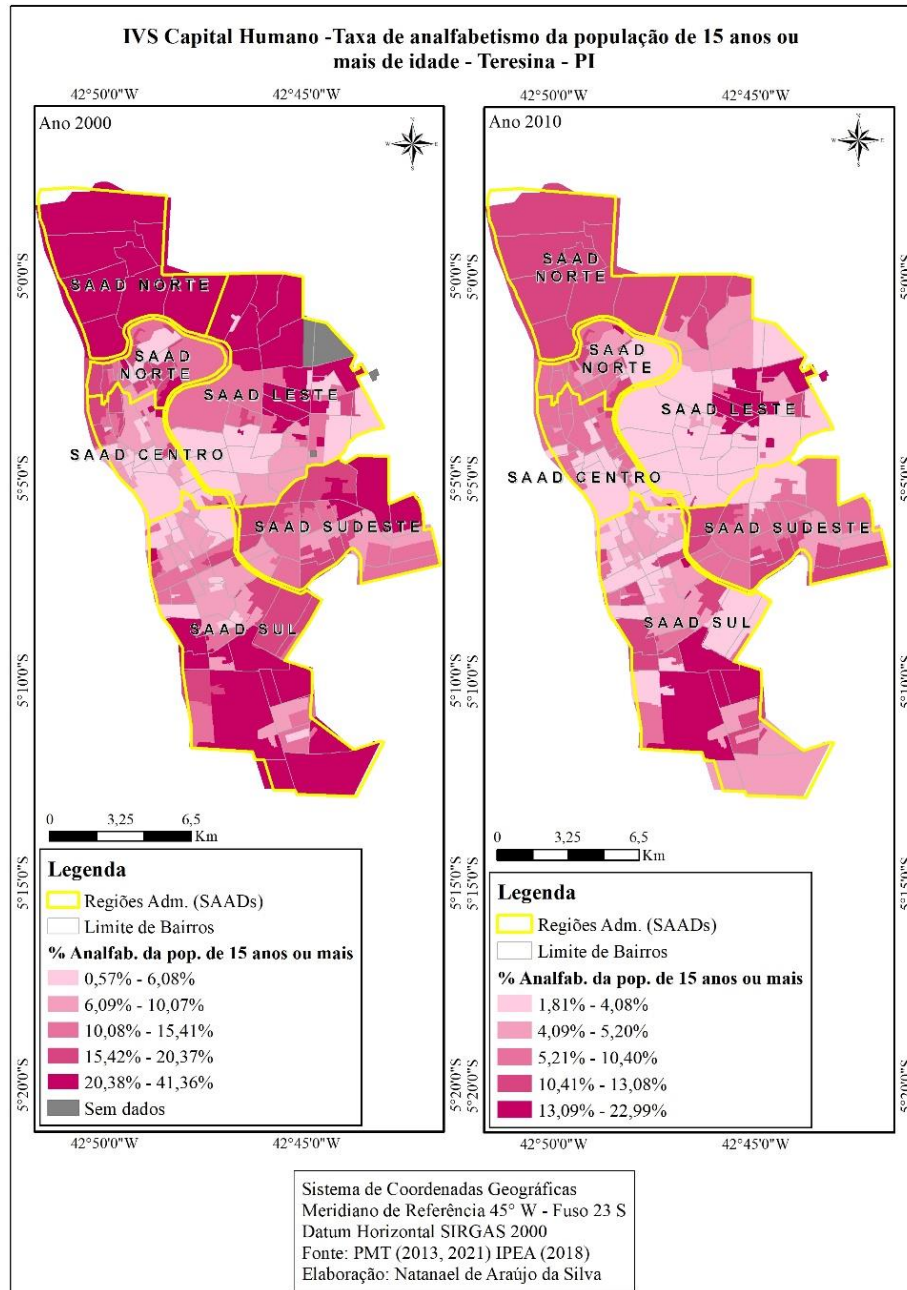
Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

De acordo com a figura 14, o percentual de analfabetismo na população com 15 anos ou mais, na área urbana de Teresina, foi avaliado em 2000 e apresentou uma taxa de 41,38%. As UDH com elevados percentuais estavam localizadas nos bairros Saad Norte, Saad Leste, Sul e Saad Sudeste (Beira rio, Colorado, Flor do Campo, Gurupi, Itararé, São Raimundo, Todos Santos).

Já em 2010, o percentual de analfabetismo na população com 15 anos ou mais diminuiu para 22,99%, uma redução de 18,37%. As UDH com elevados percentuais estavam localizadas nos bairros localizados nas regiões Saad Leste (Piçarreira, Porto

Centro, Samapi, Satélite e Verde Lar) e Saad Sul (Angelim, Parque Jacinta, Parque Juliana e Santo Antônio).

Figura 84 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, anos 2000 - 2010

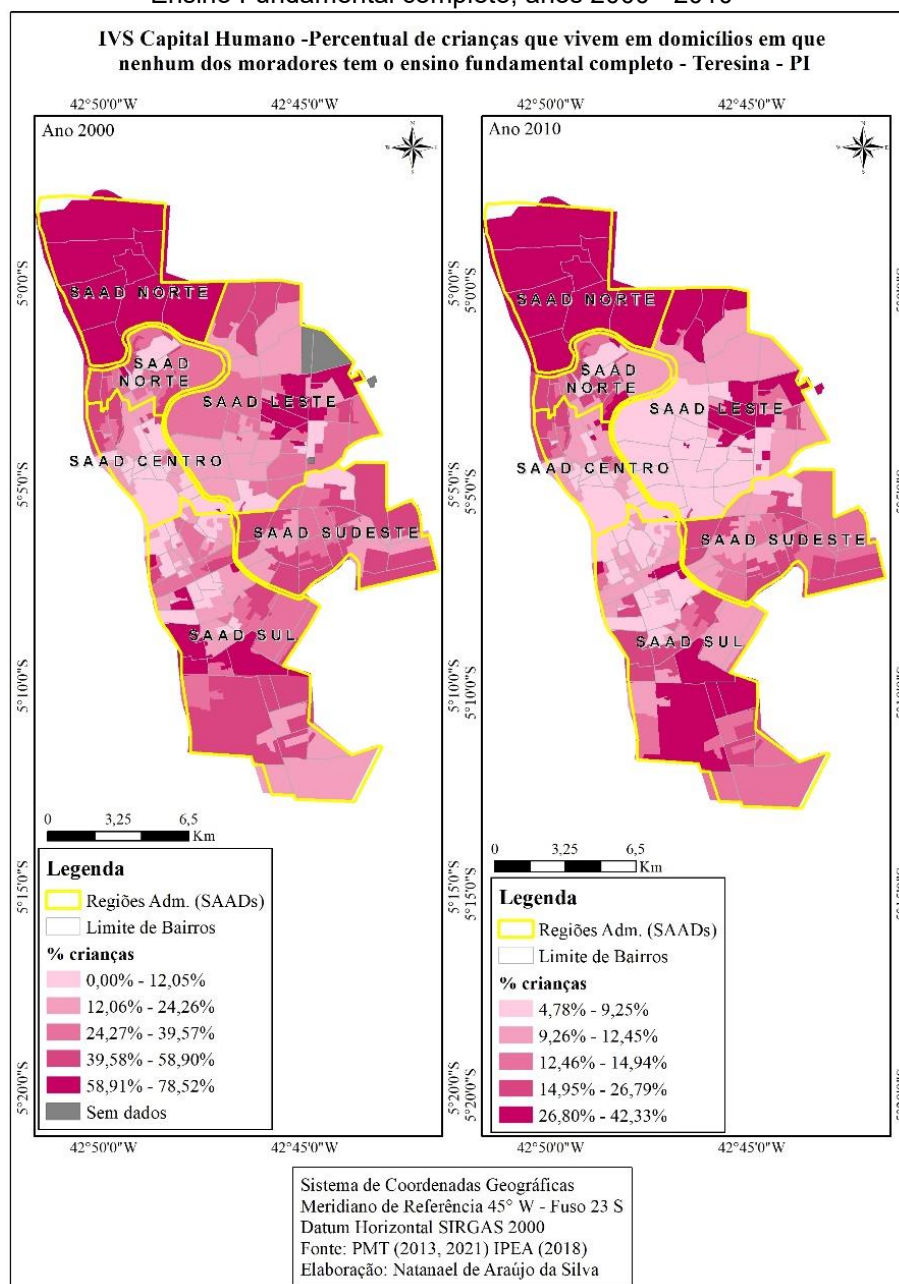


Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

O percentual de crianças que vivem em domicílios sem nenhum morador com Ensino Fundamental completo conforme a figura 15, em 2000, na área urbana de Teresina era de 78,52%, com elevados percentuais nas UDH nos bairros localizados nas regiões Saad Norte, Saad Leste (Porto Centro, Samapi, Satélite, Verde Lar), Saad Sul (Areias, Distrito Industrial, Parque São João, Santa Cruz, Santo Antônio).

Em 2010, esse percentual caiu para 42,33%, uma queda de 36,19%. Elevados percentuais ainda foram observados nas UDH nos bairros localizados nas regiões Saad Norte, Saad Leste (Samapi, Satélite, Piçarreira, Tabajaras, Cidade Jardim, Santa Lia, Porto Centro, Pedra Mole, Verde Lar), Saad Sul (nos bairros Parque Jacinta, Angelim, Parque Juliana e Santo Antônio).

Figura 95 - Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o Ensino Fundamental completo, anos 2000 - 2010



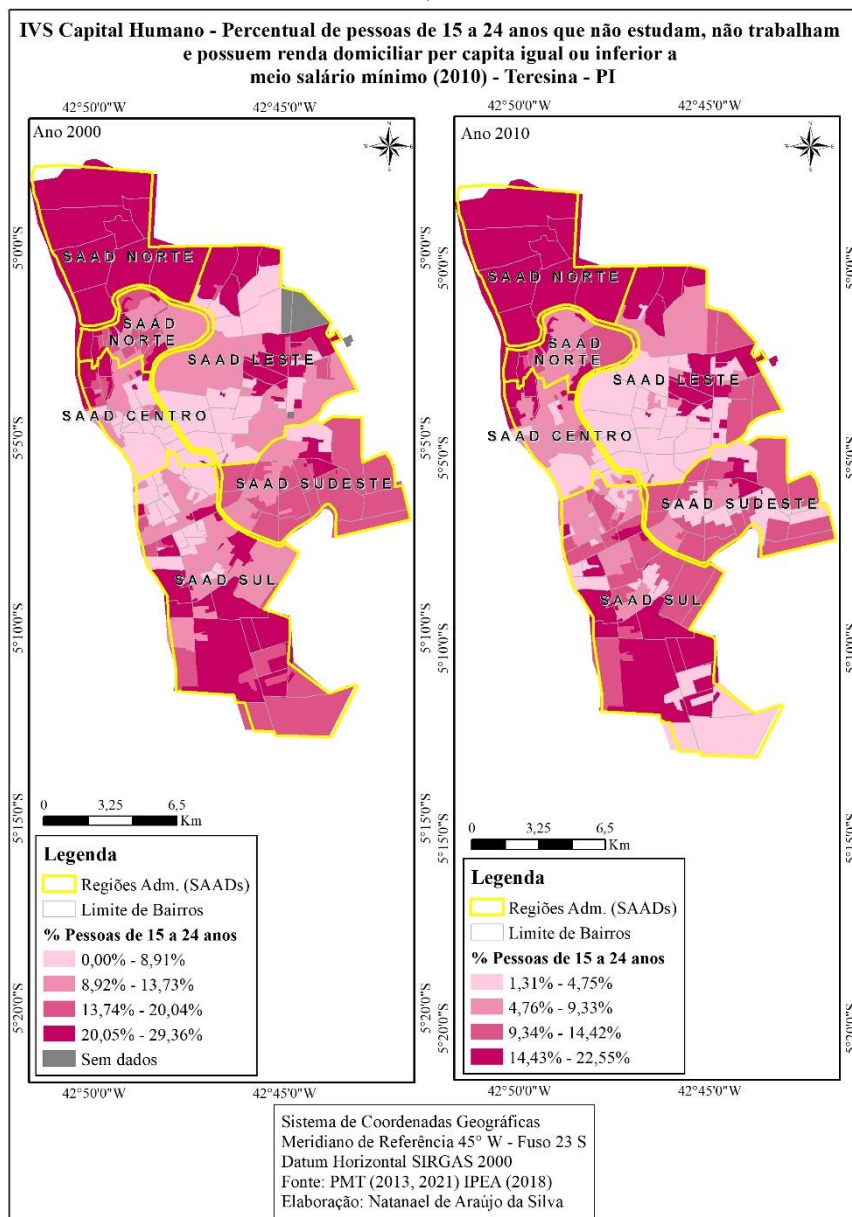
Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

Conforme a figura 16, o percentual de pessoas entre 15 e 24 anos que não estudam, não trabalham e têm renda per capita igual ou menor que meio salário

mínimo (R\$ 255,00) foi de 29,36% em 2000, com elevados percentuais nas UDH dos bairros localizados nas regiões Saad Norte, Saad Leste, Saad Sul e Saad Sudeste.

Em 2010, esse percentual diminuiu para 22,55%, o que representa uma variação de 6,81%. Ainda assim, foram observados elevados percentuais nas UDH dos bairros localizados nas regiões Saad Norte, Saad Leste, Saad Sul e Saad Sudeste.

Figura 16 - Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária, anos 2000 – 2010



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

A subíndice IVS Capital Humano reflete as fragilidades das pessoas em relação ao acúmulo de capital humano e ao potencial de desenvolvimento desse capital para as futuras gerações. Os indicadores que compõem essa dimensão incluem vários aspectos sociais, como exclusão social, acesso a serviços de saúde e educação, situações de vulnerabilidade causadas por fatores demográficos e familiares, entre outros.

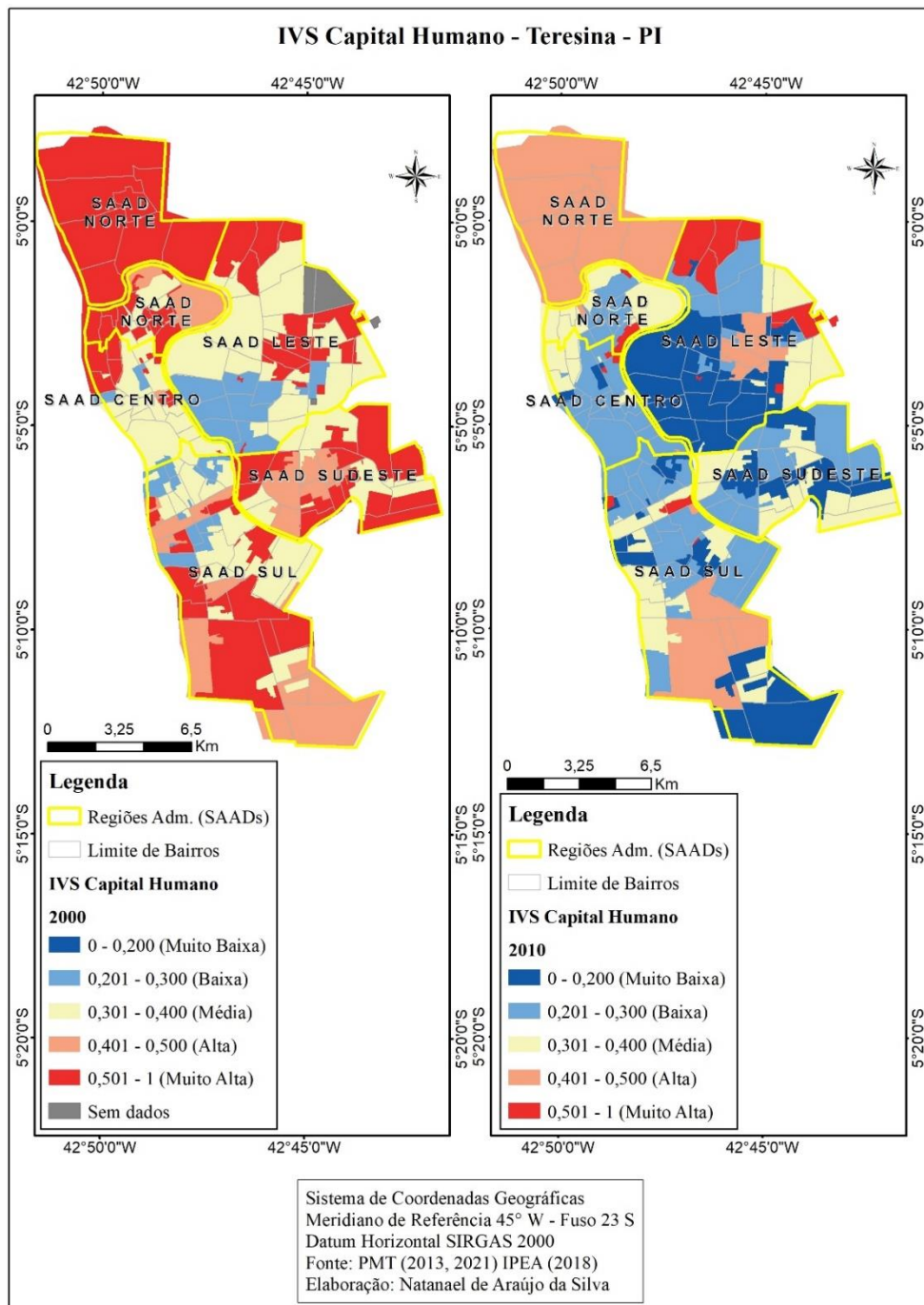
De acordo com o Atlas do IVS Capital Humano, em 2000, 1,43% das áreas correspondiam a muito baixa, 8,12% à baixa, 31,48% à média, 14,34% à alta e 44,64% à muito alta. Em 2010, houve uma significativa queda nos percentuais em relação a 2000 em áreas correspondendo ao IVS Capital Humano. Para a área urbana, em 2010, foram 23,57% muito baixa, 26,89%, baixa, 19,66%, média, 25,13%, alta e 4,75%, muito alta, apresentados conforme a figura 17.

Na cidade de Teresina, essa dimensão registrou elevados percentuais, no período de 2000 a 2010, passando de 0.763 em 2000 para 0.538 em 2010, ou seja, saindo da faixa de vulnerabilidade muito alta para a alta, com uma redução de 29,97%. De acordo com o mapa da figura 17, a maioria dos bairros localizados na Saad Norte, Saad Sudeste e Sul apresentavam, em 2000, condições de Alta e Muito Alta Vulnerabilidade, seguidos dos bairros Samapi, Satélite, Piçarreira, Tabajaras, Cidade Jardim Porto Centro, Pedra mole, Vale quem Tem e Verde Lar, localizados na Saad Leste.

Em 2000, a vulnerabilidade média foi observada na maior parte dos bairros localizados na Saad Centro Leste, Catarina, Bela Vista, Lourival Parente, Parque Sul e São Lourenço na Saad Sul e nos bairros Comprida Gurupi Livramento e Tancredo Neves na região da Saad Sudeste. Já na condição de baixa vulnerabilidade, destacam-se a maioria dos bairros localizados na Saad Leste (Fátima, Horto, Jóquei, Morada do Sol, Noivos, São Cristóvão e São João), Saad Sul (Morada Nova, Nossa Senhora das Graças, Saci, Triunfo e Vermelha) e Saad Centro (Acarape).

No ano de 2010, houve uma evolução nas áreas, com bairros da região da Saad Norte (Alegre, Aroeiras, Chapadinha, Jacinta Andrade, Parque Brasil, Santa Rosa e Santa Maria), Saad Sul (Angelim, Parque Jacinta, Santo Antônio, Parque Juliana) passando à vulnerabilidade alta, e a maioria dos bairros da Saad Sudeste, Leste e Centro passando a compreender baixa e muito baixa vulnerabilidade.

Figura 107 - IVS Capital Humano para o perímetro de Teresina – PI



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

IVS RENDA E TRABALHO

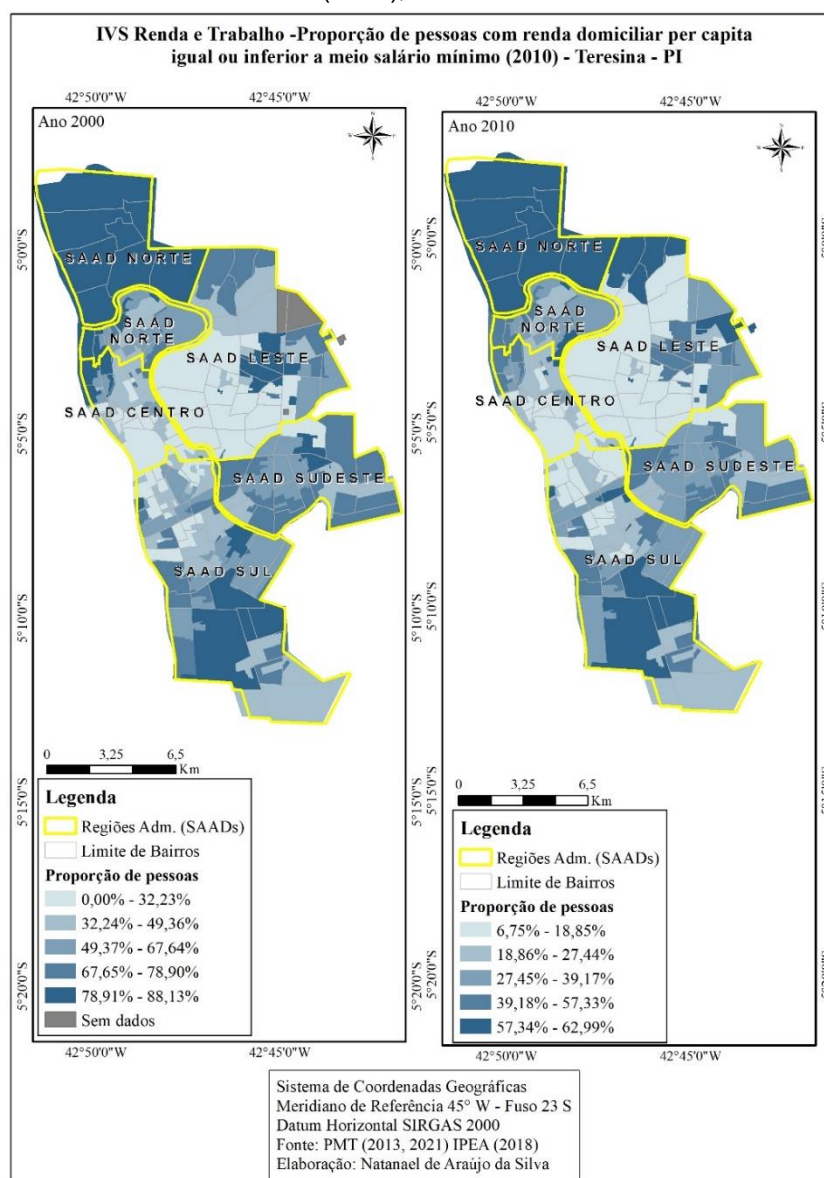
O Índice de Vulnerabilidade Renda e Trabalho (IVS Renda e Trabalho) utiliza indicadores que refletem a insegurança de renda e ocupação das pessoas. Esses indicadores incluem: a presença de pessoas com renda familiar igual ou inferior à metade do salário mínimo; a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos

com baixa escolaridade; a existência de pessoas em domicílios que dependem da renda de idosos; e a presença de trabalho infantil.

Na figura 18, no ano 2000, o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior à metade do salário mínimo (R\$ 255,00) foi de 88,13%. Isso foi observado em um alto percentual de bairros localizados nas regiões Norte, Leste, Sul e Sudeste da Saad.

Em 2010, esse percentual apresentou uma queda para 62,99%. Entretanto, ainda houve elevados percentuais em bairros localizados nas regiões Saad Norte, Leste, Sul e Sudeste.

Figura 118 - Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), anos 2000 - 2010

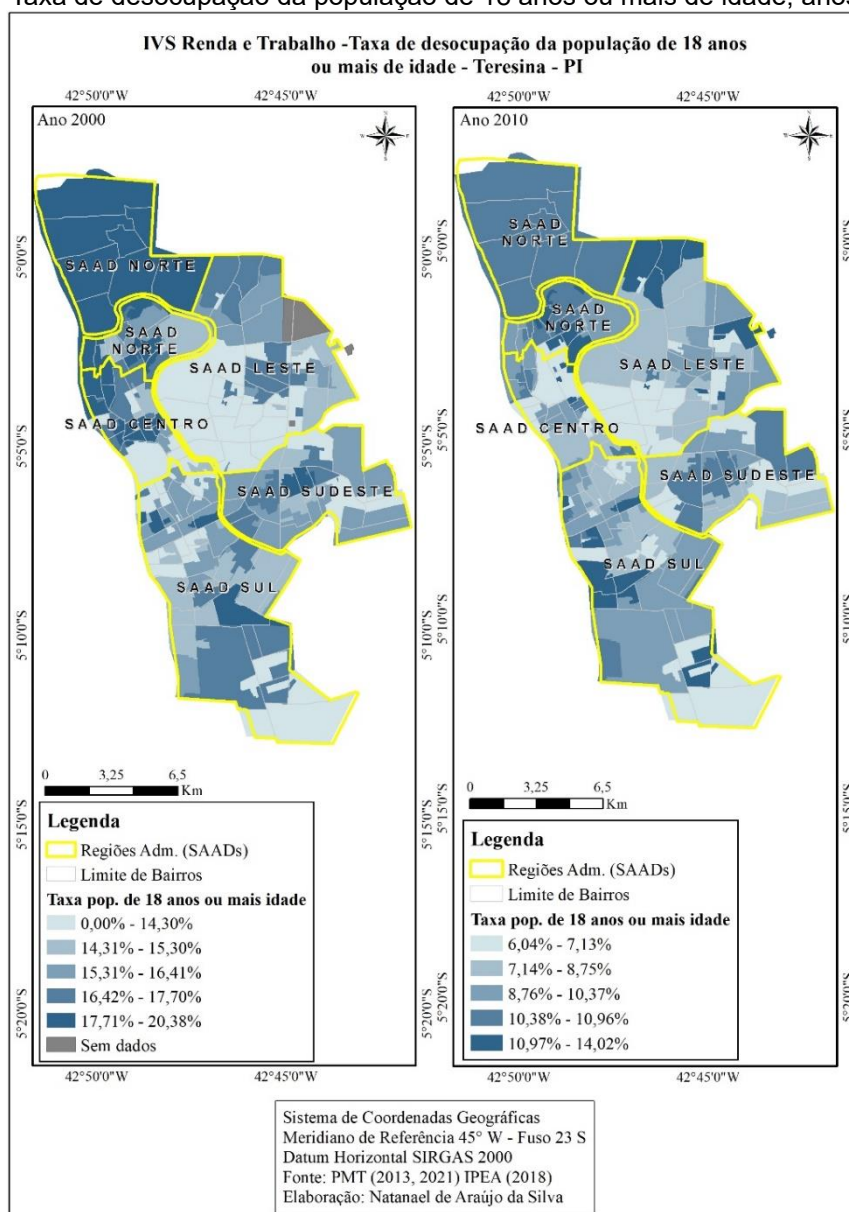


Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

A taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais, conforme a figura 19, para a área urbana de Teresina, apresentou um percentual de 20,38% em 2000. Nesse período, houve elevados percentuais de desocupação nas Unidades de Desenvolvimento Habitacional (UDH) nos bairros da Saad Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste.

Em 2010, esse subíndice para a área urbana de Teresina apresentou uma redução para 14,02%, ou seja, uma queda de 6,36%. Observou-se uma redução nas UDH localizadas nos bairros da Saad Leste e Saad Centro, mas as outras regiões da Saad ainda apresentaram elevados percentuais.

Figura 129 - Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade, anos 2000 - 2010

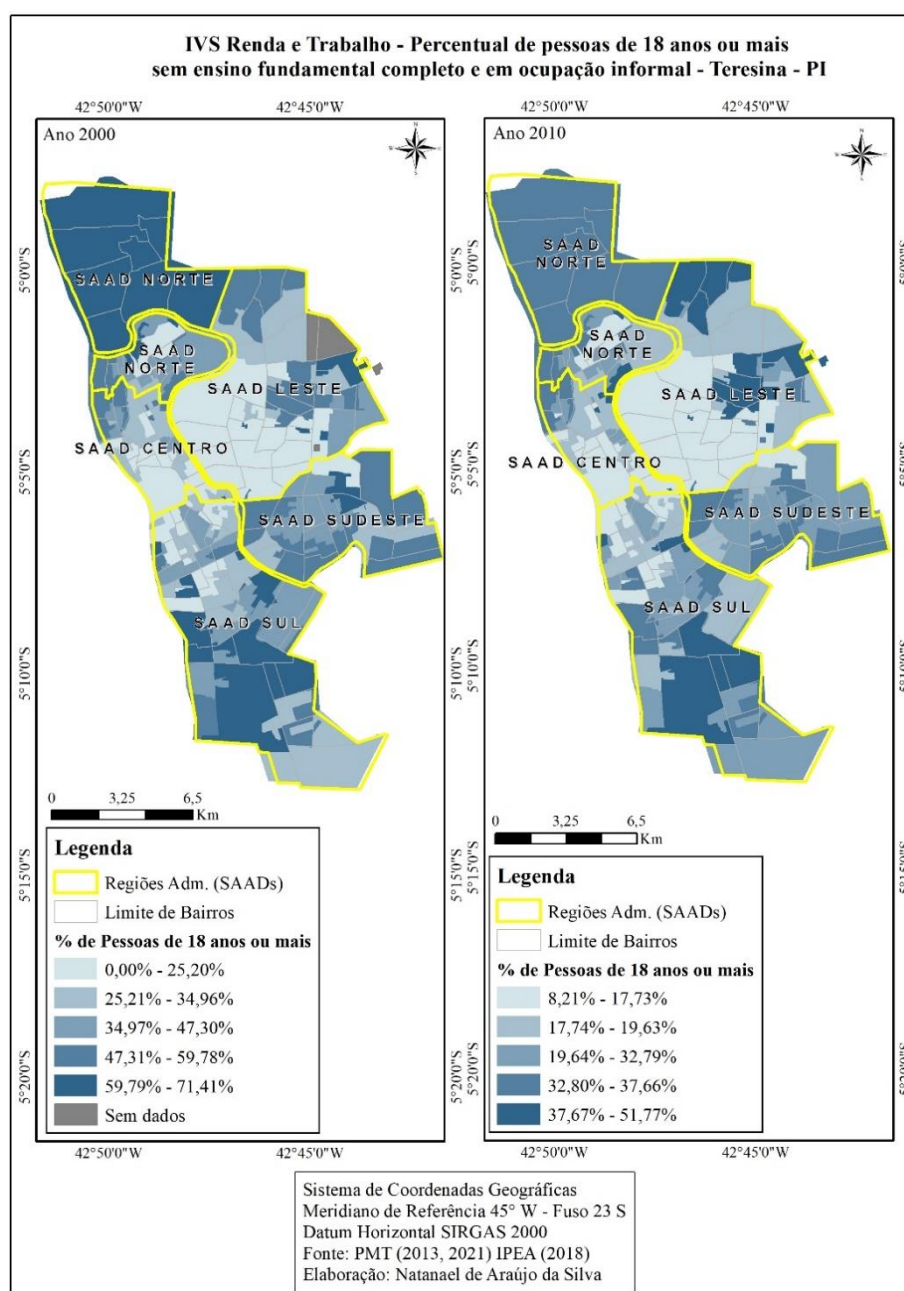


Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

A figura 20 mostra que, no ano 2000, o percentual de pessoas com 18 anos ou mais sem formação fundamental completa e em ocupação informal foi de 71,41%. Foram identificados elevados percentuais nas UDH localizadas nos bairros do Norte, Leste, Centro, Sul e Sudeste da Saad.

Em 2010, esse percentual apresentou uma redução para 51,77%, uma queda de 19,64%. Esse percentual diminuiu em todas as regiões da Saad, exceto no bairro Verde Lar da Saad Leste, que manteve sua taxa elevada.

Figura 20 - Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem Ensino Fundamental completo e em ocupação informal, anos 2000 - 2010

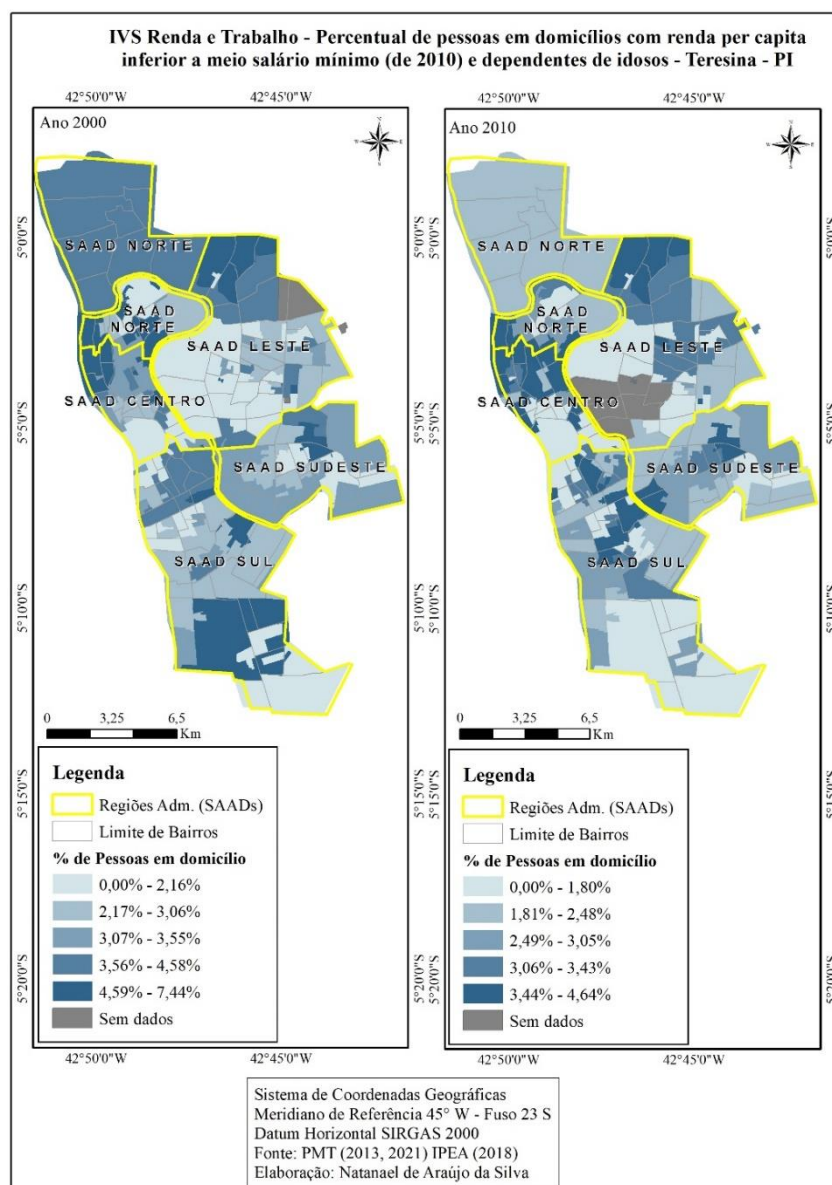


Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

Na figura 21, o Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (R\$255,00) de 2010 e dependentes de idosos, para a área urbana de Teresina no ano 2000 foi observado um percentual de 7,44%, apresentando elevados percentuais nas UDH dos bairros localizados na Saad Norte, bairros: Água mineral, Memorare, Buenos Aires e Bom Jesus; Saad Centro nos bairros: Morro da Esperança, São Joaquim, Matadouro e Parque Alvorada.

No Ano 2010, esse percentual apresentou uma redução para 4,64% uma diminuição de 2,8%, foram observados elevados percentuais nas UDH nos bairros localizados na Saad Sul, Saad Leste, Saad Centro e Saad Sudeste.

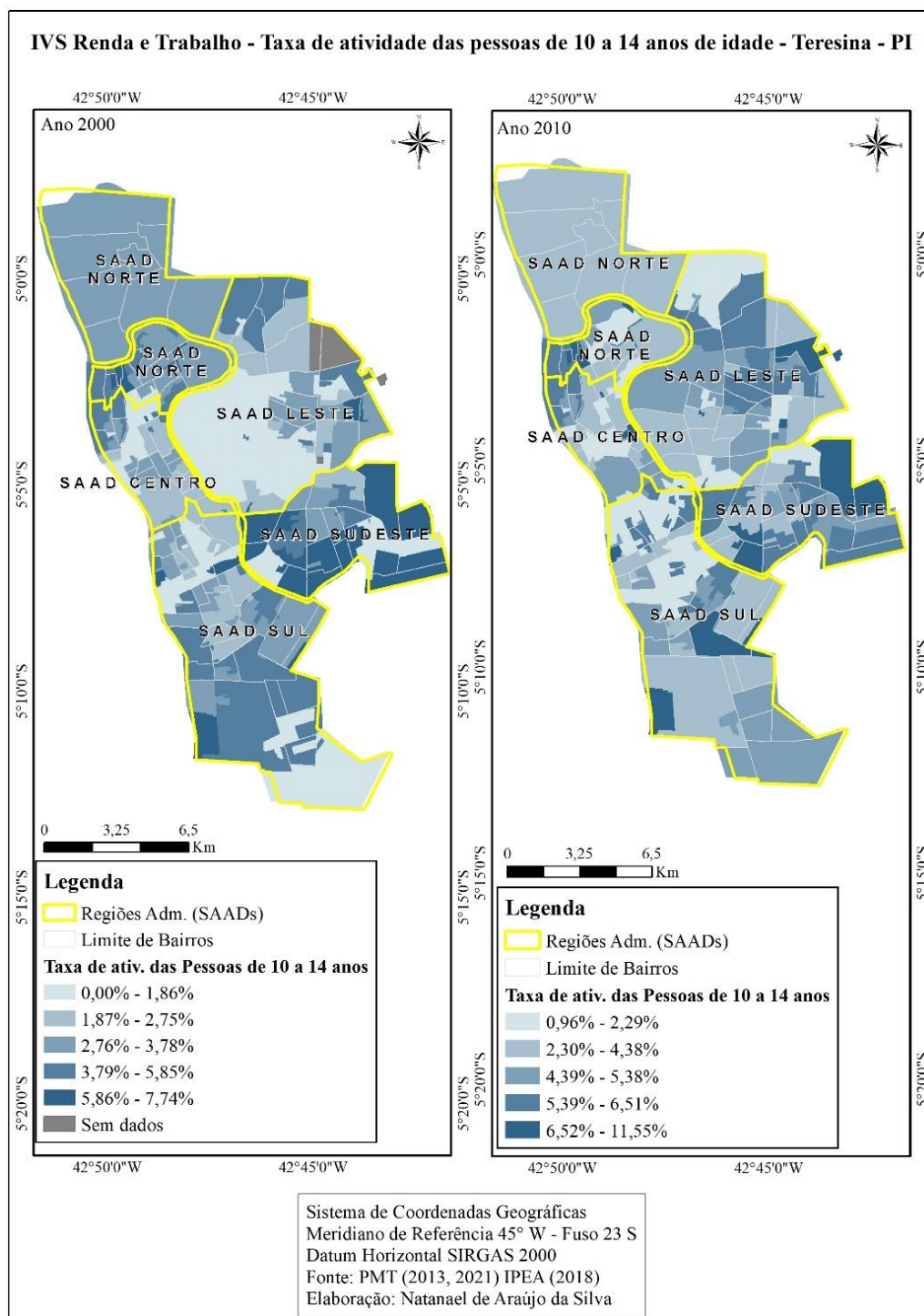
Figura 21 - Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos, anos 2000 - 2010



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

Em relação à taxa de atividades de pessoas de 10 a 14 anos de idade, no ano 2000, o percentual foi de 7,74%. Foram observados conforme a figura 22, percentuais elevados na UDH, nos bairros localizados na Saad Sul e Sudeste. Esse percentual no ano 2010 apresentou um aumento para 11,55%, uma elevação de 3,81%. Foram observados esses aumentos em todas as Saad do perímetro urbano de Teresina.

Figura 22 - Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade, anos 2000 - 2010



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

O Índice de Vulnerabilidade Social de Renda e Trabalho (IVS Renda e Trabalho) utiliza indicadores que indicam a insegurança na renda e ocupação das pessoas, tais como: pessoas com renda familiar igual ou menor que a metade do salário mínimo; adultos desocupados; adultos pouco escolarizados em ocupações informais; pessoas em domicílios que dependem da renda de idosos; e presença de trabalho infantil.

De acordo com a figura 23, o Indicador de Vulnerabilidade Social (IVS) Renda e Trabalho apresentou os seguintes resultados para o ano 2000: 5,57% de muito baixa vulnerabilidade, 8,28% de baixa vulnerabilidade, 15,62% de vulnerabilidade média, 23,02% de vulnerabilidade alta e 47,51% de muito alta vulnerabilidade.

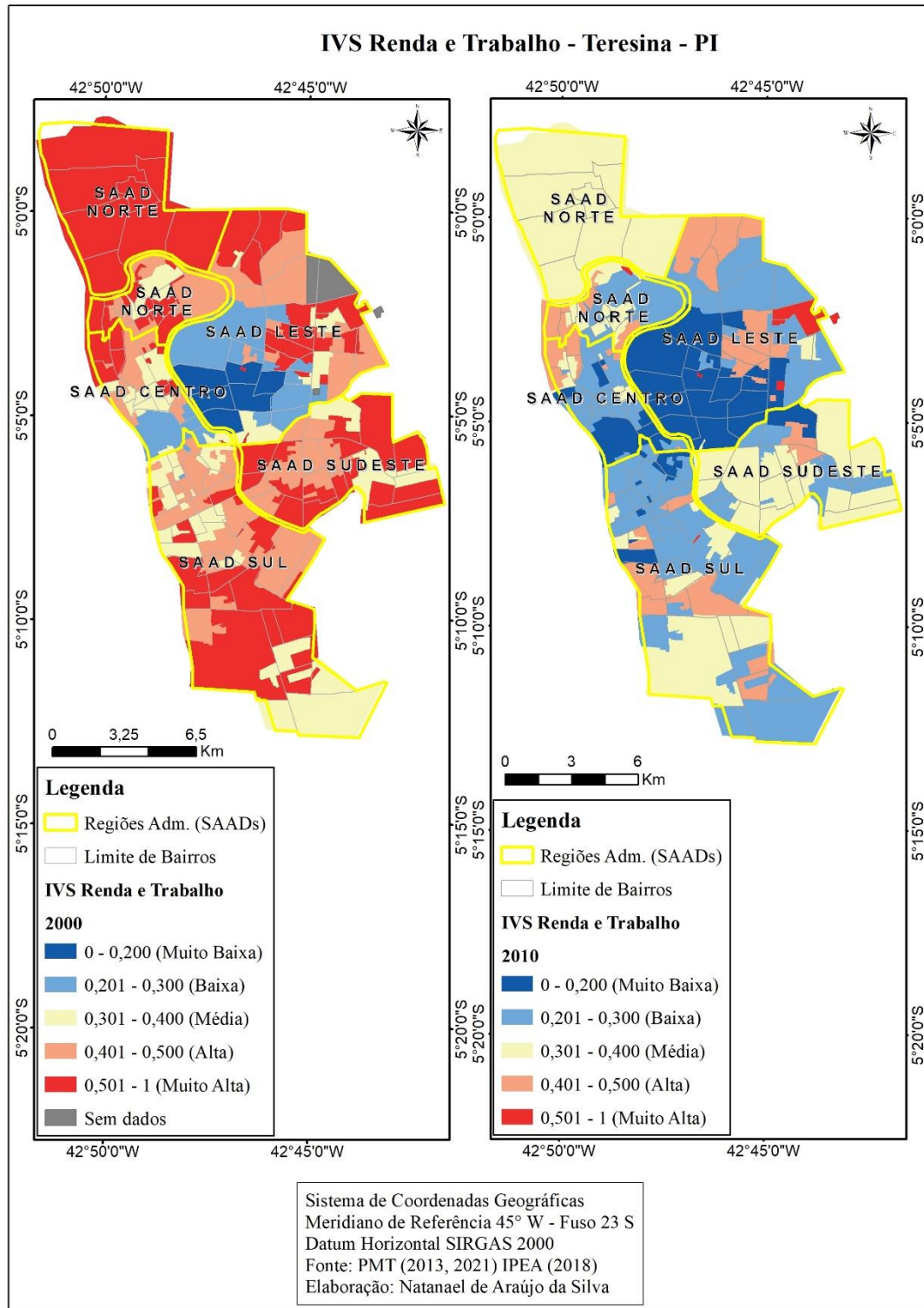
Já em 2010, o percentual foi de 15,88% de muito baixa vulnerabilidade, 33,16% de baixa vulnerabilidade, 37,08% de vulnerabilidade média, 12,84% de vulnerabilidade alta e 1,04% de muito alta vulnerabilidade.

O IVS renda e trabalho apresentou uma evolução ao longo dos anos. Em 2000, o índice era de 0,632 e, em 2010, diminuiu para 0,534, representando uma redução de 15,22%.

Em 2000, a maioria dos bairros localizados nas zonas Saad Norte, Saad Leste, Saad Sudeste e Saad Sul estavam em condições de muito alta e alta vulnerabilidade social. Destacam-se os bairros Centro, Frei Serafim (localizado na Saad Centro) e os bairros da Saad Leste (Campestre, Fátima, Horto, Ininga, Jóquei, Morada do Sol, Noivos, Planalto, Recanto das Palmeiras, Santa Isabel, Santa Lia, São Cristóvão e Zoobotânico), que apresentavam condições de baixa e muito baixa vulnerabilidade.

Em 2010, houve uma evolução, onde os bairros da Zonas Saad Norte, Sul e Sudeste, antes em condições de muito alta vulnerabilidade, mudaram para alta e média vulnerabilidade. Além disso, houve ampliação na condição de baixa vulnerabilidade e muito baixa vulnerabilidade nos bairros localizados nas zonas Saad Sul, Saad Centro e Saad Leste.

Figura 133 - IVS Renda e Trabalho para o perímetro de Teresina – PI, ano 2000 - 2010



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL

De acordo com a figura 24, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um indicador que busca medir a exclusão e vulnerabilidade social no Brasil, não se restringindo apenas à pobreza como falta de renda.

O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso.

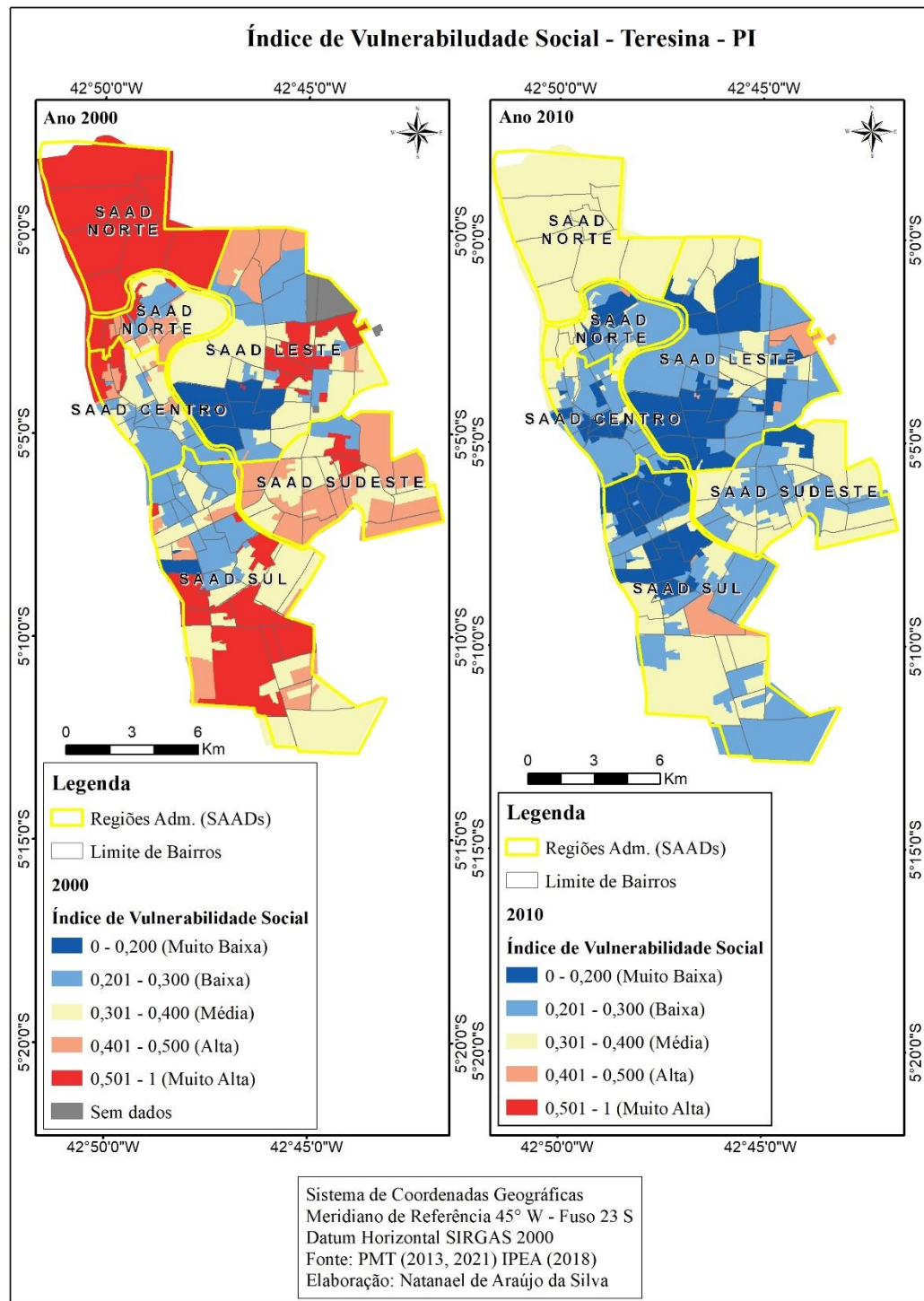
A área urbana de Teresina em 2000 apresentou 6,06% de vulnerabilidade muito baixa, 15,86% de baixa, 30,02% de média, 16,70% de alta e 31,36% de muito alta. Em 2010, houve uma melhora significativa com 19,12% de muito baixa, 34,45% de baixa, 44,05% de média e 2,38% de alta.

A maior parte dos bairros da Saad Norte (Alegre, Aroeiras, Chapadinha, Jacinta Andrade, Monte Verde, Olarias, Parque Brasil, Santa Maria, Santa Rosa, São Francisco), Saad Centro (Matadouro, Nova Brasília, São Joaquim), Saad Sul (Angelim, Bela Vista, Distrito Industrial, Parque Jacinta, Parque Juliana, Santo Antônio), Saad Leste (Piçarreira, Porto Centro, Satélite, Verde Lar) e Saad Sudeste (Colorado e Gurupi), que apresentavam muito alta vulnerabilidade em 2000, passaram para média vulnerabilidade em 2010. No entanto, o bairro Santo Antônio evoluiu para alta vulnerabilidade.

As áreas de baixa e muito baixa vulnerabilidade, que em 2000 estavam localizadas nas regiões Saad Centro e Saad Leste, expandiram-se em 2010 para as regiões Saad Sudeste e a maior parte da Saad Sul.

O IVS geral melhorou de 0,686 para 0,473, uma redução de 31,03%, demonstrando uma melhora nas condições de bem-estar da população. Entre os principais fatores que contribuíram para essa redução, destacam-se a coleta de resíduos sólidos nas áreas urbanas, a distribuição de água e a coleta de esgotos. Além disso, a diminuição da taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade também teve um papel importante, resultante dos avanços na implementação de políticas sociais e econômicas.

Figura 144 - Índice de Vulnerabilidade Social para o perímetro de Teresina – PI, anos 2000 - 2010



Fonte: IPEA (2018), com adaptação do autor (2023).

Segundo informações do IPEA (2015), os dados do IVS no Brasil apresentavam, em 2000, um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 0,446, indicando alta vulnerabilidade social. Dez anos depois, esse índice foi reduzido para 0,326, o que representa um avanço de 27% em direção a níveis mais baixos de vulnerabilidade social.

A dimensão que apresentou maior evolução no período foi o IVS Renda e Trabalho, que abrange indicadores de insegurança de renda e precariedade nas relações de trabalho. Em 2000, o valor desse conjunto de indicadores era de 0,485, colocando o Brasil na faixa de alto IVS Renda e Trabalho. Já em 2010, essa dimensão evoluiu 34%, apresentando um valor de 0,320, elevando o país para a faixa de médio IVS Renda e Trabalho.

O indicador relativo à desocupação da população de 18 anos ou mais de idade foi o que mais evoluiu no período, tendo sua taxa caído cerca de 47%. A segunda dimensão que apresentou maior evolução foi a do IVS Capital Humano, que aborda aspectos sociais diversos, como exclusão social, acesso a serviços de saúde e educação, assim como situações de vulnerabilidade decorrentes de aspectos demográficos e familiares.

Essa dimensão evoluiu 28% no período, passando de 0,503 (muito alta vulnerabilidade social) para 0,362 (média vulnerabilidade social). Destacam-se os avanços nos indicadores que medem o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola (52%) e a mortalidade até 1 ano de idade (45%).

O IVS Infraestrutura Urbana apresentou uma melhoria de 16%, passando da faixa de média vulnerabilidade social (0,351), em 2000, para baixa vulnerabilidade social (0,295), em 2010. O indicador que mais evoluiu nessa dimensão foi o percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo, cujos valores aumentaram 66% no período.

Na região Nordeste, há muitos municípios que são considerados de alta e muito alta vulnerabilidade social em duas das dimensões do IVS (capital humano e renda e trabalho), mas isso não se aplica à dimensão de infraestrutura urbana. Por sua vez, a região Norte apresenta um elevado número de municípios enquadrados como de alta e muito alta vulnerabilidade social em todas as três dimensões que compõem o IVS.

Como os demais municípios brasileiros, Lopes, Macêdo e Melo (2017) apontam que a infraestrutura dos municípios goianos é o item com menor avanço no IVS e com maiores contrastes no estado. A situação se inverte nas regiões metropolitanas, o que revela a dificuldade do poder público em acompanhar o rápido crescimento populacional na RM de Goiânia e no entorno do Distrito Federal. Na dimensão Capital Humano, houve significativas melhorias em Goiás, na década, especialmente no acesso à educação pela população residente, mas ainda há uma diferença regional entre as porções norte e sul do estado (LOPES; MACÊDO; MELO, 2017).

Bugni e Jacob (2017) afirmaram que, embora o município de São Paulo tenha alcançado uma considerável diminuição de seu IVS, mantém o mesmo padrão de concentração de valores de UDHS, com áreas vulneráveis nas fronteiras sul e leste da cidade, especialmente, e áreas pouco vulneráveis na região noroeste. A evolução da vulnerabilidade em termos relativos explica a manutenção desse padrão durante a década. Segundo os autores, o IVS da cidade de São Paulo caiu de 0,446 para 0,326, o que representou um importante avanço socioeconômico. Nas três dimensões, a cidade apresentou melhoria de 39% no IVS de trabalho e renda, 21% no IVS de capital humano e 0,2% no IVS de infraestrutura urbana (BUGNI; JACOB, 2017).

Para a compreensão do desempenho e avanço na melhoria dos indicadores e na redução do índice de vulnerabilidade social na área urbana de Teresina, foram realizadas pesquisas, a partir de relatórios e planos municipais disponibilizados pela Prefeitura de Teresina, Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí (ADH) e trabalhos acadêmicos.

De acordo com o Diagnóstico Resiliência de Teresina (2019-2022), o último Censo Nacional (IBGE, 2010) registrou a existência de 222.154 domicílios na cidade. Os tipos de posse identificados foram distribuídos da seguinte maneira: 79,65% ocupados pelo proprietário; 13,51% alugados; 5,55% cedidos por empregador ou outros; e 1,29% sob outras condições.

A tipologia predominante no domicílio é composta por casas isoladas, que representam 90,36% do total de habitações. As demais tipologias foram apartamentos (8,20%), casas em vilas ou condomínios fechados (1,17%); e, por fim, cortiços, que somam cerca de 0,27%.

Os materiais de construção mais prevalentes são alvenaria (tijolos), sendo 42,75% de paredes revestidas e 25,63% sem revestimento externo. O segundo tipo mais comum é feito a partir de técnicas vernaculares, como a parede de taipa - onde 12,42% receberam revestimento e 13,69% estão em acabamento bruto. Materiais adicionais, como madeira improvisada, casas de palha e outros, representam 5,49%.

Em relação à ocupação, 26,23% das moradias possuíam menos de 2 moradores; 61,84% tinham entre 3-5 residentes; e 11,93% tinham mais de 6 residentes. A densidade de residentes por dormitório foi de 34,5% com 1 ou menos residentes/dormitório; 48% entre 1-2 residentes/dormitório; 13,65% entre 2-3 residentes/dormitório; e 27,8% com mais de 3 residentes/dormitório.

Ao poder público municipal convém dentro do planejamento estratégico da cidade buscar de várias maneiras, atender às demandas locais da população através dos projetos e ações desenvolvidos. Para tanto, o cenário urbano nas grandes, pequenas e médias cidades brasileiras é fruto de um processo de urbanização desigual e segregável. Segundo Neto e Lima (2007), questões de cunho social ligadas à habitação se fortaleceram nos “movimentos sociais urbanos”, reivindicando ao Estado os seus direitos previstos na Constituição Federal de 1988, ampliando um diálogo mais próximo à sociedade civil sobre os problemas enfrentados nas cidades.

Teresina, não obstante, seguiu os “princípios democráticos e participativos” (NETO; LIMA, 2007, p. 230) para superar os problemas socioeconômicos e de uso e ocupação do solo urbano, encarados por ações imediatistas na cidade.

Isso se traduziu num conjunto de projetos que integraram o Plano Municipal de Habitação (PMH), que deveria ser o instrumento norteador da Política de Habitação Social (PHS), sendo integrado ao Projeto Vila-Bairro (PVB), este uma proposta de urbanização de favelas (NETO; LIMA, 2007, p. 230).

De acordo com os autores, foi a primeira política pública de ação local voltada para solucionar a questão da pobreza urbana, englobando vários órgãos da gestão pública de esferas administrativas focadas em suas áreas de intervenção e desenvolvimento do Projeto Vila-Bairro (PVB), que impulsionaram a construção de uma “infraestrutura física e social” frisando a participação popular nas discussões e tomada de decisões (NETO; LIMA, 2007).

Os anos 2000 foram marcados por um processo de expansão e desenvolvimento, alinhado às parcerias públicas e privadas, bem como aos programas habitacionais do governo federal e estadual. Em 2003, outro projeto importante foi executado com o objetivo de “garantir o direito à moradia para as pessoas de baixa renda”, sendo possível o acesso através do programa Semeando Moradia e PHS (Projeto de Subsídio à Habitação de Interesse Social) (FREITAS *et al.*, 2022, p. 29). No total, somaram-se 7.166 unidades habitacionais entregues sob ação de programas como: PHS; Programa Semeando Moradia Rural e Emergencial; Habitar Brasil e Mutirão.

Após a extinção da COHAB-PI, devido a uma série de problemas de inadimplência, sua administração tornou-se inviável o que propiciou buscar soluções sobre projetos futuros de habitação no Piauí. Em 12 de abril de 2007 foi criada a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí - ADH-PI, por meio da Lei nº 5.644

e regulamentada pelo Decreto nº 12.666, de 27 de junho de 2007, autarquia competente a desenvolver políticas públicas de moradia social, “conforme Art.6º da Constituição Federal” (FREITAS *et al.*, 2022).

A ADH-PI teve a missão de revisar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social-PEHIS adequando-os às diretrizes nacionais (Plano Nacional de Habitação-PLANHAB) em busca de sanar os problemas de habitação da população de baixa renda. Outras pautas importantes foram discutidas pela ADH-PI dentre elas: Elaboração do PAC TERESINA; Construção de quatro mil e trezentas unidades habitacionais (Residencial Jacinta Andrade e Parque Brasil), recursos dos programas Pró-Moradia e PAC; Expansão do Programa Semeando, além do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, em várias cidades do interior do estado, incluindo a capital Teresina (FREITAS *et al.*, 2022).

Englobando as políticas de desenvolvimento, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 teve papel significativo, ao passo que em 2009 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de produzir moradias em larga escala por construtoras privadas, visando combater o déficit habitacional do país e melhorar os índices sociais (LIMA; VIANA, 2019).

O programa oferece subsídios para a aquisição, construção ou reforma de imóveis. Os subsídios são proporcionais à renda familiar dos beneficiados e são financiados por recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) (LEAL JÚNIOR *et al.*, 2022). Desde o seu lançamento, o PMCMV tem sido responsável pela construção de milhões de moradias em todo o país, principalmente para famílias de baixa renda. Segundo os autores, o programa já passou por três fases, de 2009 a 2016.

Segundo o Plano de Assistência Social do Município de Teresina (2014), de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o município de Teresina apresenta uma população urbana acima de 90% do total de habitantes, cuja urbanização ocorreu por meio de um processo contínuo, crescente e desordenado que evidencia um conjunto de vulnerabilidades sociais que afetam famílias e um significativo contingente populacional.

Conforme dados publicados pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Teresina (2018), e de acordo com o Ministério do Trabalho e IBGE (2010), em Teresina, entre 2000 e 2011, tanto o emprego quanto o desemprego

ou informalidade apresentaram crescimento. A quantidade de pessoas empregadas aumentou em 104,5%, passando de 124.382 para 254.344.

Já o número de desempregados ou trabalhadores na informalidade apresentou um crescimento bem inferior: 5,38%, passando de 315.738 para 396.724, o qual pode ser justificado pelo aumento populacional da capital. O saldo de empregos com carteira assinada sofreu uma queda de 25,8%, de 2011 para 2012, passando de 4.912 novos postos de trabalho para 3.641.

Quanto à remuneração, foi mais favorável aos trabalhadores dos serviços industriais, com valor médio de R\$ 4.210,28, e menos favorável aos empregados na indústria de transformação, com média salarial de R\$ 837,00, de acordo com dados do MTE/2011.

Castro, Amaral e Filho (2016) afirmam que Teresina é uma cidade que exerce forte atração sobre as cidades circunvizinhas, em razão de sua posição como centro político administrativo do estado e sua localização estratégica na divisa com o Maranhão e no centro de um grande entroncamento rodoviário.

Essa combinação de fatores tem tornado Teresina um centro de atração para diversos interesses, atraindo uma população de outras regiões do país, principalmente do Maranhão, Pará e Tocantins, que visitam a cidade para adquirir bens e serviços, especialmente serviços médico-hospitalares.

De acordo com Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2019), as iniciativas de gestão e prestação de serviços públicos em Teresina resultaram um exemplo emblemático de universalização da atenção básica, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Tal modelo se mostra inspirador e com potencial para aplicação em outros municípios do país, sobretudo aqueles de grande porte populacional. A partir de 2005, graças às iniciativas municipais, a ESF passou a abranger mais de 90% da população, tendo alcançado a totalidade dos residentes de Teresina, desde 2015. No que se refere à cobertura de saúde bucal, a Estratégia da Saúde da Família (ESF) também apresenta uma cobertura praticamente universal no município, atingindo 97,8% da população.

Bueno (2008) destaca que, com a melhoria do atendimento à saúde em Teresina, tanto no serviço público quanto no privado, houve um aumento do fluxo temporário de pessoas oriundas de outras regiões brasileiras para a realização de consultas e suas hospedagens em pensionatos próximos aos estabelecimentos que

prestam serviços de saúde e determinadas especialidades médicas, centralizadas na área conhecida como Polo Saúde, localizada na região Centro – Sul da Cidade.

De acordo com Fortes *et al.* (2010, citado por MOREIRA *et al.*, 2017), o avanço tecnológico e os novos métodos de tratamento na área da saúde têm impulsionado a procura por tratamentos médicos e gerado um fluxo turístico para esse segmento. Esse forte atrativo tem impacto na economia da cidade de Teresina/PI. A expansão do setor de saúde tem fortalecido o turismo de saúde na capital piauiense, atraindo pacientes de diversas cidades e estados vizinhos. Segundo a pesquisa, aproximadamente 40% dos pacientes atendidos nos hospitais de Teresina/PI são provenientes de outras localidades.

Rocha (2013) destaca que o avanço da qualidade da educação em Teresina foi estabelecido como objetivo principal no Plano Diretor de Educação Municipal (PDET), aprovado em 2003, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

Para atender a essas diretrizes, o PDET estabeleceu a necessidade de sistemas de informações gerenciais para orientar e subsidiar a rede na tomada de decisão, acompanhamento e avaliação do sistema educacional.

As metas traçadas no PDET foram reafirmadas no plano plurianual aprovado em 2005, que destacou a autonomia e o fortalecimento da escola, a universalização do ensino infantil e fundamental, além da garantia de sucesso no percurso escolar como diretrizes para a melhoria educacional.

A dimensão jurídico-administrativa e sócio-organizacional foram apontadas como importantes na política educacional da rede municipal. Tais dimensões se referem à competência que os órgãos próprios da escola detêm para decidir sobre matérias nas áreas administrativas, pedagógicas e financeiras, e ao jogo de dependências e interdependências que uma organização estabelece com o seu meio e que lhe definem como identidade própria, respectivamente.

De acordo com o Plano Municipal de Educação (2014), no que se refere à Educação Infantil, houve um aumento considerável nas matrículas em creches e pré-escolas na dependência administrativa municipal, no período de 2003 a 2011, resultado do processo de municipalização de 100% da Educação Infantil das creches da rede estadual e a incorporação da quase totalidade das pré-escolas filantrópicas e comunitárias. Esse crescimento na oferta de vagas na rede municipal teve um impacto significativo na rede privada, que teve uma redução de 38,5% e 33,9% no número de

matrículas em creches e pré-escolas, respectivamente, principalmente no período de 2003 a 2011.

Segundo o Censo Escolar de 2010, no município de Teresina, a cobertura do atendimento escolar na faixa etária de 0 a 3 anos foi de 8.871 matrículas em uma população de 46.915, o que corresponde a uma taxa de escolarização líquida de 18,9%. Já na faixa etária de 4 a 6 anos, a taxa de escolarização líquida foi de 66,2% em uma população de 35.954.

Durante o período de 2003 a 2013, na vigência do Plano Decenal de Educação de Teresina, houve um aumento de 218% no número de estabelecimentos de Educação Infantil no âmbito municipal, chegando a 142 estabelecimentos na zona urbana.

Por outro lado, é possível observar uma diminuição do número de matrículas no Ensino Médio, nas escolas de dependência administrativa estadual, no período de 2003 a 2014. Essa redução se tornou mais evidente entre 2013 e 2014, quando o número de matrículas caiu de 35.079 para 29.269, representando uma diminuição de 5.810 matrículas. Essa redução também pôde ser observada nas escolas particulares de ensino, que registraram 13.411 matrículas em 2003 e apenas 11.605 em 2014, uma queda de 1.806 matrículas.

Conforme estudos sobre saneamento básico, no período de 2000 a 2010, o abastecimento de água em Teresina era realizado pela empresa Águas e Esgotos do Piauí S.A. (AGESPISA), uma empresa de economia mista da qual o governo estadual é o acionista majoritário. A capacidade de adução e tratamento de água é suficiente para atender às necessidades da atual população, porém é deficitária na rede de distribuição em alguns bairros da periferia da capital.

Segundo o SNIS (2011), a coleta e o tratamento de esgoto em Teresina atendem cerca de 17% da população da capital. De acordo com o IBGE, aproximadamente 62% dos domicílios teresinenses utilizam sistema de fossa sumidouro e os outros 20% lançam diretamente nas galerias, riachos e rios do município. A necessidade de ampliar as ações de educação ambiental associada à característica geográfica da cidade agravam o quadro do esgotamento sanitário.

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que só foi concluído em 2018 (Decreto municipal 17.644/2018), compreendeu o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações dos setores de saneamento básico que, por

definição, engloba abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo de águas pluviais.

O PMSB de Teresina visa estabelecer um planejamento das ações de saneamento no município, atendendo aos princípios da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010) para a melhoria da salubridade ambiental, a proteção dos recursos hídricos e a promoção da saúde pública.

Para atuação na rede de assistencialismo social, segundo o documento Teresina 2000 a 2010: diagnósticos, avanços e desafios (2013), em 2005, a Prefeitura de Teresina instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), descentralizado e participativo, que gerencia a Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

As redes de proteção social, formadas por organizações governamentais e não governamentais, ajudam as pessoas mais vulneráveis da população, como aquelas na linha de pobreza com limitações físicas ou mentais, a ter acesso à alimentação permanente e de qualidade e aos serviços públicos.

Além disso, os beneficiários têm acesso a programas de distribuição de renda, tratamento especial em transporte coletivo, medicamentos de uso contínuo, estruturas especiais de acessibilidade, prioridade no atendimento em saúde e educação, além de atendimento prioritário em solicitações de serviços. Entre 2000 e 2010, o Índice de Exclusão Social (IES) de Teresina caiu de 28,6% para 23,1%, com uma queda média estadual de 45% para 42%. Em outubro de 2012, havia 115.074 famílias inscritas no Cadastro Único, das quais 70.251 tinham uma renda per capita familiar de até R\$ 70,00, 96.464 tinham uma renda per capita familiar de até R\$ 140,00 e 110.139 tinham uma renda per capita de até meio salário mínimo.

Desde 2006, o número de famílias cadastradas aumentou 62,5%. O Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou cada vez mais famílias em Teresina, entre 2004 e 2012, com um aumento de 103,5%, e transferiu R\$ 9.105.720,00 em benefícios às famílias atendidas em novembro de 2012. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a idosos e pessoas com deficiência com renda inferior a 25% do salário mínimo, pagou R\$ 107,8 milhões em benefícios a 9.350 pessoas com deficiência e 7.844 idosos em Teresina em 2011, representando um aumento de 19,8% em relação a 2004.

A estrutura do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) em Teresina, em 2011, tinha capacidade para atender 85.000 famílias referenciadas, através de 17 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e de 03 Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), com um aporte anual do Ministério do Desenvolvimento Social de R\$ 1.836.000,00, tendo-se observado um crescimento na capacidade de atendimento de 216,7% em relação a 2006.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa, foi observada uma redução do comportamento do índice de vulnerabilidade social entre anos de 2000 e 2010 nas cinco regiões administrativas. No entanto, essa redução não foi uniforme em todas as regiões da cidade, e algumas áreas ainda apresentam altos índices de vulnerabilidade social, conforme apresentado nos subíndices para a composição do índice de vulnerabilidade social.

Em um dos indicadores, o percentual de pessoas em residências sem abastecimento de água e saneamento adequado, é possível observar que os bairros Alegre, Aroeiras, Chapadinha, Monte Verde, Olarias, Parque Brasil e Santa Maria, na Saad Norte, assim como Cidade Jardim, Pedra Mole, Piçarreira, Porto Centro, Samapi, Satélite e Tabajaras, na Saad Leste, São Joaquim, Parque Alvorada e Nova Brasília, na Saad Centro, Gurupi e Colorado, na Saad Sudeste, e Angelim, Parque Juliana e Esplanada, na Saad Sul, apresentam altos percentuais, variando de 7,15% a 22,60%.

Embora haja registro de queda no percentual em algumas regiões, em 2010, a maioria das Unidades de Desenvolvimento Habitacional (UDH) localizadas nos bairros da região Saad Norte apresentou elevados percentuais de residências sem abastecimento de água. Na região Saad Leste, a UDH localizada no bairro Verde Lar e, na região Saad Sul, no bairro Santo Antônio, também apresentaram percentuais elevados.

Em relação à educação, a taxa de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentavam a escola na área urbana de Teresina era de 7,42%, com UDHs nos bairros da Saad Norte, Saad Leste, Saad Sudeste e Saad Sul apresentando alta taxa. Em 2010, houve uma redução para 5,30%, com as maiores taxas nas UDHs dos bairros da Saad Leste, Saad Sul e Saad Centro. De acordo com os dados do Plano de Educação Municipal (TERESINA, 2014), em 2010, analisando a população de 6 a 14 anos que frequentava a escola, o Município de Teresina apresentava o percentual de 97,8%, sendo menor do que o do Piauí, cujo percentual era de 98,1%.

Os resultados da pesquisa demonstraram, a partir do mapa do IVS geral, que a vulnerabilidade social é um problema significativo na área urbana de Teresina, especialmente em áreas periféricas da cidade. A análise dos dados do IPEA revelou que, em ambos os anos estudados, havia uma concentração de pessoas em situação

de pobreza e exclusão social em determinadas regiões administrativas da cidade, o que reforça a necessidade de políticas públicas específicas para essas áreas.

A partir dos dados disponibilizados na plataforma do IPEA, o estudo do IVS para a área urbana de Teresina apontou as carências de cada região administrativa, podendo ajudar a repensar o planejamento e a execução das ações para atender às necessidades e vulnerabilidades, para implantar políticas públicas mais efetivas, eficazes e eficientes.

No ano 2000, destaca-se a tendência a muito alta vulnerabilidade na zona Norte e Sul, indicando uma deficiência do poder público em proposições de políticas públicas para essas zonas urbanas. Em 2010, a área urbana de Teresina pôde ser vista com as zonas urbanas em transformação e expansão, podendo ter aplicado planos de ações para minimizar suas deficiências.

Esta pesquisa teve algumas limitações que devem ser consideradas em estudos futuros. Uma delas é a falta de dados mais recentes, que permitiriam uma análise mais atualizada da vulnerabilidade social em Teresina. Além disso, seria interessante investigar mais detalhadamente as causas da redução da vulnerabilidade social na cidade, bem como o impacto das políticas públicas nesse processo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Kellen Cristina de. **Participação social, território e vulnerabilidade social na cidade de Lavras-MG**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Políticas Públicas e Controle Social) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/35233>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ABRÃO, Luciano Rogério do Espírito Santo. **O Processo de espacialização das desigualdades sociais: uma abordagem histórico-geográfica e jurídica dos programas assistenciais no município de Catalão - GO**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/383>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

AMARAL, Liliane Moraes. **A Intersetorialidade na gestão das políticas sociais: o contexto da produção científica brasileira**. 2015. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6907>. Acesso em: 20 jun. 2022.

A POBREZA e suas estratégias de enfrentamento no Brasil: Uma das expressões da questão social na atualidade *In*: SEMINÁRIO CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO E ONTOLOGIA DO SER SOCIAL, 6., 2018. **Anais [...]**. 2018, Itaperi: CETROS, 2018. Acesso em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-49348-26062018-230226.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BARROS, Manoel de. Vulnerabilidade Educacional. *In*: HIKAWA, Daniela Harumi *et al* (org.) **Vulnerabilidade e educação**. São Paulo: Coleção Diálogos com o NAAPA, 2021. v. 3. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Dialogos-NAAPA-vulnerabilidade-educacao-v3.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/cpE3>. Acesso: 20 jun. 2022.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do grande bom jardim em Fortaleza- Ce. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2015, São Luís. **Anais [...]** São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <https://shre.ink/Bezerra>. Acesso: 20 jun. 22.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social Brasileira. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 57-96; jan./jun., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n1/v15n1a05.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRAGA, Iracilda Alves; CARNEIRO, Mauricélia Ligia Neves da Costa. A Política de Assistência Social em Teresina (PI): Trajetória e Provisão de serviços e Benefícios socioassistenciais. In: BRAGA, Iracilda Alves *et al.* (org.) **A Política de assistência social no contexto Teresinense: gestão e boas práticas**. Teresina. EDUFPI, 2018. 176 p.

BUARQUE, Rodrigo Costa. **O benefício assistencial de prestação continuada: uma análise sob a ótica dos deveres Fundamentais e dos custos dos direitos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/212>. Acesso: 20 jun. 2022.

BUENO, Maria do Carmo. **Grade estatística: uma abordagem para ampliar o potencial analítico de dados censitários**. 2014. Tese (Dourado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275889186_Grade_estatistica_uma_abordagem_para_ampliar_o_potencial_analitico_de_dados_censitarios. Acesso: 20 jun. 2022.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho **Centralidade dos serviços de saúde em Teresina (PI): produção, uso e gestão de territórios na zona leste da cidade**. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/dfdfdf>. Acesso: 20 jun. 2022.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. **As Casas de pensões do Pólo de Saúde de Teresina: produção espacial e políticas públicas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/dfdfdfdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BUGNI, Renata Porto; JACOB, Miguel Stevanato. Índice de vulnerabilidade social: uma análise da cidade de São Paulo. In: MARGUTI, Bárbara Oliveira *et al.* (org.). **Territórios em números Livro 02**. Brasília: IPEA: INCT, 2017. p. 85 – 110.

CÂMARA, G.; CASANOVA, M. A.; HEMERLY, A. S.; MAGALHÃES, G. C.; MEDEIROS, C. M. B. **Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/anatomia.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Conceitos Básicos da Ciência da Geoinformação. In: **Geoprocessamento: Teoria e Aplicações**. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CÂMARA, G.; CARVALHO, M. Análise Espacial de Eventos. *In*: DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (ed.). **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília: EMBRAPA, 2004. cap. 2. p. 1-15. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/cap2-eventos.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais [...]**. São Pedro: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Acesso: 13 nov. 2020.

CANTELMO, Wesley; LOBO, Carlos; GARCIA, Ricardo Alexandrino. Territorialismo e a política de desenvolvimento: estratégias de produção do território no Brasil. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 17, n. 34, p. 355–370, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3403>. Acesso: 20 jun 2022.

CARDOSO, Aline Fernanda; COSTA, Valéria Aparecida Moreira; SILVA, Cássio Alexandre da. A Importância do Território em ações de vigilância em saúde. **Revista cerrados**, [s. l.], v. 18, n. 02, p. 50–68, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1037>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; ARAÚJO, Cleonice Correia. Política de Assistência Social e Pobreza: contribuições ao debate. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (VII JOINPP), 7., 2015, São Luís. **Anais [...]** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/politica-de-assistencia-social-e-pobreza-contribuicoes-ao-debate.pdf>. Acesso: 20 jun. 22.

CARVALHO, Poliana de Oliveira; TEIXEIRA, Solange Maria. Questão Social e as tendências familistas da Política de Assistência Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria do Rosário de Fátima *et al* (org.). **Questão social e políticas públicas na atualidade**. Teresina: EDUFPI, 2017. cap. 01. p. 17-31. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/EDUFPI/Livro_valendo210818.pdf. Acesso: 20 jun. 2022.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; CARVALHO, Rafael Nicolau; MIRANDA, Ana Paula Rocha Sales de *et al*. A Intersetorialidade enquanto estratégia profissional do serviço social na saúde. **Barbaroi**, Santa Cruz do Piauí, n. 39, p. 192–215, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-65782013000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2022.

CASTRO, F. R. de A.; AMARAL, M. F. B. do; COSTA FILHO, S. Nível de escolaridade dos trabalhadores do setor formal em Teresina diante das determinações do processo de reestruturação produtiva capitalista. **Informe Econômico (UFPI)**, [s. l.], v. 36, n. 1, ano 19, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/1672>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CHAVES, Sammya Vanessa Vieira. **Vulnerabilidade às inundações em Teresina, Piauí**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/139394>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, 91a reunião. **A hora da igualdade no trabalho (Relatório Global 2003)**. 01 dez. 2003. Disponível em: http://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_226898/lang-pt/index.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.

CONSULTA, SELEÇÃO E EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO CADÚNICO (CECAD). **Brasil Cadastro Único**. [S. l.]: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, SENARC, 2022. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>. Acesso: 20 jun. 2022.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Boletim regional, urbano e ambiental, IPEA**, Brasília, n. 3, p. 23-37, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5486>. Acesso em: 24 fev. 2023.

COSTA, Marco Aurélio *et al.* **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. (Texto para discussão, 2364). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257>. Acesso em: 09 mar. 2023.

COUTO, B. R. *et al.* **O sistema único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

CUTTER, Susan L. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 529–539, 1996. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030913259602000407>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 93, p. 59–69, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/165>. Acesso em: 24 fev. 2023.

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Planejamento territorial do desenvolvimento**: ação técnica e ação política. Uma prática piloto na região de Barreiras. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10102007-150002/publico/TESE_CLARISSE_TORRENS_BORGES_DALLACQUA.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. Território, trabalho social e Assistência Social: alguns aportes sobre a realidade da cidade de Curitiba (PR). *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais** [...]. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22069>. Acesso: 20 jun. 2022.

ÉRNICA, Mauricio. Desigualdades educacionais no espaço urbano: o caso de Teresina. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 18, p. 523–788, 2013.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/j/rbedu/a/4v6Q8NK6FMqbmxsWkktV8Ng/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FERNANDES, Maria Lidia; LOPES, Jader Janer. Território, cultura e educação: a configuração da infância em tempo/espaço outro. **Em Aberto**, [s. l.], v. 31, n. 101, 2019. Disponível em: <http://172.29.9.202/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3234>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FERREIRA, Bernardo Costa. **Concepção de metodologia de análise espacial para suporte à decisão estratégica e militar**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2699>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FIGUEIREDO, V. S.; OLIVEIRA, J. L. de; MATERANO, L. S. O uso da observação Social Sistemática e as geotecnologias para análise de vulnerabilidade social no bairro I lagoinha, Uberlândia-MG. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 14, n. 28, p. 76–84, 5 jul. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/41289>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FLEURY, S. Política social, exclusion y equidad en America Latina en los 90. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 156, p. 72-94, jul./ago. 1998. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/2698_1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

FLORENZANO, T G. **Imagens de Satélites para Estudos Ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
FREITAS, Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso *et al.* **História da Companhia de Habitação do Piauí - Cohab e Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí**. [S. l.]: Gráfica do Povo, 2022.

FUINI, Lucas Labigalini, Concepções de poder e território em Michel Foucault: uma contribuição aos estudos geográficos. In: FOLMER, I. *et al.* (org.). **Geopolítica: poder e território**. São Paulo: FFLCH, USP, 2021. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/610/542/2055>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **IDHM dos Municípios do Piauí por Território de Desenvolvimento**. Teresina: CEPRO, 2016. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20_5e483dee73.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

FURTADO, Leila Denise Monteiro. **Vulnerabilidade e Território: dinâmica da vulnerabilidade dos jovens do bairro Safende**. 2011. Dissertação (Mestrado em

Economia) - Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Coimbra, 2011. Disponível em: <https://mestradoisie.wordpress.com/2011/12/02/tese-vulnerabilidade-e-territorio/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

GIOVANELLA, L.; FIDELIS, P.; LUIZ, A.; FACCHINI, A. **Consolidação da Estratégia Saúde da Família como modelo único e universal de atenção primária à saúde e porta de entrada eletiva do SUS em Teresina. Relatório final.** Estudo caso – Teresina/ PI. Rio de Janeiro: ABRASCO: 2009. Disponível em: <https://redeaps.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Relato%CC%81rio-Teresina-APS-forte-Final-nov-2019.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso: 20 jun. 2022.

HAESBAERT, R.; TRAMONTANI RAMOS, T. O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**, [s. l.], v. 6, n. 12, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.v6i12.a13478>. Acesso em: 24 fev. 2023.

HILLESHEIM, B.; LASTA, L. L. A Política de Assistência Social e a Educacionalização do Social. **Revista Polis e Psique**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 28–51, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.85814>. Acesso em: 24 fev. 2023.

HOLAND, I. S.; LUJALA, P.; RØD, J. K. Social vulnerability assessment for Norway: A quantitative approach. **Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography**, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 1–17, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00291951.2010.550167>. Acesso em: 24 fev. 2023.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de Habitação Social e o direito à moradia no Brasil. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

JOAZEIRO, E. M. G.; MARIOSIA, D. F. Formação em serviço social: articulação entre expressões da “questão social”, políticas sociais e território. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 185–209, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8639494>. Acesso em: 24 fev. 2023.

JUNIOR, J. H. L. L.; LEITE, C. de S.; LOPES, W. G. R.; MATOS, K. C. Habitação de interesse social e o plano diretor de ordenamento territorial de Teresina, Piauí: uma tentativa de alinhamento à nova agenda urbana. **Revista Ibero-Americana de**

Ciências Ambientais, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 403–415, 2 jul. 2022. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/6922>. Acesso em: 24 fev. 2023.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista da Cepal**. [s. l.], n. 75, dez. 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/10782>. Acesso em: 24 fev. 2023.

KREMPI, Ana Paula. **Explorando recursos de estatísticas para análise de acessibilidade na cidade de Bauru**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde-10032005-064613/publico/APKrempi_.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

LASTA, Letícia Lorenzoni. **Políticas de assistência social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/141505>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LEITE, M. E.; ROSA, R. GEOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS NO ESTUDO URBANO. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 17, p. 180–186, 25 fev. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15396>. Acesso em: 24 fev. 2023.

LIMA, Antônio Jesuíta de (org.) **Cidades Brasileiras - atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

LIMA, Letícia; SILVA, Leonardo Xavier da Silva; FORNO, Marlise A. R. Del. A Evolução Histórica dos conceitos de Território/Territorialidade no Contexto do Desenvolvimento Rural. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1 –11, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/cei/article/view/268/pdf#:~:text=Para%20o%20Desenvolvimento%20Rural%2C%20o,e%20a%20gera%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda>. Acesso: 20 de jun. de 2022.

LIMA, V. V.; VIANA, B. A. da S. A dinâmica da política habitacional brasileira em Teresina-PI. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 5, n. 17, p. e11274, 26 dez. 2019. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/11274>. Acesso em: 24 fev. 2023.

LOPES, Juliana Dias; MACÊDO, Murilo Rosa; MELO, Lucelena Fátima de. Vulnerabilidade social e desempenho desigual dos municípios goianos. In: MARGUTI, Bárbara Oliveira *et al.* (org.). **Territórios em números Livro 01**. Brasília: IPEA: INCT, 2017.

LOPES, Luís Felipe Dias; SILVA, Inajara dos Anjos da. **Geotecnologias e Gestão Pública Municipal: um estudo preliminar**. 2013. Artigo (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências

Sociais e Humanas. Santa Maria, RS, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/82>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 26, p. 161–181, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbepop/a/vLV3PWZZNw9TX45DY5TWJtQ/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MARICATO, E. M.T. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Valter; OLIVEIRA, Rafaela Barbosa. Intersetorialidade: um modelo de gestão necessário na implementação das políticas sociais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2., 2017, Florianópolis, 2017. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180094>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MAURIEL, A. P. O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista Katálisis**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 173–180, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 fev. 2023.

MORAIS, T. C. A. D.; MONTEIRO, P. S. Conceitos de vulnerabilidade humana e integridade individual para a bioética. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 311–319, ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422017000200311&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 fev. 2023.

MORETTI, D. A. A.; FLAVIO DA COSTA, Y. A importância do ativismo judicial na implementação dos direitos sociais não implementados pelo poder público. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 111, 22 fev. 2016. Disponível em: <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/750>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MONTEIRO, S. R. da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>. Acesso: 22 jun. 2022.

MUANIS, R.; DE CASTRO, F.; LUIS, J.; CARVALHO, F. **Uma Proposta de Reconceituação para a Exclusão Social no Contexto Urbano Brasileiro**. [2007?]. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1088_Castro_Carvalho_SEGeT_2007_versaoFINAL.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

NASCIMENTO, P. F.; MELAZZO, E. S. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serviço Social em Revista**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 66–88, 26 dez. 2013.

Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16148>. Acesso em: 24 fev. 2023.

NASCIMENTO, S. D. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 101, p. 95–120, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 fev. 2023.

OLIVEIRA, Thaislayne Nunes De. **Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2**. 1. ed. [S. l.]: Atena Editora, 2020.

OLIVEIRA, Silvana de. **O Indivíduo e o social**: a produção de sentidos nos escritos da assistência social. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193708>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, 2005. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243>. Acesso em: 24 fev. 2023.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, [s. l.], v. 261, n. 1, p. 37–49, 2001. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ecoru_00130559_2001_num_261_1_5217. Acesso em: 24 fev. 2023.

PENNA, N. A.; FERREIRA, I. B. Desigualdades Socioespaciais e Áreas de Vulnerabilidades nas Cidades (social and spatial inequalities and areas of vulnerability in the cities). **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25–36, 18 dez. 2014. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1331>. Acesso em: 24 fev. 2023.

PEREIRA, P. A. P. Concepções e Propostas de Política Social: tendências e Perspectivas. In: PEREIRA, P. A. P. **Política social**: temas e questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 163- 202.

POLIDORO, M.; BARROS, M. V. F. Utilização de Geotecnologias no Suporte a Gestão de Políticas Públicas Municipais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, [s. l.], p. 81–98, 1 maio 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/656>. Acesso em: 24 fev. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, F. R. Cartografias sociais como instrumentos de gestão social: a tecnologia a serviço da inclusão social. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 655 - 670, 1 jan. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6783>. Acesso em: 24 fev. 2023.

RESENDE, Ana Paula da Costa *et al.* **Sistemas de informações geográficas e análise espacial na saúde pública**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/una-1198>. Acesso em: 20 jun 2022.

RISSO, L. C. Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural. **Terr@ Plural**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 309–319, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6438>. Acesso em: 24 fev. 2023.

RODRIGUES, H. de C. P. Política de assistência social no Brasil e Programa Bolsa Família: apontamentos críticos. **Serviço Social Global**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 3-25, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://digibug.ugr.es/handle/10481/36788>. Acesso em: 24 fev. 2023.

ROCHA, Silvalde de Souza Martins. **A inserção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em Escolas de Ensino Fundamental de Teresina – Piauí: um estímulo para a melhoria da educação?** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13693/1/2013_SilvaldedeSouzaMartinsRocha.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

ROLIM, Dayana Cury. **Impactos da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social em Situações de Vulnerabilidades e Prevenção aos Riscos Sociais: as vozes das Famílias do Município de Parintins/Am.** 2017. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura da Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6149>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 100–111, dez. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 fev. 2023.

ROSA, R. ANÁLISE ESPACIAL EM GEOGRAFIA. **Revista da ANPEGE**, [s. l.], v. 7, n. 01, p. 275–289, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6571>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SANTOS, C. Habitação social, vulnerabilidade social e serviço social: um ensaio sobre o fracasso da mudança social nos bairros sociais. **Libertas**, [s. l.], v. 15, n. 1, 27 out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/libertas/article/view/18313>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Municipal de Educação. **Vulnerabilidade e Educação**. São Paulo: SME; COPED, 2021. (Coleção Diálogos com o NAAPA, v. 3).

Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Livro_Dialogos_NAAPA_vol3_Vulner_WEB.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções sobre território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCHNEIDER, S. Análisis multidimensional y escalar del desarrollo territorial en Brasil. **Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial**, [s. l.], n. 1, p. 25–49, 2010. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/765>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SCHUH, M.; MÔNEGO, R. C.; CAPPELLARI, A.; EICHHERR, L. M.; CRUZ, L. R. da. Políticas públicas de assistência social e psicanálise: interrogações sobre demanda, desejo, usuário, cidadão e sujeito. **Psicologia e Saúde em debate**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 228–240, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/733>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SCHULTZ, Theodore. Reflections On Investment In Man. **The Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 70, n. 5, parte 2, p. 1-8, out. 1962.

SEDDON, Danielle Santos do Nascimento. **Vulnerabilidade Social no Espírito Santo: conceito e mensuração**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Espírito Santo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1168/1/Vulnerabilidade%20social%20no%20Espirito%20Santo%20%3a%20conceito%20e%20mensuracao.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SERPA, A. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 586–600, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/125427>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SENA, L. L. Homicídios e tráfico de drogas: contribuições da análise de segregação socioespacial. In: MARINHO, Marco Antônio Couto *et al.* (org.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2015. p. 343- 354.

SILVA, Inajara dos Anjos da; LOPES, Luís Felipe Dias. **Geotecnologias e Gestão Pública Municipal: um estudo preliminar**. 2013. Artigo (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/82>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SILVA, Naje Clécio Nunes da. **Análise de dados de área aplicada a dois indicadores econômicos de mesorregiões do estado de Minas Gerais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estatística e Experimentação Agropecuária) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/3560>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SILVA, R. G. da C.; NEVES, J. G. Território, Direitos Humanos e Educação do/no campo na Amazônia. **Revista de Educação Pública**, [s. l.], v. 27, n. 65/2, p. 635-655, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6887>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SILVA JUNIOR, Francisco José da. **Impactos sociais e econômicos provocados por córregos a céu aberto na zona sudeste de Teresina, PI: uma análise do planejamento urbano vis a vis ao ODS 11 da ONU**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial) – Instituto Federal do Piauí, Teresina, 2021. Disponível em: <http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1159>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. A vigilância socioassistencial na política de assistência social: desafios conceituais e operacionais. *In*: Jornada internacional Políticas Públicas. 7., 2015, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: a-vigilancia-socioassistencial-na-politica-de-assistencia-social-desafios-conceituais-e-operacionais.pdf (ufma.br). Acesso em: 20 jun. 2022.

SOCHER, Paulo Roberto. **Políticas públicas voltadas para o cidadão como ator principal da esfera pública**. 2008. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - Faculdades Associadas de Ensino, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/1547974076398186.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOUZA, M. L. O Território: sobre o espaço e poder autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 81.

SOUZA, M. A. A. de. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer**, [s. l.], v. 2, n. 4, 1 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SOUSA, Karla Kalliane Moura. **Proteção à infância vulnerabilidade social e intersectorialidade: a perspectiva analítica de profissionais das políticas de educação, assistências social e saúde**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17DXP6PgOQMuTynFKy6fATF7LEPyK2zTc/view>. Acesso em: 23 fev. 2023.

TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. D. S. A. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 97–125, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752014000100097&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 fev. 2023.

TEIXEIRA, A. L.; CHRISTOFOLETTI, A. **Introdução Aos Sistemas De Informação Geográfica**. Rio Claro: São Paulo, 1992.

TERESINA (Município). Prefeitura Municipal. **Diagnóstico Teresina 2000 – 2010 / Agenda 2030**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/diagnostico-teresina-2000-2010-agenda-2030/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

TERESINA (Município). Prefeitura Municipal.; SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO. **Teresina, dinâmica Populacional**, 2014. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/TERESINA-POPULA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TERESINA (Município). Prefeitura Municipal; SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO. **Diagnóstico da resiliência Urbana**. Prefeitura Municipal de Teresina, 5 jan. 2021. Disponível em: https://issuu.com/teresina2030/docs/_pt_draft_-city_resilience_profile_teresina. Acesso em: 20 fev. 2023.

TERESINA (Município). Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Educação**. 2015. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/05/Plano-Municipal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TERESINA (Município). Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Teresina - PI, 2015**. Prefeitura Municipal de Teresina, 2015. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/04/Anexo-I-Diagn%C3%B3stico-da-Situa%C3%A7%C3%A3o-do-Saneamento-B%C3%A1sico.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TERESINA (Município). Prefeitura Municipal. **Plano de assistência social do município de teresina, 2014**. Prefeitura Municipal de Teresina, 2014. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2017/04/PLAS-Plano-de-Assist%C3%Aancia-Social-Teresina-2014-a-2017.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidade Demográfica En América Latina: Qué Hay De Nuevo? In: SEMINARIO VULNERABILIDAD**, CEPAL, Santiago de Chile, 2001. Disponível em: Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas (Síntesis y conclusiones) (cepal.org). Acesso: 20 jun. 2022.

**ANEXO A – PRODUTO: ATLAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA ÁREA
URBANA DE TERESINA – PI**

Atlas de Vulnerabilidade Social da Área Urbana de Teresina - PI



ORGANIZAÇÃO
NATANAEL DE ARAÚJO DA SILVA | PAULO HENRIQUE DE CARVALHO BUENO
TERESINA - PI
2023



Reitor

Paulo Borges Cunha

Pró-reitora de Administração - PROAD

Larissa Santiago de Amorim Castro

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

Paulo Henrique Gomes de Lima

Pró-reitor de Ensino - PROEN

Odimógenes Soares Lopes

Pró-reitora de Extensão - PROEX

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPI

José Luís de Oliveira e Silva

Diretor Geral do Campus Teresina Central

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

**Coordenador do Programa de Pós graduação em Análise e
Planejamento Espacial**

Prof. Dr. Mauro César de Brito Sousa

Autores

Natanael de Araújo da Silva

Paulo Henrique de Carvalho Bueno



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



Apresentação

O presente Atlas é produto de uma pesquisa de dissertação do mestrado profissional em Análise e Planejamento especial Ministrado no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI Teresina campus central que foi desenvolvido por Natanael de Araújo da Silva e orientado pelo Professor Drº Paulo Henrique de Carvalho Bueno.

O objetivo do atlas é abordar a vulnerabilidade social na área urbana de Teresina. A metodologia utilizada para obtenção dos dados consistiu em acessar a plataforma do Índice de Vulnerabilidade Social disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para espacialização dos dados, foram elaborados mapas temáticos a partir de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), utilizando os dados do Índice de Vulnerabilidade Social disponibilizados pelo IPEA nos anos de 2000 e 2010.

Esse índice compreende 16 indicadores agrupados em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho, com pesos equivalentes para cada indicador. Cada indicador foi transformado em um indicador padronizado, com valores variando de 0,000 a 1,000, utilizando parâmetros máximos e mínimos. Esses indicadores permitem identificar as populações mais vulneráveis que devem receber atenção especial das políticas públicas e sua localização na área urbana da Capital Piauiense.

Sumário

1. Mapa de localização de Teresina - 7

2. Índice de Vulnerabilidade Social - 9

3. Infraestrutura urbana - 10

3.1 Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado - 12

3.2 Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviços de coleta de lixo - 14

3.3 Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho - 16

4. Capital humano - 18

4.1 Mortalidade até um ano de idade - 20

4.2 Percentual de crianças de 0 a 4 anos que não frequentam a escola - 22

4.3 Percentual de crianças de 6 a 14 anos que não frequentam a escola - 24

4.4 Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos - 26

4.5 Percentual de mães de chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 10 anos de idade, no total de mães chefes de família - 28

4.6 Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 30

4.7 Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo - 32

4.8 Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo (2010), na população total dessa faixa etária - 34

Sumário

5. Renda e trabalho - 36

5.1 Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo (2010) - 38

5.2 Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade - 40

5.3 Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal - 42

5.4 Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependente de idosos - 44

5.5 Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade - 46

6. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social - 48

Referências - 50

Mapa de Localização de Teresina

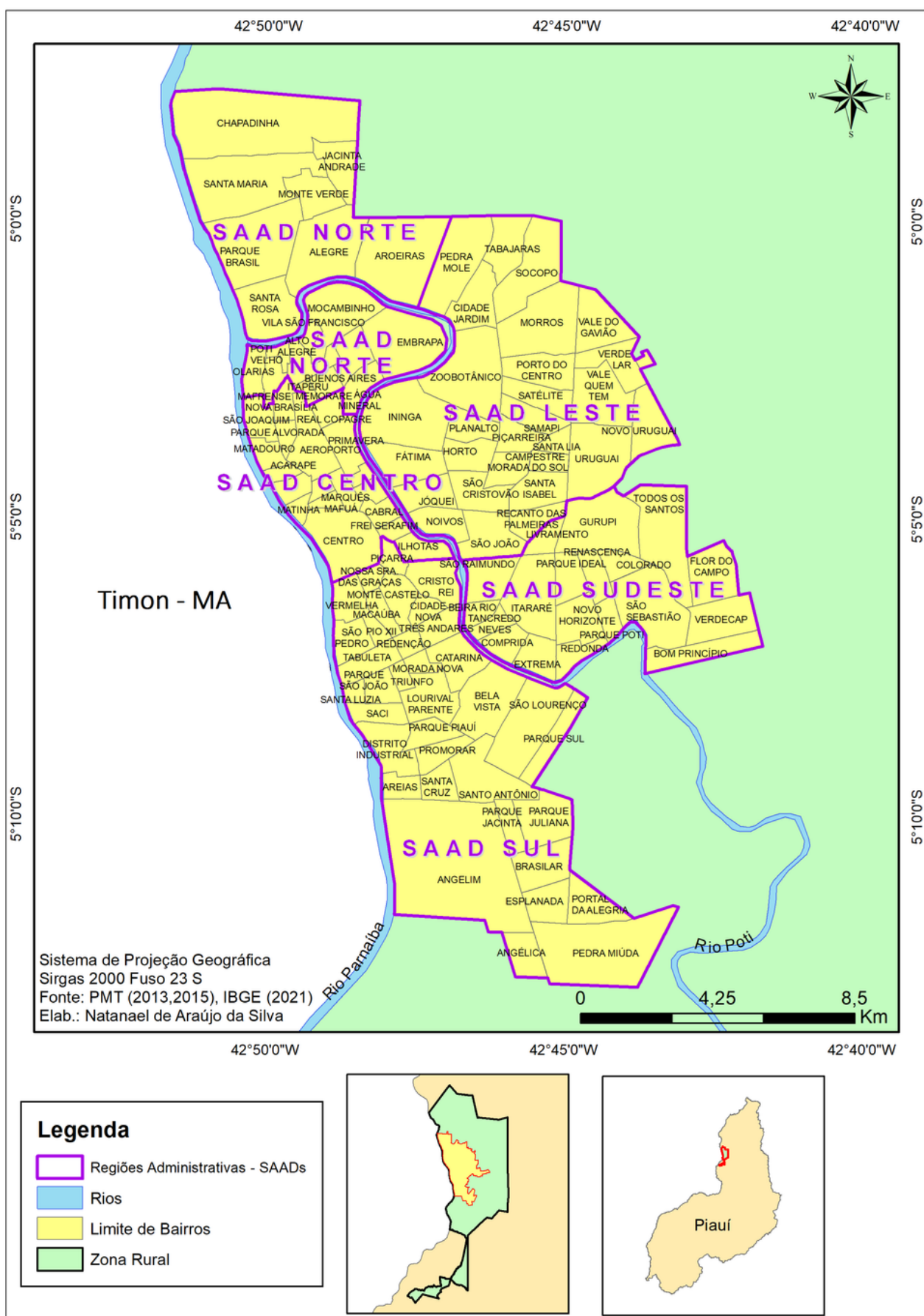
Teresina possui área de 1.391,293 km² localiza-se na Macrorregião do Meio Norte, compreendendo o Território do Desenvolvimento do Entre Rios encontra-se situada nas respectivas coordenadas geográficas: Latitude 5°05'21"S e Longitude 42°48'07"W (IBGE, 2011 e 2020).

A capital do Estado do Piauí faz parte da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Grande Teresina, criada pela Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, que dispõe sobre a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e sobre o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.



Fonte: <https://i0.wp.com/despachadas.com/wp-content/uploads/2017/01/mirante-ponte-estaiada-teresina-piaui.jpg?resize=640%2C394>

Mapa de Localização de Teresina



Índice de Vulnerabilidade Social

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é uma importante ferramenta de análise para compreender as desigualdades socioespaciais em determinada área geográfica. Ele é baseado em um conjunto de indicadores que permitem identificar regiões com maior exclusão e vulnerabilidade social, bem como aquelas com melhores índices sociais.

O IVS do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é composto por dezesseis indicadores divididos em três subíndices, que refletem as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas. O primeiro subíndice, Infraestrutura Urbana, avalia aspectos relacionados a saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica, transporte e habitação. O segundo subíndice, Capital Humano, avalia a educação, a saúde e a violência. Já o terceiro subíndice, Renda e Trabalho, avalia aspectos relacionados ao trabalho, como a renda e a formalização do emprego.

Ao mapear a exclusão e a vulnerabilidade social localizada em uma área urbana, o IVS permite identificar as regiões mais vulneráveis e, com base nessa informação, direcionar políticas públicas e ações que visem a redução das desigualdades socioeconômicas e melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

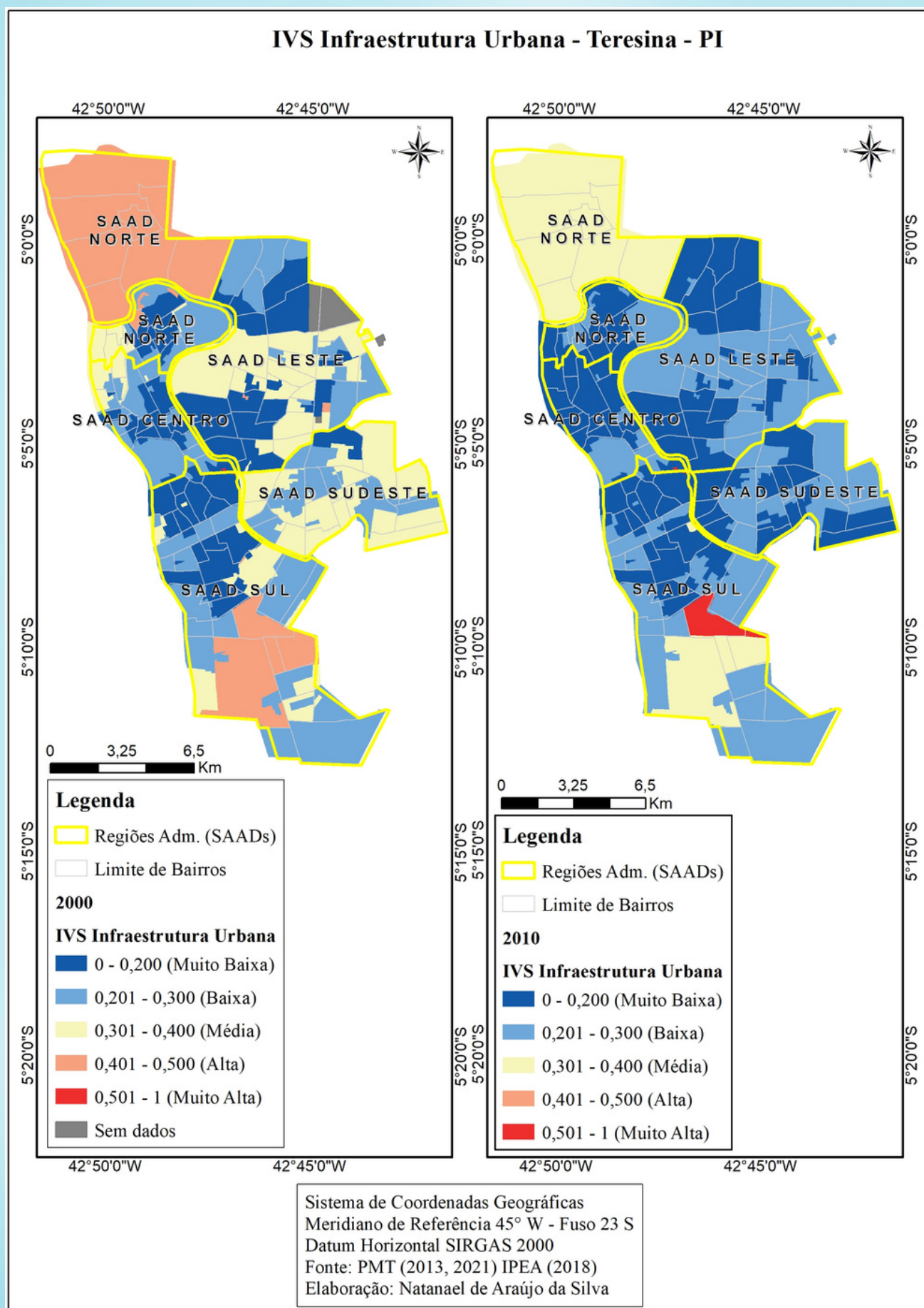
IVS Infraestrutura Urbana

O subíndice que trata da infraestrutura urbana busca refletir sobre as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, dois aspectos que são relacionados ao lugar de domicílio da população e que impactam diretamente no seu bem-estar (IPEA, 2015). Os indicadores utilizados neste subíndice são sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda.

Os indicadores que compõem este subíndice são apresentados nos seguintes mapas:

- Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado;*
- Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo;*
- Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.*

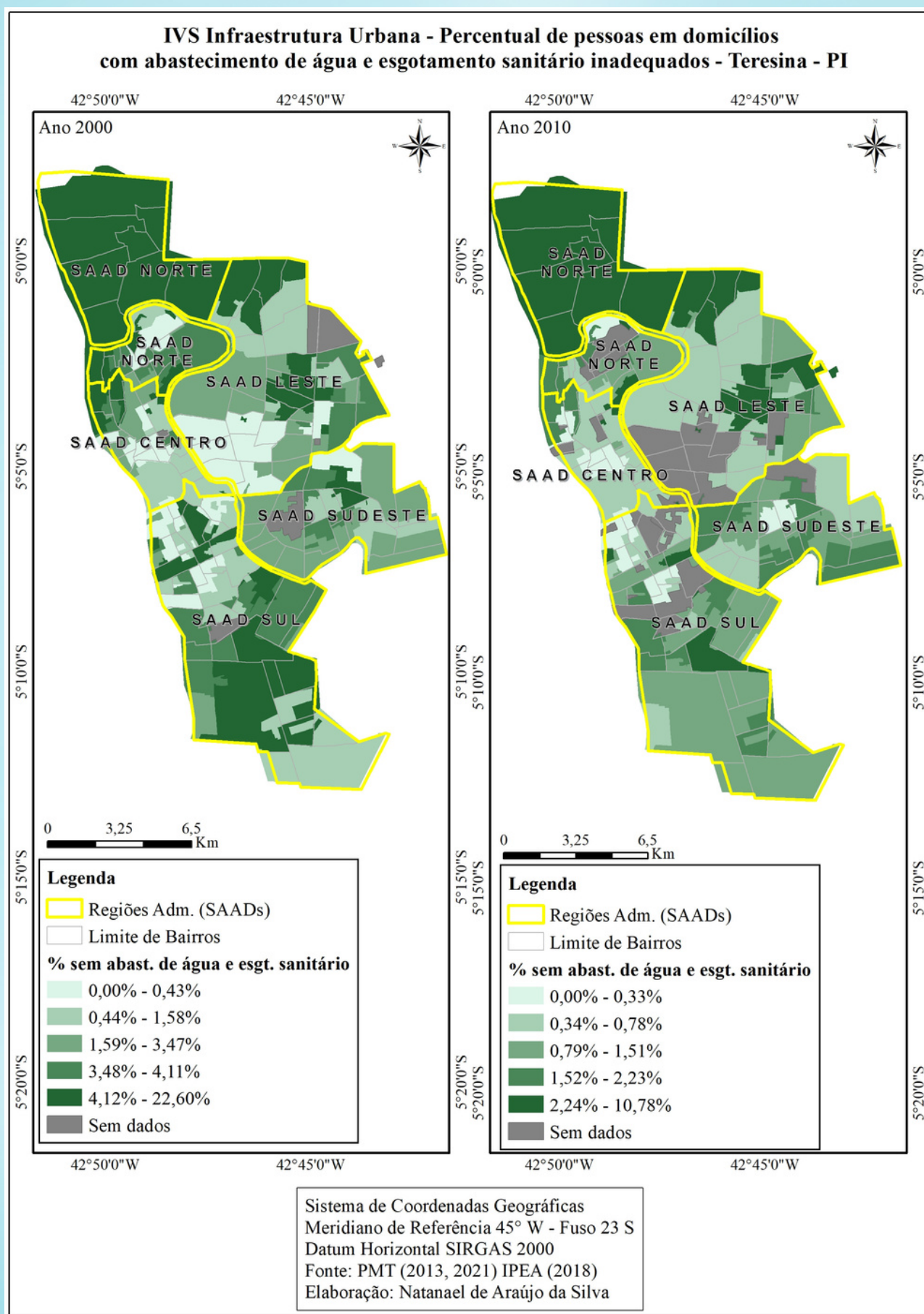
Índice de Vulnerabilidade Social - Infraestrutura Urbana



PERCENTUAL DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO

Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

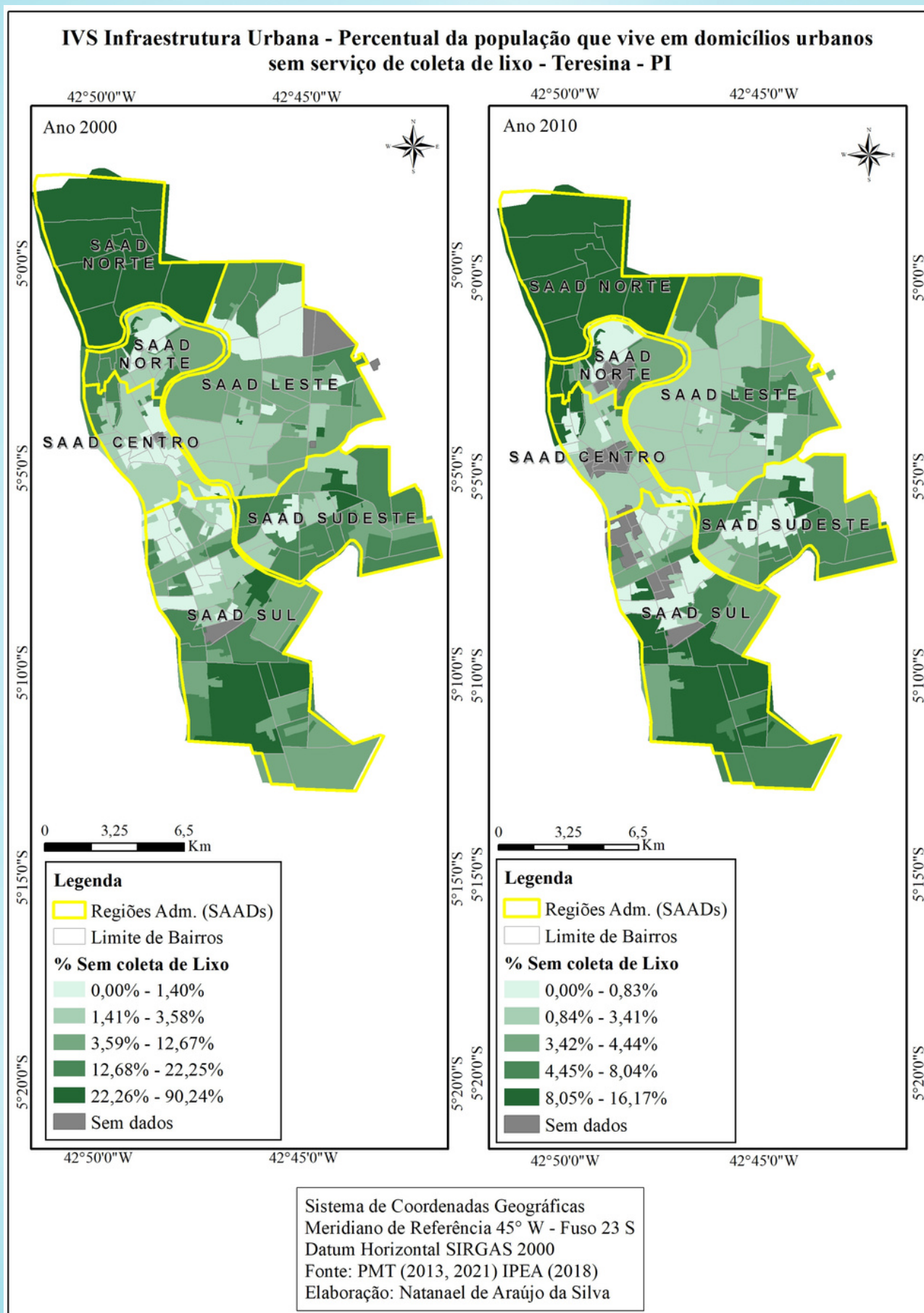
Índice de Vulnerabilidade Social - Infraestrutura Urbana



PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM DOMICÍLIOS URBANOS SEM SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO

Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizados em área urbana.

Índice de Vulnerabilidade Social - Infraestrutura Urbana

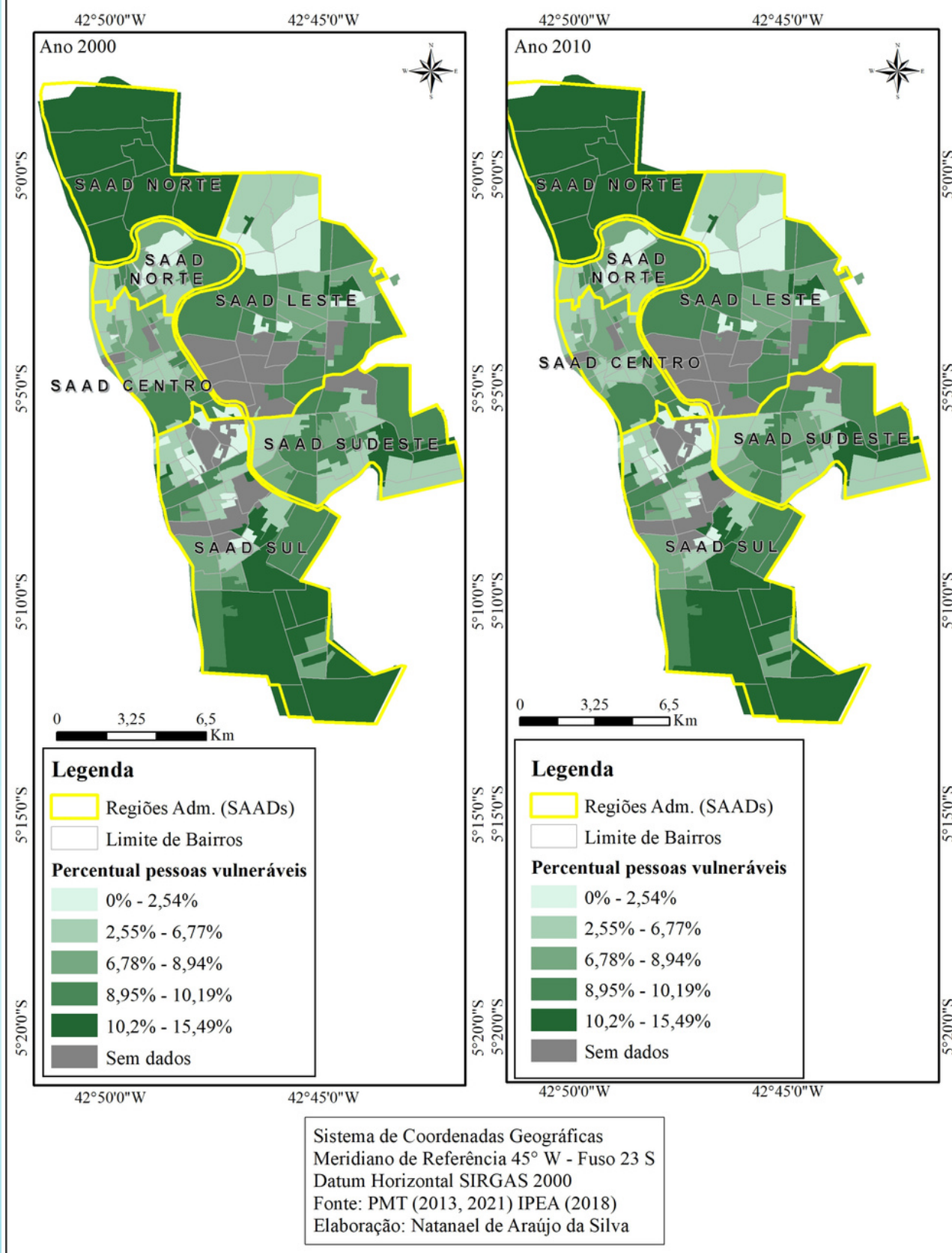


PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS
COM RENDA PER CAPITA INFERIOR A MEIO SALÁRIO-
MÍNIMO E QUE GASTAM MAIS DE UMA HORA ATÉ O
TRABALHO NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS,
VULNERÁVEIS E QUE RETORNAM DIARIAMENTE DO
TRABALHO.

Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que retornam diariamente ao trabalho, multiplicado por 100.

Índice de Vulnerabilidade Social - Infraestrutura Urbana

IVS Infraestrutura Urbana - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho - Teresina - PI



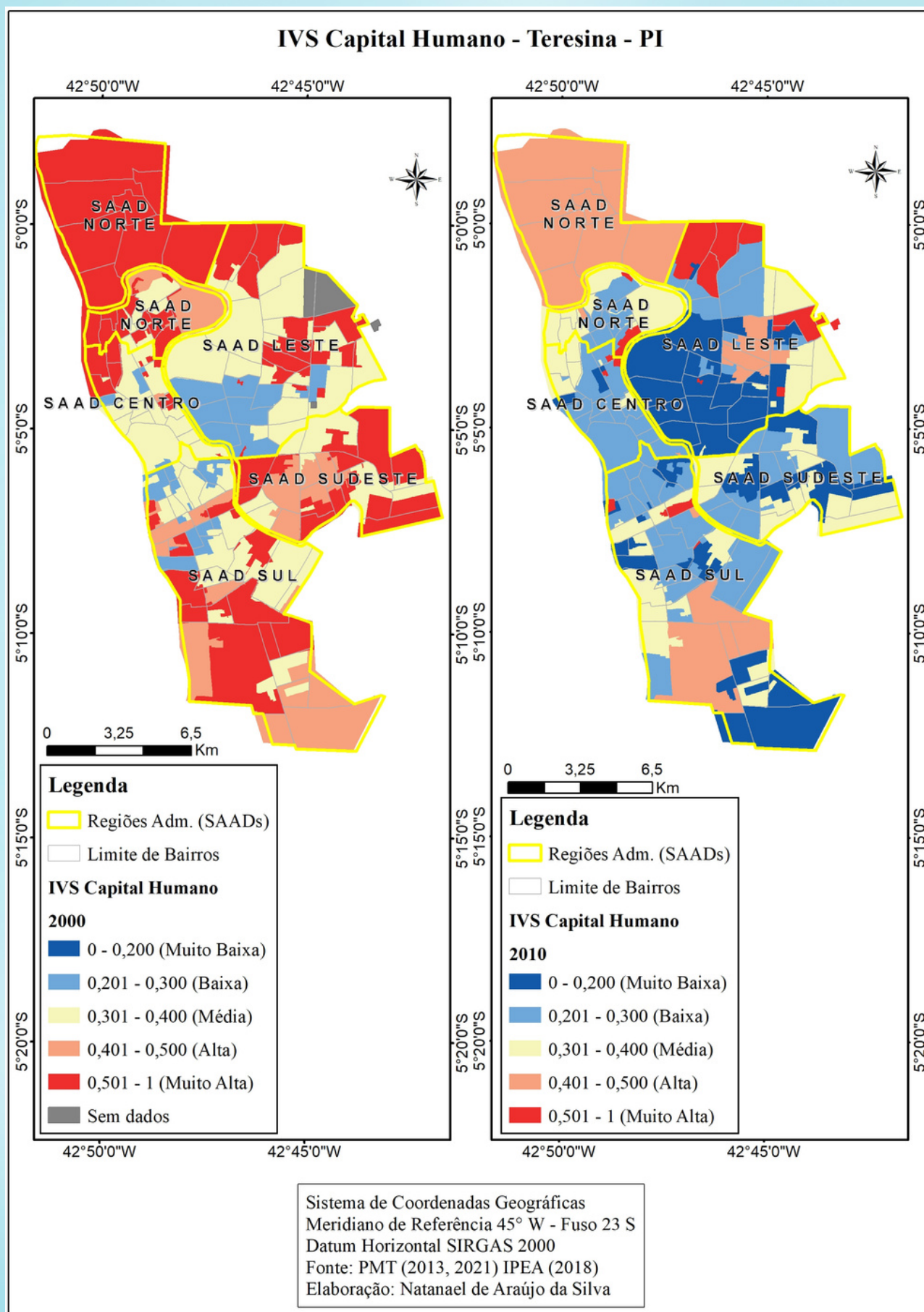
IVS Capital Humano

Referente ao capital humano, dois aspectos determinam as perspectivas atuais e futuras de inclusão social: saúde e educação. Sendo assim, foram selecionados para compor o capital humano indicadores que retratam a presença de ativos e estruturas para a população e o potencial que as gerações mais novas apresentam de ampliá-lo. Os indicadores adotados são, portanto, de mortalidade infantil, presença nos domicílios de crianças e jovens que não frequentam a escola, presença de mães precoces nos domicílios, e de mães com baixa escolaridade e com filhos menores, ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio e a presença de jovens que não trabalham ou estudam (IPEA, 2015).

Os indicadores que compõem este item são apresentados nos seguintes mapas:

- Mortalidade até um ano;*
- Crianças de 0 a 4 anos que não frequentam a escola;*
- Crianças de 5 a 14 anos que não frequentam a escola;*
- Mulheres de 10 a 17 anos com filhos;*
- Mães com um filho menor que 10 anos;*
- Pessoas de 15 anos ou mais analfabetas;*
- Crianças que vivem em domicílios onde nenhum morador tem fundamental completo;*
- Pessoas de 15 a 24 anos que não trabalham, não estudam e possuem renda inferior a meio salário-mínimo.*

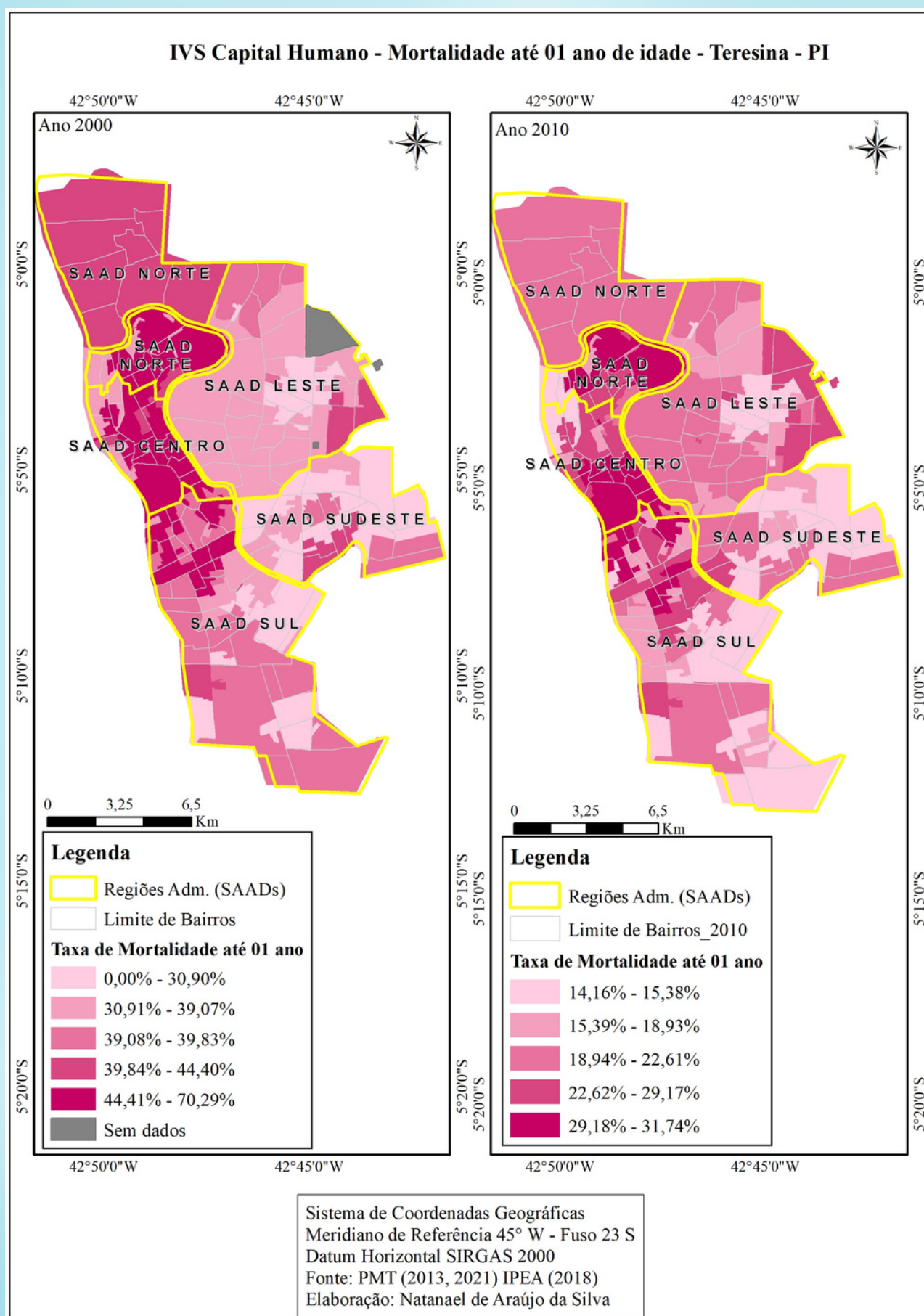
Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano



Mortalidade até um ano de idade

Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.

Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano

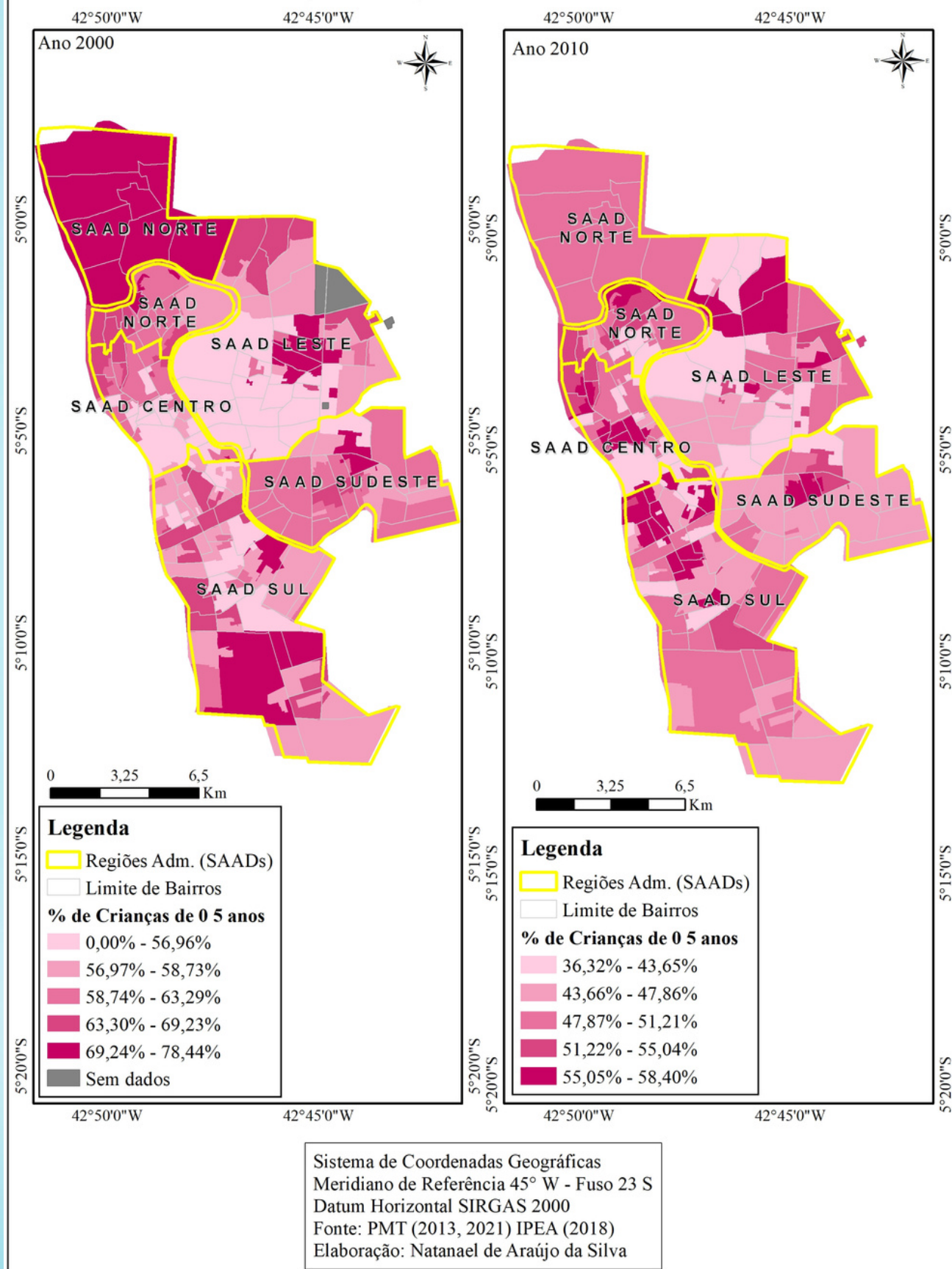


Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola

Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam creche ou escola, e o total de crianças nesta faixa etária (multiplicada por 100).

Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano

IVS Capital Humano - Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola - Teresina - PI

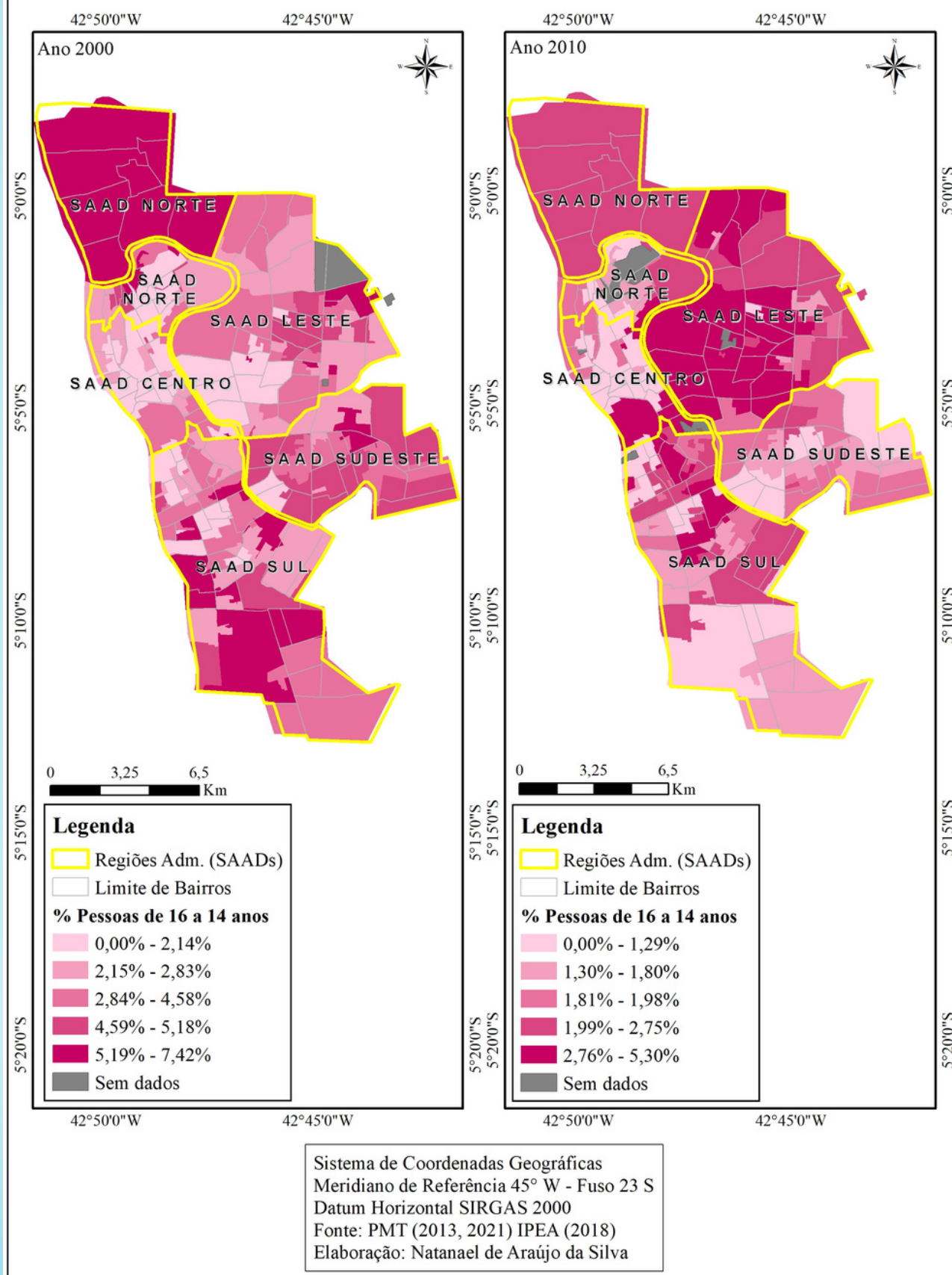


Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola

Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).

Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano

IVS Capital Humano - Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola - Teresina - PI

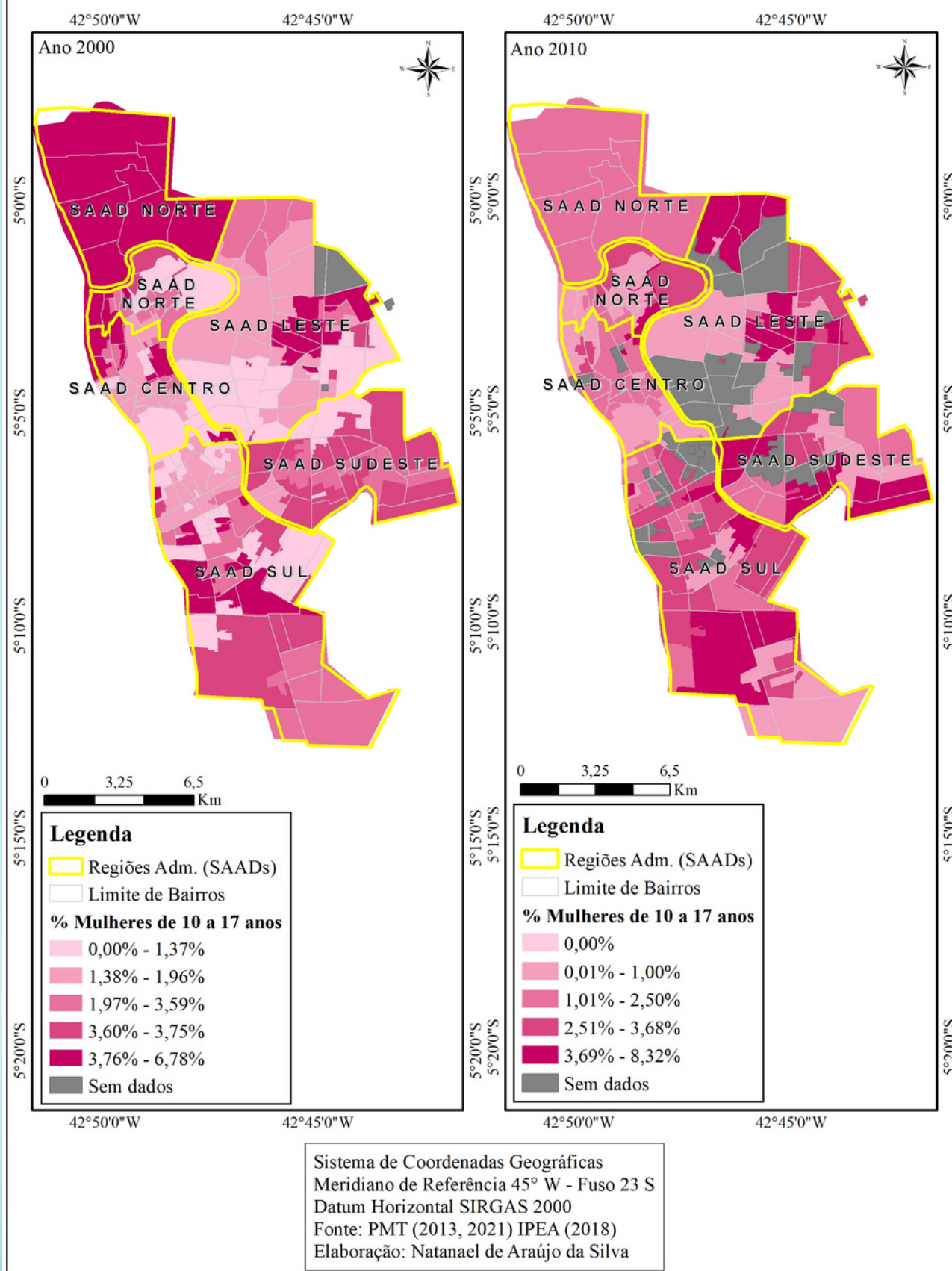


Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos

Razão entre o número de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos, e o total de mulheres nesta faixa etária (multiplicada por 100).

Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano

IVS Capital Humano - Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos - Teresina - PI

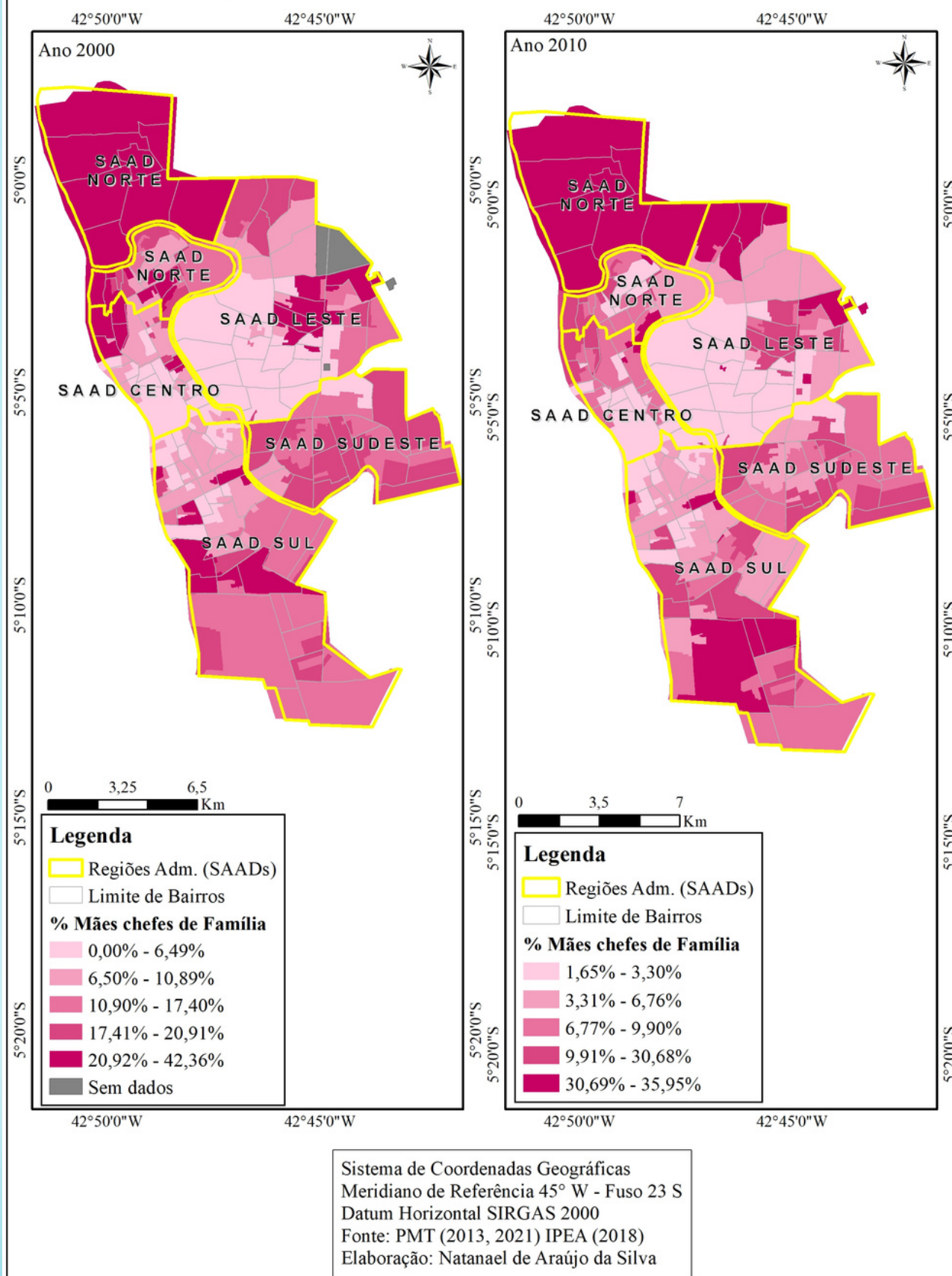


Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família

Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, que não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio, e o número total de mulheres chefes de família (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano

IVS Capital Humano - Percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade - Teresina - PI

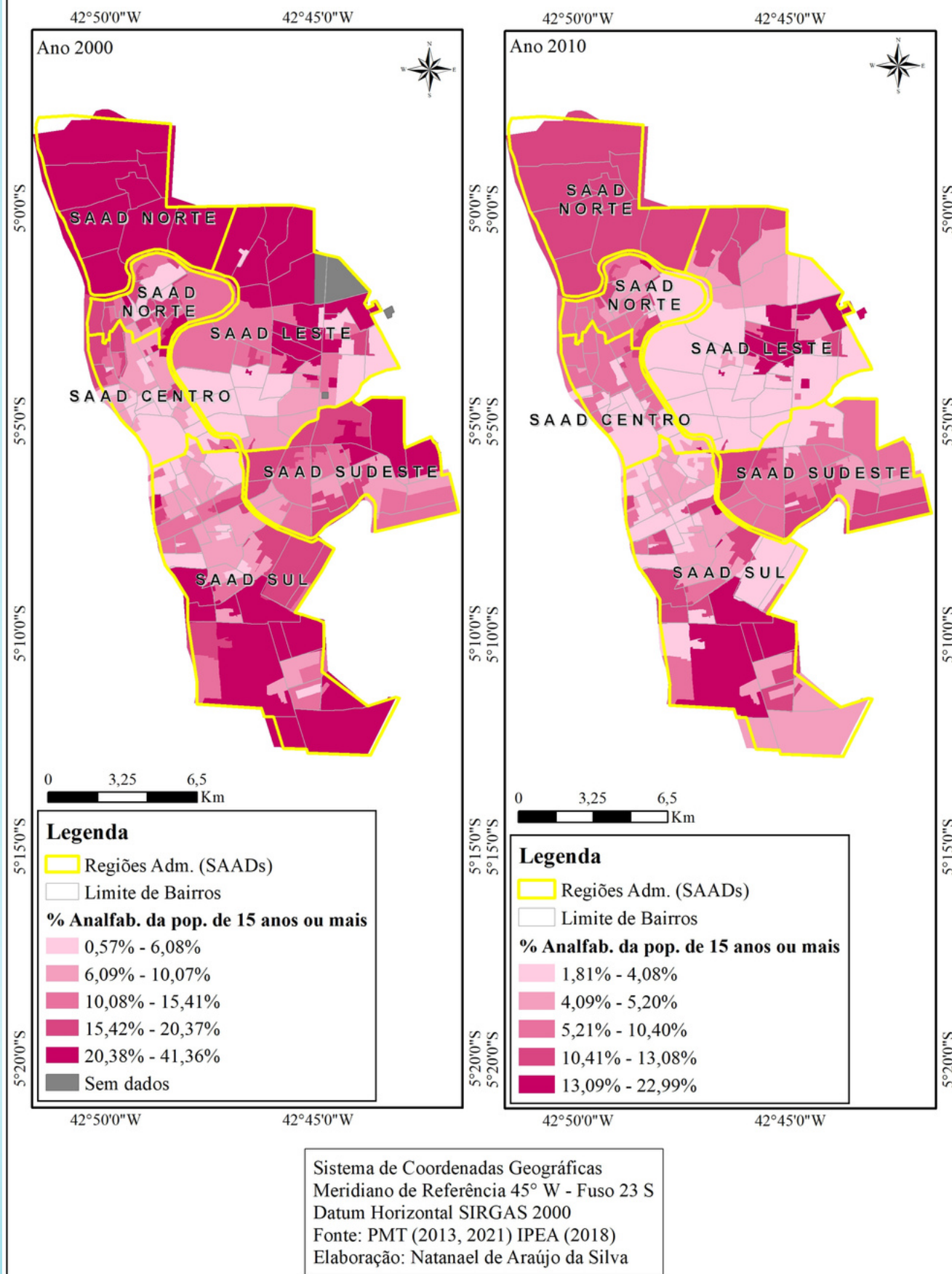


Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade

Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).

Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano

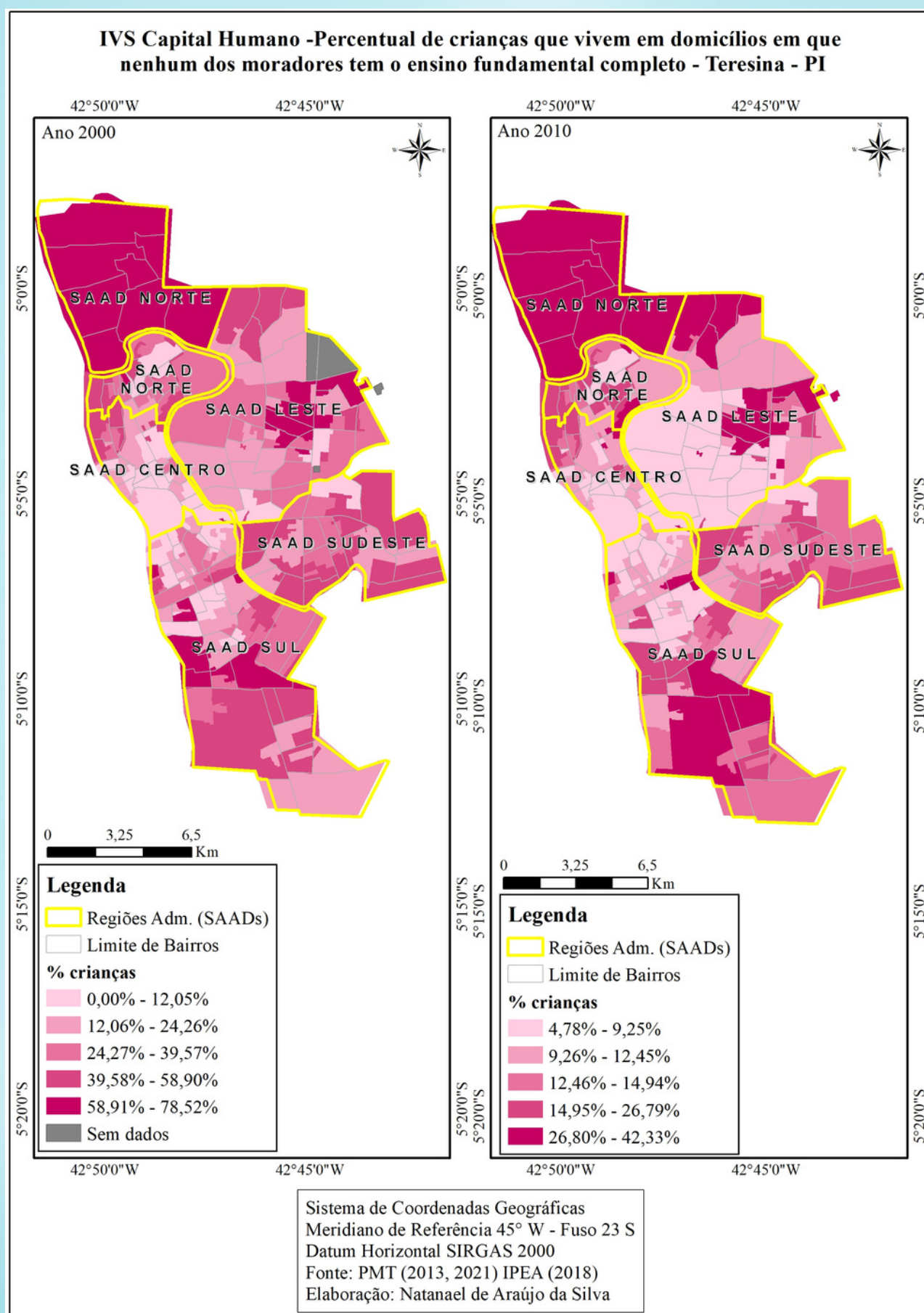
IVS Capital Humano - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - Teresina - PI



Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo

Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, e a população total nesta faixa etária residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).

Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano

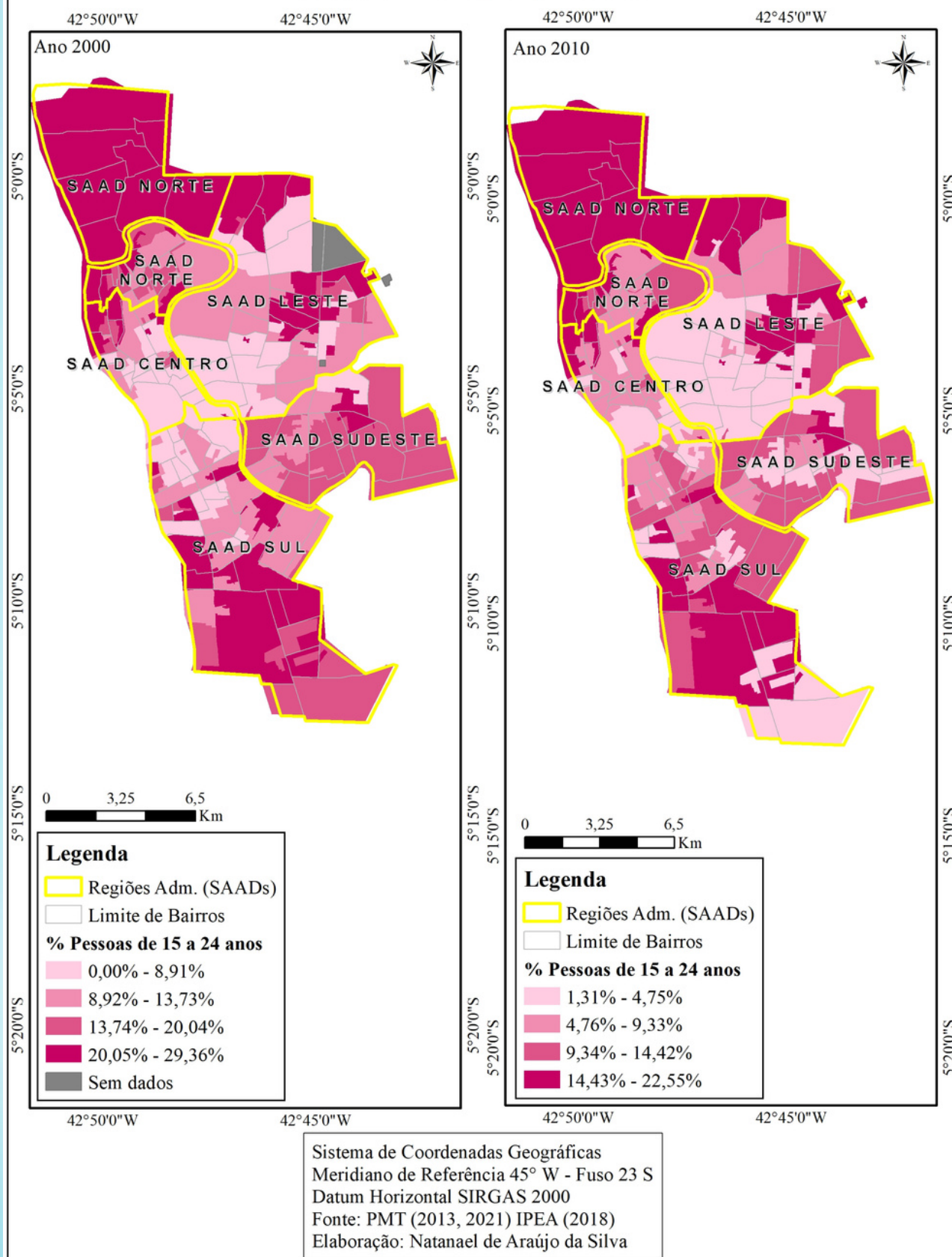


Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária

Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e a população total nesta faixa etária (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Índice de Vulnerabilidade Social - Capital Humano

IVS Capital Humano - Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010) - Teresina - PI



IVS Renda e Trabalho

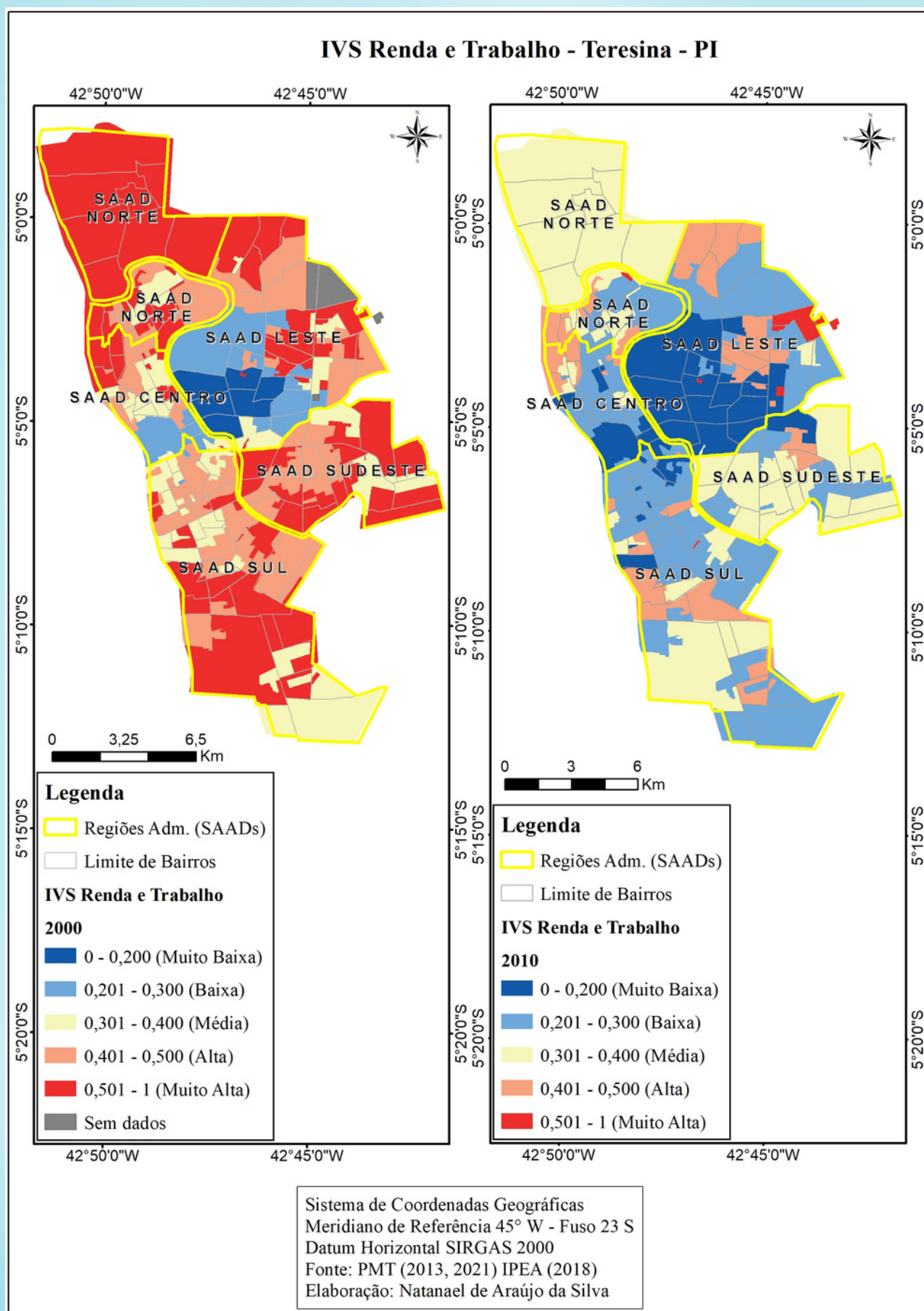
A vulnerabilidade de renda e trabalho, medida por este subíndice, agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente (percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010), mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil (IPEA, 2015).

Há, portanto, nesta dimensão, indicadores de exclusão e de vulnerabilidade social que retratam diferentes situações, com suas múltiplas determinações, ao mesmo tempo em que não se privilegia, diretamente, o nível dos rendimentos médios auferidos pelas pessoas, ainda que se considere o percentual de domicílios nos quais a renda domiciliar per capita é inferior a R\$ 255,00/mês (valores de agosto/2010) (IPEA, 2015).

Os indicadores que compõem este item são apresentados nos seguintes mapas:

- *Pessoas com renda domiciliar menor que meio salário-mínimo;*
- *Pessoas maiores de 18 anos desocupadas;*
- *Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal;*
- *Pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo e dependente de idosos;*
- *Pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas.*

Índice de Vulnerabilidade Social - Renda e Trabalho

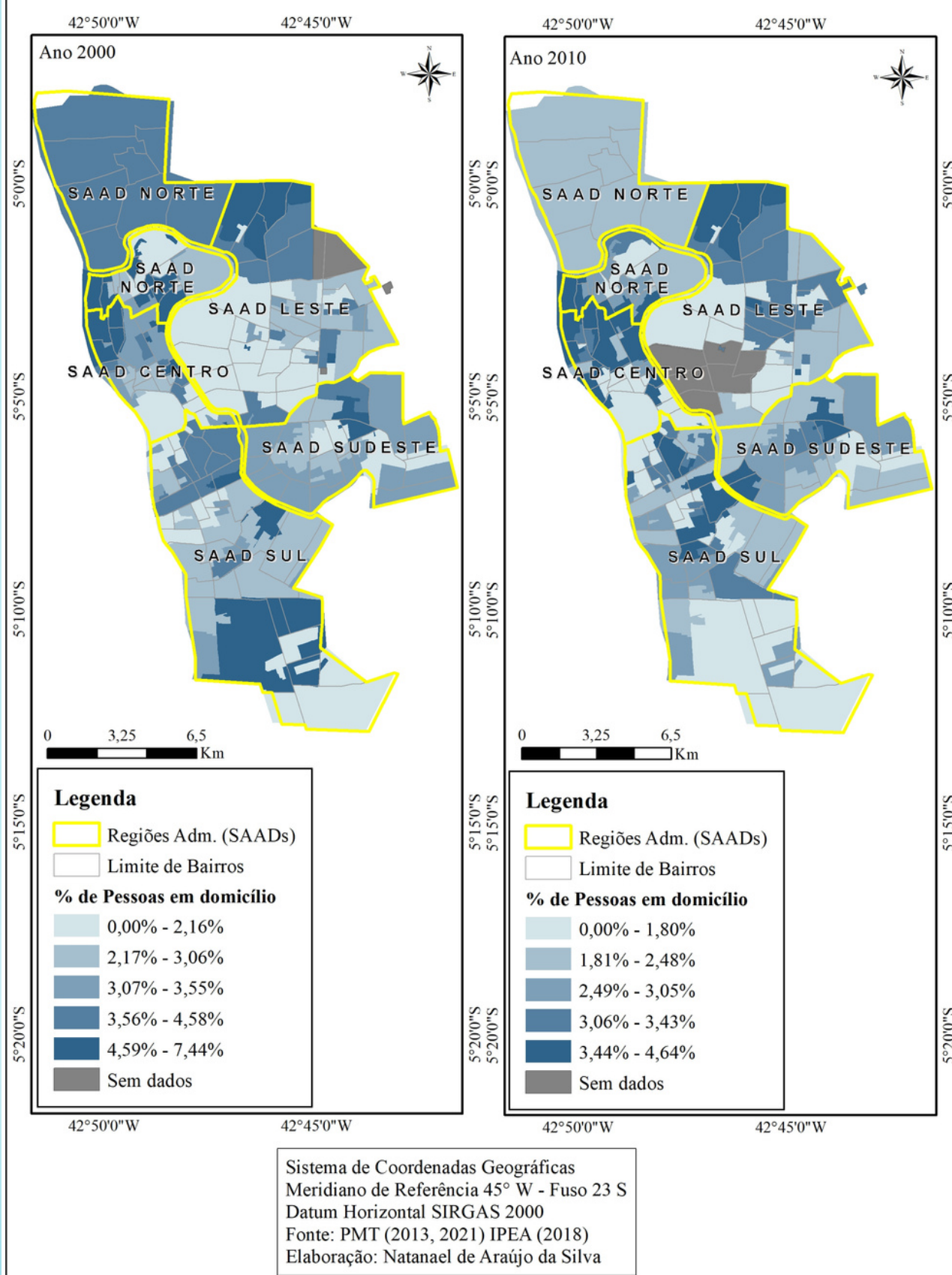


Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais (em reais de agosto de 2010), equivalente a meio salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Índice de Vulnerabilidade Social - Renda e Trabalho

IVS Renda e Trabalho - Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos - Teresina - PI

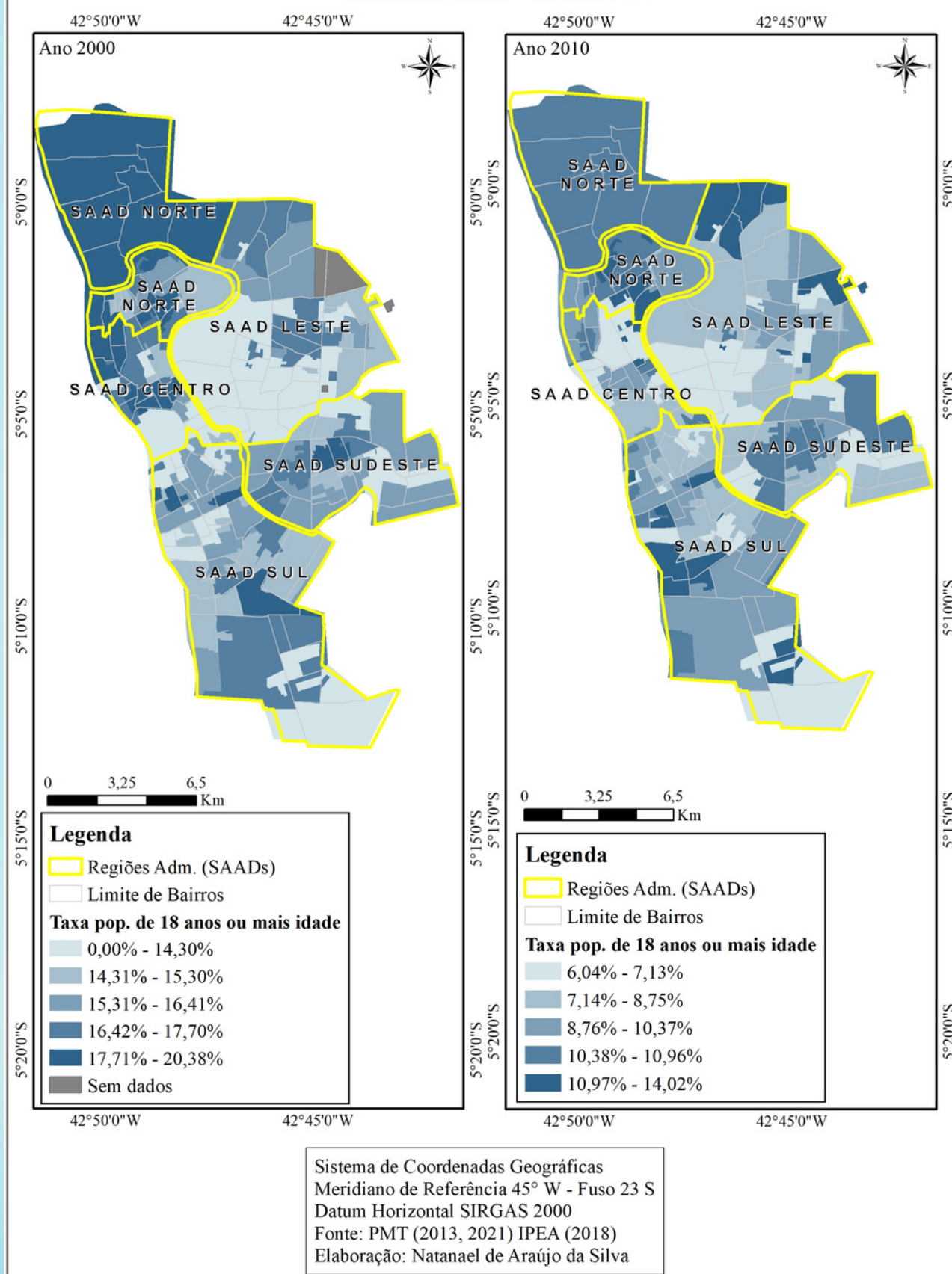


Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade

Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.

Índice de Vulnerabilidade Social - Renda e Trabalho

IVS Renda e Trabalho -Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais idade - Teresina - PI

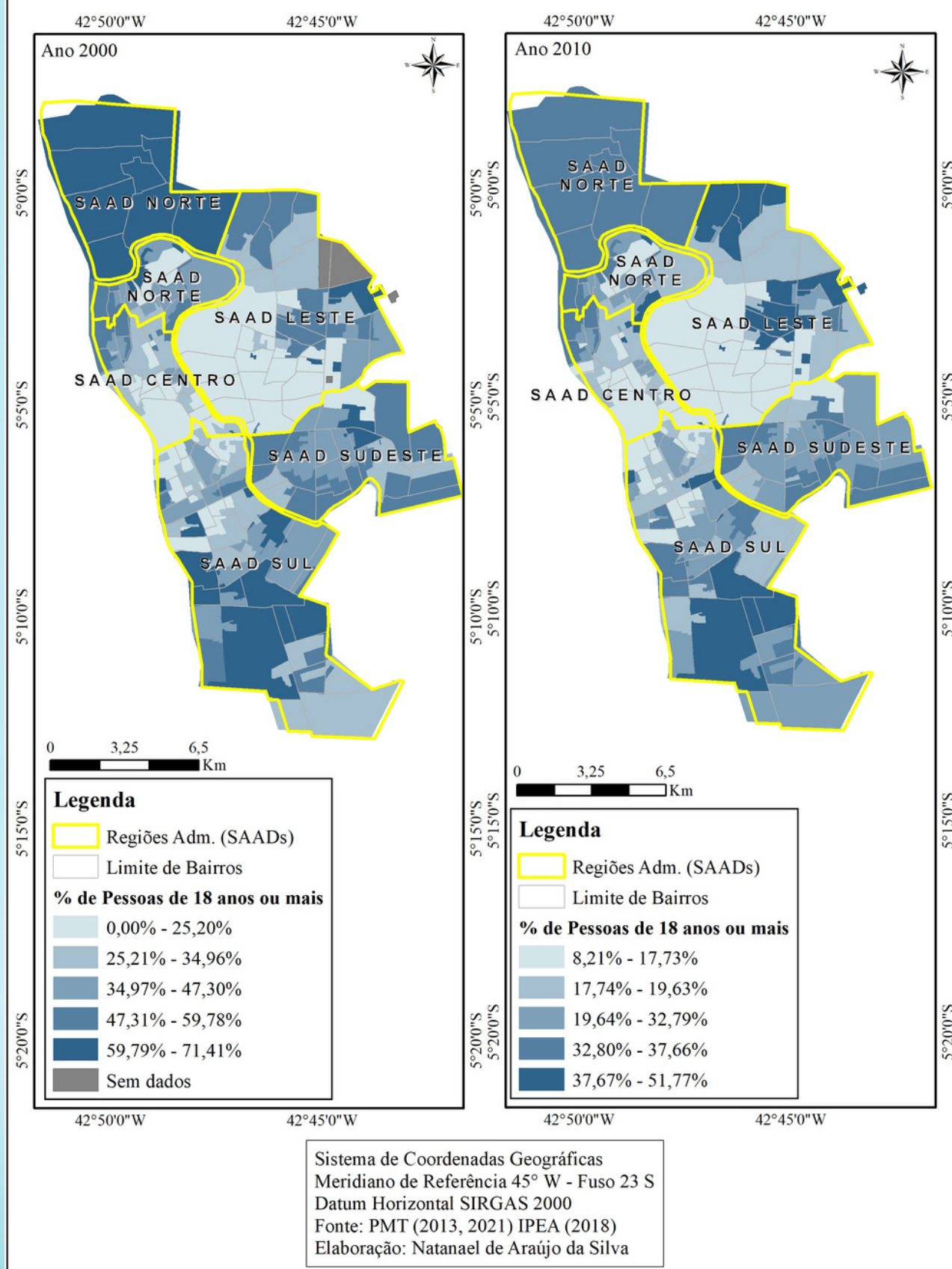


Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal

Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.

Índice de Vulnerabilidade Social - Renda e Trabalho

IVS Renda e Trabalho - Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal - Teresina - PI

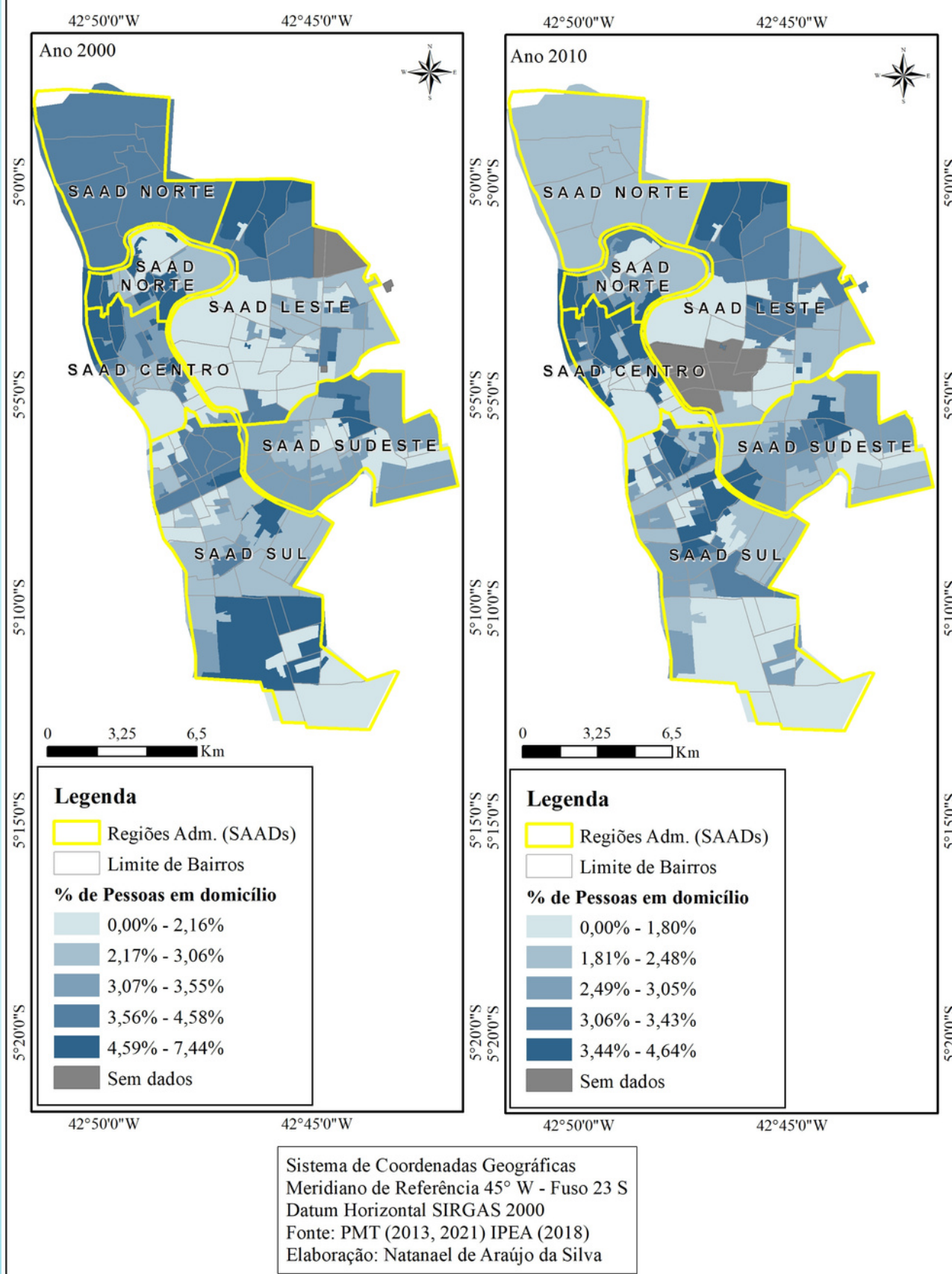


Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos

Razão entre as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e nos quais a renda de moradores com 65 anos ou mais de idade (idosos) corresponde a mais da metade do total da renda domiciliar, e a população total residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).

Índice de Vulnerabilidade Social - Renda e Trabalho

IVS Renda e Trabalho - Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos - Teresina - PI

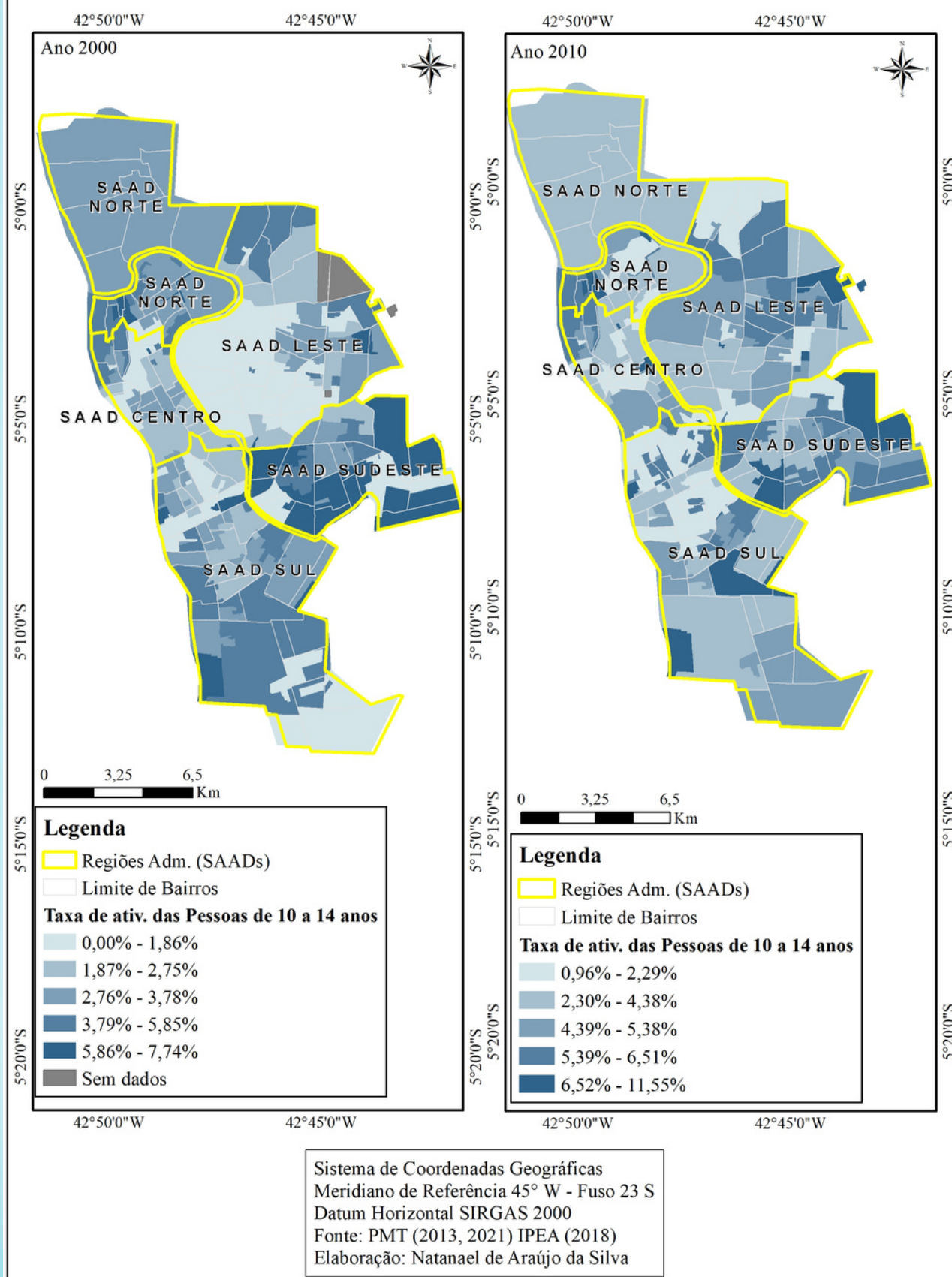


Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade

Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa

Índice de Vulnerabilidade Social - Renda e Trabalho

IVS Renda e Trabalho - Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade - Teresina - PI

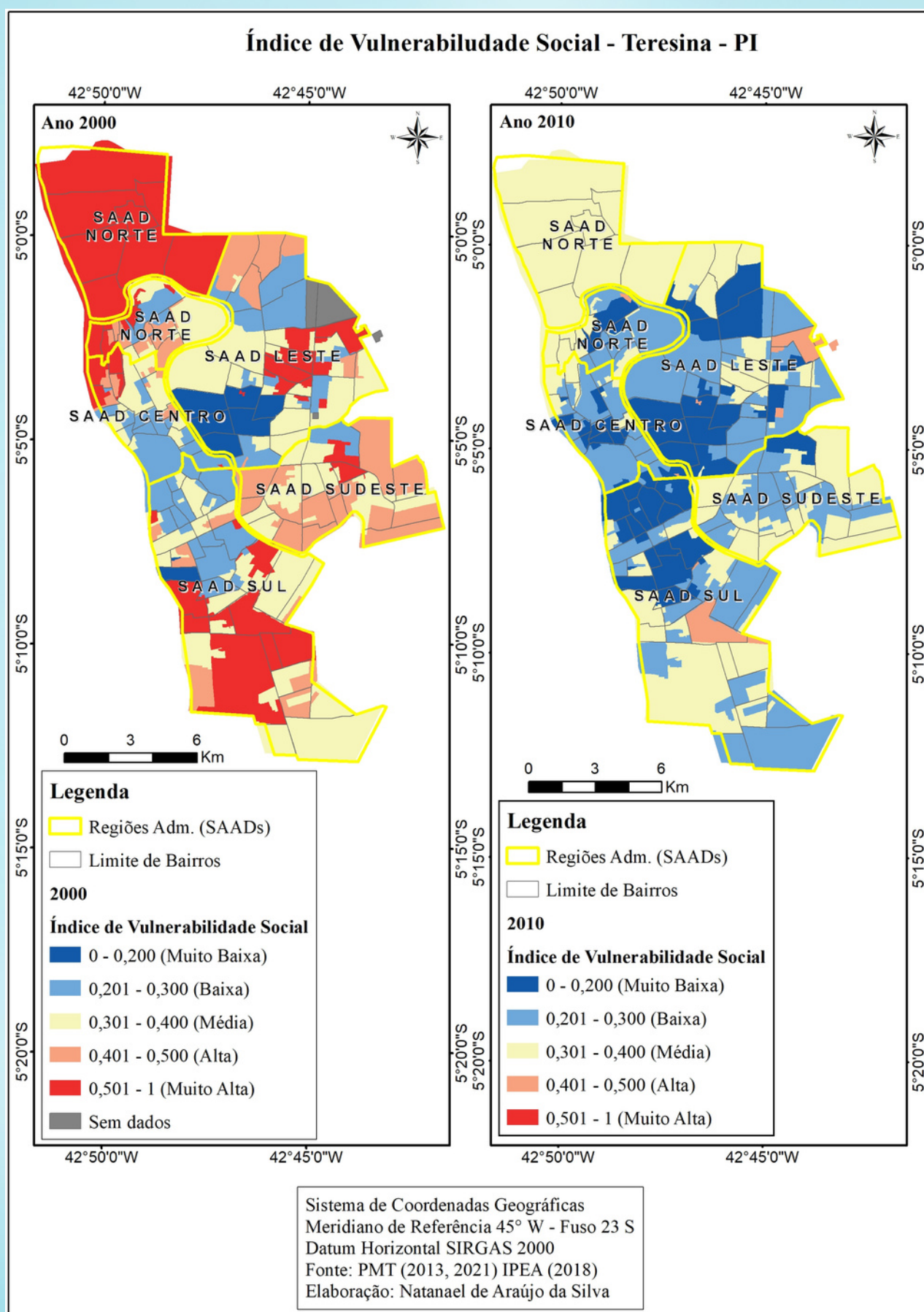


Índice de Vulnerabilidade Social

O IVS é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social do local de estudo. Para as regiões que apresentam o IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica regiões que possuem muito alta vulnerabilidade social (IPEA, 2015).

O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso. Para a construção de cada dimensão do IVS, utilizando os pesos equivalentes para cada indicador, foi necessário utilizar parâmetros máximos e mínimos, com valores variando de 0,000 a 1,000 (IPEA, 2015).

Índice de Vulnerabilidade Social - Teresina - PI



Referências

IPEA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros, 2015. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4381>. Acesso em: 23 jan. 2023

IPEA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. 2018? . Disponível em <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>. Acesso em: 20 jan. 2023. Base de dados.

TERESINA, Prefeitura Municipal. Secretária Municipal de Planejamento. **Mapas de Teresina**. Teresina, 2021?. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/mapas-interativos/>. Acesso em: 20 jan. 2023. Base de dados.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

